

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO E HOSPITALIDADE
MESTRADO**

JOÃO PEDRO ZANELLA BORTOLOTTO

**APLICAÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DA REDE INSTO/UN
TOURISM EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS: PROPOSTA BASEADA NA
UTILIZAÇÃO DE DADOS ABERTOS**

**CAXIAS DO SUL
2024**

JOÃO PEDRO ZANELLA BORTOLOTTO

**APLICAÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DA REDE INSTO/UN
TOURISM EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS: PROPOSTA BASEADA NA
UTILIZAÇÃO DE DADOS ABERTOS**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo e Hospitalidade.

Linha de pesquisa: Turismo, Hospitalidade, Organizações e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Michel Bregolin.

**CAXIAS DO SUL
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

B739a Bortolotto, João Pedro Zanella

Aplicação de indicadores de sustentabilidade da rede INSTO/UN
Tourism em municípios brasileiros [recurso eletrônico] : proposta baseada na
utilização de dados abertos / João Pedro Zanella Bortolotto. – 2024.
Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de
Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2024.

Orientação: Michel Bregolin.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Turismo sustentável. 2. Sustentabilidade. 3. Turismo - Brasil. I.
Bregolin, Michel, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 338.484:502.131.1

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500

JOÃO PEDRO ZANELLA BORTOLOTTO

**APLICAÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DA REDE INSTO/UN
TOURISM EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS: PROPOSTA BASEADA NA
UTILIZAÇÃO DE DADOS ABERTOS**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo e Hospitalidade.

Linha de pesquisa: Turismo, Hospitalidade, Organizações e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Michel Bregolin.

Aprovado em: 13/12/2024

Banca Examinadora

Prof. Dr. Michel Bregolin – Orientador
Universidade de Caxias do Sul

Profa. Dra. Suzana Maria De Conto – Avaliadora
Universidade de Caxias do Sul

Profa. Dra. Maria Carolina Rosa Gullo – Avaliadora
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Edegar Luis Tomazzoni – Avaliador
Universidade de São Paulo

RESUMO

Adotando a sustentabilidade como premissa fundamental para o desenvolvimento do setor, o governo brasileiro classifica mais de 2.000 municípios com algum nível de interesse turístico. Apesar disso, não existe até o momento no país um mecanismo efetivo de monitoramento da gestão da sustentabilidade do turismo que acompanhe todos esses municípios. Considerando essa situação, a pesquisa buscou avaliar a possibilidade de utilizar dados abertos para construir indicadores de gestão da sustentabilidade para municípios tendo como referência os focos de monitoramento propostos Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável (INSTO) da ONU Turismo. Diante disso, analisou indicadores utilizados em nível internacional e explorou bases de dados abertos procurando identificar equivalentes ou insumos para a construção de indicadores aplicáveis a realidade nacional. Para isso, realizou uma pesquisa documental, contando com o apoio de um painel de especialistas multidisciplinar para identificar fontes e validar os indicadores propostos. Com isso, conseguiu propor um conjunto de indicadores, o qual permitiria o monitoramento de 09 dos 11 focos, em um total de 46 indicadores dos 186 indicadores propostos pela Rede INSTO.

Palavras-chave: turismo; sustentabilidade; indicadores; observatórios, INSTO, municípios turísticos.

ABSTRACT

Adopting sustainability as a fundamental premise for the development of the sector, the Brazilian government classifies over 2.000 municipalities with some level of tourist interest. Despite this, to date there is no effective mechanism in the country for monitoring the sustainability of tourism management in all these municipalities. Considering this situation, the research sought to assess the possibility of using open data to build sustainability management indicators for municipalities, with reference to the monitoring focuses proposed by the UN Tourism International Network of Sustainable Tourism Observatories (INSTO). It therefore analyzed indicators used internationally and explored open databases in an attempt to identify equivalents or inputs for the construction of indicators applicable to the national reality. To this end, it carried out documentary research, with the support of a multidisciplinary panel of experts to identify sources and validate the proposed indicators. As a result, it was able to propose a set of indicators, which would enable the monitoring of 9 of the 11 focuses, and a total of 46 indicators out of the 186 indicators proposed by the INSTO Network.

Keywords: tourism; sustainability; indicators; observatories; INSTO; touristic municipalities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Caracterização geral do estudo.....	36
Figura 2 – Focos de monitoramento e seus elementos.....	41
Figura 3 – Exemplo de ficha de catalogação dos dados	47
Figura 4 – Catalogação interna da pesquisa.....	48
Figura 5 – Indicador sugerido pela pesquisa.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Focos essenciais para monitoramento da sustentabilidade (INSTO)	30
Quadro 2 – Especialistas do Projeto Destino 360° do Observatório do Turismo da Serra Gaúcha.....	35
Quadro 3 – Quadro síntese da estrutura de monitoramento proposta pela INSTO/UN Tourism.....	42
Quadro 4 – Gestão de resíduos hídricos.....	49
Quadro 5 – Síntese gestão de recursos hídricos	51
Quadro 6 – Gestão de efluentes	51
Quadro 7 – Síntese gestão de efluentes	52
Quadro 8 – Gestão de resíduos sólidos	53
Quadro 9 – Síntese gestão dos resíduos sólidos	54
Quadro 10 – Gestão de energia	55
Quadro 11 – Síntese gestão de energia.....	55
Quadro 12 – Ação climática.....	56
Quadro 13 – Síntese ação climática.....	58
Quadro 14 – Resumo dos resultados da dimensão ambiental	60
Quadro 15 – Empregos	60
Quadro 16 – Síntese Empregos	64
Quadro 17 – Benefícios econômicos.....	65
Quadro 18 – Síntese benefícios econômicos	67
Quadro 19 – Sazonalidade.....	67
Quadro 20 – Síntese Sazonalidade.....	70
Quadro 21 – Governança	71
Quadro 22 – Resumo dos resultados da Dimensão Econômica	72
Quadro 23 – Acessibilidade.....	73
Quadro 24 – Síntese acessibilidade	74
Quadro 25 – Bem-estar	74
Quadro 26 – Síntese Bem-Estar	76
Quadro 27 – Resumo dos resultados da Dimensão Social	77
Quadro 28 – Critérios de qualidade dos indicadores propostos	78
Quadro 29 – Resultado da consulta com os especialistas	87
Quadro 30 – Indicadores validados pelos especialistas	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Volume de água bruta importada	79
Gráfico 2 – Taxa de cobertura da coleta seletiva porta a porta em relação a população urbana	81
Gráfico 3 – Taxa de cobertura da coleta RDO em relação a população urbana.....	81
Gráfico 4 – Parcela de domicílios em situação de risco de inundação.....	82
Gráfico 5 – Período médio em que os trabalhadores das ACTs estão contratados...	83
Gráfico 6 – Comparação média salarial das ACTs x totalidade dos vínculos formais	83
Gráfico 7 – Diferença percentual entre salário médio nas ACTs e salário médio total no município	84
Gráfico 8 – Existência de Fundo Municipal de Turismo.....	85
Gráfico 9 – Existência de Plano Diretor Urbano que contemple o Setor de turismo .	85
Gráfico 10 – Existência de Plano Municipal de Turismo e/ou Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo.....	86

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACT	Atividade Característica do Turismo
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
INSTO	<i>International Network os Sustainable Tourism Observatories</i>
ISO	<i>International Standards Organization</i>
MTur	Ministério do Turismo
NBR	Norma Brasileira Regulamentadora
NID ODITT	Núcleo de Inovação e Desenvolvimento Observação, Desenvolvimento e Inteligência Turística e Territorial
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RDO	Resíduos Sólidos Domiciliares
RPU	Resíduos Sólidos Públicos
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
UN Tourism	<i>United Nations Tourism</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.2	OBJETIVO GERAL.....	15
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1	SUSTENTABILIDADE NO TURISMO	17
2.2	GESTÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS.....	19
2.3	USO DE INDICADORES PARA A GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE NO TURISMO	21
2.4	INDICADORES PARA A GESTÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS.....	23
2.5	INDICADORES E DADOS ABERTOS.....	25
2.6	FOCOS E DIMENSÕES PROPOSTOS PELA REDE INSTO.....	28
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	32
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	32
3.2	RECORTE ESPACIAL E TEMÁTICO DA PESQUISA	34
3.3	ESTRATÉGIAS PARA COLETA DE DADOS	36
3.3.1	Entrevistas	36
3.3.2	Pesquisa documental.....	37
3.3.3	Aplicação de questionário	39
4	RESULTADOS	40
4.1	CARACTERIZAÇÃO DOS FOCOS DE MONITORAMENTO	40
4.2	TRADUÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PESQUISA AOS ESPECIALISTAS ..	42
4.3	ENTREVISTAS.....	43
4.4	BUSCA DOS DADOS.....	45
4.5	CATALOGAÇÃO DOS DADOS ENCONTRADOS	46
4.6	DIMENSÃO AMBIENTAL	49
4.6.1	Gestão de recursos hídricos	49
4.6.2	Gestão de efluentes	51
4.6.3	Gestão de resíduos sólidos.....	52
4.6.4	Gestão de energia	54
4.6.5	Ação climática	56
4.6.6	Comentários gerais sobre a Dimensão Ambiental	58
4.7	DIMENSÃO ECONÔMICA	60
4.7.1	Empregos.....	60
4.7.2	Benefícios econômicos	64
4.7.3	Sazonalidade	67
4.7.4	Governança.....	70
4.7.5	Comentários gerais sobre a Dimensão Econômica	71
4.8	DIMENSÃO SOCIAL	72
4.8.1	Acessibilidade	72
4.8.2	Bem-estar.....	74
4.8.3	Comentários gerais sobre a Dimensão Social.....	77
4.9	AVALIAÇÃO DOS ESPECIALISTAS.....	77
4.9.1	Avaliação da dimensão ambiental	79

4.9.1.1	Gestão de recursos hídricos.....	79
4.9.1.2	Gestão de efluentes	80
4.9.1.3	Gestão de resíduos sólidos	80
4.9.1.4	Ação climática	81
4.9.2	Avaliação da dimensão econômica	82
4.9.2.1	Empregos	83
4.9.2.2	Benefícios econômicos.....	84
4.9.2.3	Sazonalidade.....	84
4.9.2.4	Governança.....	85
4.9.3	Avaliação da dimensão social	86
4.9.4	Resumo dos resultados.....	86
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS.....	94
	ANEXO A – PARECER DO ESPECIALISTA SOBRE AS DIMENSÕES SOCIAIS.....	100
	APÊNDICE A – FICHAS DE CATALOGAÇÃO DOS INDICADORES SUGERIDOS	103
	APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO.....	150
	APÊNDICE C – INDICADORES: ORIGINAL E TRADUÇÃO	154
	APÊNDICE D – RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DOS ESPECIALISTAS	178

1 INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Turismo 2024-2027 (Brasil, 2024a) cita a sustentabilidade como um dos seus princípios, assim como afirma ser necessário compreender o processo de desenvolvimento territorial de forma regionalizada e cooperada com o propósito de que os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros tornem-se mais competitivos e sustentáveis.

Esse posicionamento reafirma entendimentos manifestados desde a criação do Ministério do Turismo em 2003 (Brasil, 2003; Brasil, 2013; Brasil, 2018). A partir daquele momento, diversas políticas de desenvolvimento do setor começaram a ser implementadas, com destaque para a regionalização do turismo como processo que orienta o alinhamento dos três níveis da gestão pública do país (federal, estadual e municipal) e fortalece governanças regionais para assumirem o gerenciamento de diretrizes e ações que levariam a gestões descentralizadas, coordenadas e integradas das áreas de interesse turístico (Beni, 2006).

Esse mesmo órgão registra que o processo de planejamento regionalizado e descentralizado iniciou de forma mais concreta a partir de 2004, com a implantação do Programa de Regionalização do Turismo enquanto política pública, situação a qual, por sua vez desencadeou na implantação do Mapa da Regionalização do Turismo (Brasil, 2013), instrumento criado para balizar a atuação do Sistema Nacional de Turismo no desenvolvimento de políticas de turismo nos territórios nele identificados (Brasil, 2021a).

Esse instrumento foi objeto de revisões ao longo dos anos, sendo atualmente denominado Mapa do Turismo Brasileiro (Brasil, 2024b). Sua elaboração é realizada em parceria entre o Ministério do Turismo e os órgãos estaduais de turismo, contando em sua versão mais recente, o Mapa do Turismo 2024, com 341 regiões turísticas e 2.579 municípios com algum nível de interesse turístico, divididos nas categorias A, B, C, D e E, de acordo com o seu potencial (Brasil, 2024a).

Nesse contexto, considerando a orientação expressa no Plano Nacional de Turismo (Brasil, 2024a) da aplicação do princípio da sustentabilidade ao setor turístico nacional, surge a necessidade de dispor de mecanismos que possibilitem mensurar a sustentabilidade do turismo em diversos âmbitos, destacando-se nisso, os municípios de interesse turístico.

É, nesse quadro, que iniciativas facilitadoras do monitoramento do setor podem colaborar com esse processo. Entre elas podem ser citadas a implantação do Observatório Nacional do Turismo, lançado pelo MTur no final do ano de 2021 com o objetivo de reunir dados e informações desse órgão para apresentá-los ao público via painéis interativos e publicação de documentos (Brasil, 2021b). Também a atuação de observatórios locais, regionais ou estaduais vinculados a Rede Brasileira de Observatórios de Turismo (RBOT), integrada atualmente por 65 Observatórios de Turismo no Brasil (RBOT, 2025).

Apesar dos avanços percebidos no processo de monitoramento do turismo no país, ainda existem lacunas para serem preenchidas. Isso pode ser notado na escassez de metodologias implantadas para monitorar continuamente a gestão da sustentabilidade do turismo contemplando todos os municípios brasileiros de interesse turístico. Essa situação fica ainda mais evidente quando se recorda que é vinculado a esse nível administrativo que uma grande parte dos dados de fontes oficiais são disponibilizados, assim como que é nesse recorte espacial que medidas concretas em prol da sustentabilidade podem ser adotadas considerando as especificidades locais.

Diante da constatação dessa lacuna gerencial do setor no país, diversos esforços visando contribuir para a sua superação vem sendo realizados na Universidade de Caxias do Sul (UCS) e mais especificamente no Núcleo de Inovação e Desenvolvimento Observação, Desenvolvimento e Inteligência Turística e Territorial (NID ODITT UCS, 2024). Entre esses esforços, podem ser citados o desenvolvimento de metodologias para a criação de bases geoespaciais da oferta turística com recursos disponíveis gratuitamente (Bregolin; Alves; Moller, 2022), assim como, a proposição e implantação de Observatórios de Turismo, exemplificados regionalmente no Observatório do Turismo da Serra Gaúcha (Bregolin *et al.*, 2024) e no Observatório do Turismo de Gramado (Gramado, 2024) em iniciativas que contam com a atuação de pesquisadores vinculados a diferentes Programas de Pós-Graduação da Universidade e, em especial, do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade (PPGTURH).

Nesse contexto, também se registra a atuação do autor no sentido de propor, em trabalho anterior, indicadores de gestão do turismo tendo como foco o atendimento da totalidade dos municípios brasileiros considerando, naquele momento, as

dimensões do Índice de Competitividade do Turismo Nacional (Bortolotto; Bregolin, 2019).

Dando continuidade à essa trajetória de pesquisa, e sem deixar de reconhecer que a definição dos indicadores a serem trabalhados em um destino convém ser construída coletivamente e localmente para atender as demandas de todas as partes envolvidas (OMT, 2004), defende-se, neste estudo, considerar o uso de dados abertos – gerados continuamente por fontes terceiras e disponíveis para consulta gratuitamente – com o propósito de produzir indicadores para a gestão da sustentabilidade do turismo nos municípios brasileiros de interesse turístico.

Essa atuação segue orientação da própria Organização Mundial do Turismo, no sentido da necessária avaliação realística de orçamentos, tempo e vontade política requeridos para a obtenção das informações escolhidas (OMT, 2004). Desse modo, acredita-se que este estudo contribui com um método viável, tanto do ponto de vista técnico, quanto econômico, para combater a ausência desse tipo de indicadores no país.

Com esse intuito, a pesquisa adotou as orientações da Organização Mundial do Turismo, mais precisamente da sua Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável (do inglês, *International Network of Sustainable Tourism Observatories* - INSTO¹), como quadro referencial para identificar e definir as áreas relevantes para monitoramento da sustentabilidade do turismo nos municípios brasileiros. Desse modo, partindo dos focos de monitoramento sugeridos por essa rede, este estudo propõe construir indicadores adequados à realidade brasileira para subsidiar o monitoramento do turismo e a gestão da sustentabilidade em nível local. Nessa trajetória, especialistas foram consultados para compreender as especificidades do Brasil em cada foco, assim como fontes e dados abertos foram avaliados para entender sua potencialidade em servirem de base para a construção de indicadores que permitissem aos gestores locais terem uma abordagem mais assertiva na gestão do desenvolvimento do turismo de forma sustentável. Por fim, identificadas possibilidades nesse sentido, buscou-se validar os indicadores propostos com os mesmos especialistas.

¹ Destaca-se duas questões, em continuidade: a primeira é de que nesta pesquisa será utilizada a sua sigla em inglês INSTO, porém, ao ser dito toda a sua nomenclatura será utilizada em português e, a segunda, é de que quando citada juntamente a sua sigla será usada a nomenclatura em inglês da Organização Mundial do Turismo (UN Tourism).

Depois de realizada essa contextualização geral da pesquisa e explicitados os motivos que a justificam, apresenta-se a seguir o problema de pesquisa que a norteou, assim como, os objetivos, geral e específicos, que a guiaram.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

É viável construir indicadores para a gestão de sustentabilidade do turismo em municípios brasileiros a partir de dados abertos, considerando as dimensões e os focos indicados pela Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável da Organização Mundial do Turismo (INSTO/UN Tourism)?

1.2 OBJETIVO GERAL

Avaliar a viabilidade da utilização de dados abertos para construir indicadores de sustentabilidade do turismo em municípios brasileiros de interesse turístico, considerando as recomendações da Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável da Organização Mundial do Turismo (INSTO/UN Tourism).

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Considerando o quadro referencial da Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável da Organização Mundial do Turismo (INSTO/ UN Tourism), este estudo tem os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar focos relevantes para a gestão da sustentabilidade do turismo nos municípios brasileiros de interesse turístico;
- Identificar fontes e dados abertos visando a construção de indicadores para monitoramento do turismo em nível municipal;
- Propor indicadores baseados em dados abertos para a gestão da sustentabilidade do turismo nos municípios brasileiros;
- Validar os indicadores propostos com especialistas.

Diante disso, apresenta-se no próximo capítulo o referencial teórico, entrelaçando os conceitos de sustentabilidade, gestão de destinos turísticos,

indicadores para gestão de destinos, bem como a relação com dados abertos, finalizando-o na apresentação e discussão dos focos e dimensões propostos pela INSTO/UN TOURISM. Em seguida, descreve-se o percurso metodológico adotado com a caracterização da pesquisa e a apresentação do recorte espacial e temático adotados, assim como das estratégias de coleta e interpretação de dados utilizadas. Na continuidade seguem os resultados obtidos, com a identificação de potenciais indicadores e a apreciação dos especialistas. Por fim, apresentam-se as considerações finais rediscutindo o percurso executado ao longo da pesquisa, reforçando os resultados obtidos e explicitando limitações da pesquisa e sugestões de estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo explicita as bases teóricas da pesquisa. Para isso, apresentam-se conceitos, definições e abordagens considerando os seguintes tópicos: sustentabilidade no turismo, gestão de destinos turísticos, indicadores como ferramentas de gestão, dados abertos e focos de monitoramento.

2.1 SUSTENTABILIDADE NO TURISMO

Termo utilizado frequentemente na atualidade, a sustentabilidade decorre da popularização da ideia de desenvolvimento sustentável difundida a partir do final dos anos 1980, com a divulgação do Relatório Brundtland pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Nesse documento, o desenvolvimento sustentável foi apresentado como aquele “[...] que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades.” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p. 46).

Ainda, nesse documento, a comissão que o elaborou apontava que o Desenvolvimento Sustentável poderia ser entendido como:

[...] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992, p. 17).

Esse relatório também apresentou alertas que provocaram uma atualização nas concepções de desenvolvimento existentes, estabelecendo a sustentabilidade como figura imprescindível nos debates públicos e um objeto desejado nos processos de planejamento e gestão das mais diversas áreas. Desde aquele momento, esse conceito tem passado por revisões e adequações, mas de maneira geral, segue as orientações propostas por documentos internacionais, como a Agenda 21 (1996). A partir da qual as três dimensões fundamentais para análise da sustentabilidade são estabelecidas, ou seja, ambiental, social e econômica.

Conforme esse documento, no âmbito da sustentabilidade ambiental está a importância de entender como a conservação e gerenciamento de recursos naturais, especialmente aqueles não renováveis e fundamentais colaboram para a manutenção

da vida. Nisso, contempla-se a ação de diminuição de impacto negativo no ar, na terra e na água, conservando a diversidade biológica e patrimônio natural local. Já a sustentabilidade social compreende o respeito aos direitos humanos e a igualdade de oportunidades para todos na sociedade, exigindo com isso, equidade na distribuição dos recursos e foco na erradicação da pobreza, com centralidade no fortalecimento das comunidades locais, reconhecendo e respeitando suas culturas. Por fim, a sustentabilidade econômica visa a geração de prosperidade em todas as camadas sociais considerando toda a relação de custo-benefício das atividades econômicas e garantindo as organizações viabilidade de existência no longo prazo.

Esse documento também ressalta o entendimento de que as dimensões citadas são interdependentes e que elas podem ser mutuamente complementares e/ou concorrentes, motivo pelo qual seria a busca do equilíbrio e da sinergia entre todas elas o que acarretaria um desenvolvimento, de fato, sustentável.

Ao longo do tempo esse paradigma da sustentabilidade também passou a ser incorporado no turismo. Isso ocorreu não somente devido às influências externas ao setor causadas por esse novo paradigma, mas também por causa da própria percepção setorial de impactos causados por visitantes em localidades turísticas (Swarbrooke, 2000).

Como esse mesmo autor aponta, uma maior probabilidade de alcance do desenvolvimento sustentável do turismo está ligada diretamente ao debate e a ampla divulgação de novas pesquisas, motivo pelo qual ele indica ser fundamental o desenvolvimento de indicadores de desempenho pois, assim como nas organizações, seria esse monitoramento o que possibilitaria ao setor identificar seus êxitos e fracassos, permitindo assim estabelecer objetivos claros e mensuráveis para uma atividade sustentável (Swarbrooke, 2000).

Complementarmente, a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2004) também explica que o turismo não pode ser planejado ou gerido de forma isolada, negligenciando o ambiente, a economia e a comunidade em que a destinação está inserida. Por isso esta entidade recomenda o uso de indicadores como uma alternativa para os diversos atores envolvidos compartilharem informação e otimizarem suas ações. Ainda, observa que esse compartilhamento de indicadores é benéfico para o setor pois desse modo, ele poderia se apropriar de conhecimento, experiência e dados levantados para contextos não exclusivos da atividade turística, mas que de alguma

forma possuem relação com ela podendo colaborar para um processo de planejamento mais amplo. Essa situação converge com as necessidades da gestão de destinos turísticos, como discutido no próximo subcapítulo.

2.2 GESTÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS

Destinos turísticos podem ser compreendidos como a unificação da oferta turística de um determinado espaço. Por isso, são percebidos como um todo, independentemente do nível de colaboração das partes envolvidas, motivo pelo qual seu êxito depende da interação e da integração dos atores que deles participam em ações coordenadas que visem benefício mútuo (Dias; Cassar, 2004).

A obtenção dessa coordenação dos atores em destinos turísticos nem sempre é uma tarefa simples, pois muitos destinos não possuem uma hierarquia legal ou administrativa definida entre os atores que os constituem oferecendo seus produtos de forma individualizada (Zemla, 2017; Flagstad; Hope, 2001). Por isso, essas complexas redes de relações interorganizacionais não necessariamente obedecem às delimitações geográficas ou à gestão política dos municípios ou estados.

Mesmo assim, há autores que defendem a importância de se atentar para a gestão do turismo em nível municipal. Entre eles, está López-Palomeque (2004), o qual argumenta que é no município que os processos de produção e consumos relacionados ao turismo acontecem, motivo pelo qual seria apropriado identificar e quantificar ali os impactos ocasionados pelo setor.

Posteriormente, esse mesmo autor, em conjunto com outro pesquisador, justificou a atenção à gestão do turismo em nível municipal baseado no fato de ser nessa escala que o planejamento, a gestão e a regulamentação do setor ocorrem (Torres-Delgado; Palomeque, 2014). Baseado nisso, esses pesquisadores defenderam que a avaliação da sustentabilidade da atividade turística deveria ser realizada nessa escala sob o controle de uma autoridade local clara e estabelecida.

Essas situações identificadas na literatura também parecem fazer sentido considerando a realidade brasileira em que diversos programas estatais incentivaram uma abordagem mais regionalizada do turismo nas últimas décadas (Brasil, 2003; Brasil 2013; Brasil, 2018; Brasil, 2024a) mas que acabaram por priorizar sempre a atuação segundo recortes administrativos tradicionais da gestão pública (União, Estados, Municípios). Nesse quadro, destaca-se a ênfase na gestão municipal

fortemente adotada durante a década de 1990 e início dos anos 2000, via do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT (Brasil, 2002).

Entre as evidências desse processo está o já citado Mapa do Turismo² (Brasil, 2024a; 2024b), integrante do Programa de Regionalização do Turismo (Brasil, 2018), publicado bianualmente pelo Ministério do Turismo em parceria com os órgãos estaduais e contendo uma categorização de municípios. Em consulta realizada em dezembro de 2024, esse instrumento mencionava 2.579 Municípios de Interesse Turístico, os quais não eram obrigados a integrarem nenhuma Região Turística oficial (Brasil, 2024a).

Desta forma, considerando os argumentos apresentados e a realidade atual da gestão pública nacional do turismo, o presente trabalho compreendeu ser necessário aplicar estratégias de gestão de destinos aos municípios brasileiros de interesse turístico pois na prática seria esse o recorte espacial mais elementar da administração pública brasileira (Brasil, 1988).

Nessa direção, entende-se que o processo de gestão do turismo nos municípios brasileiros deve considerar o exposto por Gomes, Gândara e Ivars-Baidal (2017) de que a gestão de um destino, seja de forma tradicional ou utilizando tecnologias de informação, é fundamental para ele se desenvolver. Por isso, esses autores defendem que mais do que leis ou diretrizes políticas, a gestão de um destino estaria atrelada essencialmente ao processo de planejamento, sendo esse o único modo de garantir o desenvolvimento sustentável de uma localidade turística.

Sobre isso, Barreto (2003) já explicava ser possível compreender o planejamento de uma maneira universal tendo por base algumas ideias que usualmente têm em comum um certo grau de complexidade ilustrado via um sistema ou processo que desencadeia ações voltadas para o futuro. Por isso, para essa autora, o planejamento não seria algo estático e, sim uma combinação de inúmeros fatores acontecendo simultaneamente e precisando serem coordenados para alcançar uma realidade desejada em um tempo futuro. Diante disso, o planejamento implica em uma permanente revisão para que as correções de rumo sejam tomadas em tempo hábil.

² Dados vigentes no momento da realização da pesquisa. Após a sua conclusão houve mudanças no período de publicação, na nomenclatura da categorização dos municípios e no número de municípios e regiões. Essas mudanças, no entanto, não afetam sua orientação principal e elemento de conexão com a presente pesquisa, ou seja, apresentar quais os municípios brasileiros estão envolvidos em atividades turísticas, independentemente do nível.

É nisso que se sobressai a importância de pensar o processo de monitoramento do desenvolvimento turístico por meio de indicadores pois, como Swarbrooke (2000, p. 63) apontou, há a “[...] necessidade de desenvolvermos bons indicadores de atuação para o turismo sustentável de tal maneira que possamos monitorar nosso progresso e reconhecer em que estamos errando.”. Essa afirmação encontra eco nas orientações da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2004), instituição que sugere sua utilização no setor como forma de operacionalizar a sustentabilidade difundida desde o início da década de 1990, como comentado a seguir.

2.3 USO DE INDICADORES PARA A GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE NO TURISMO

A gestão da sustentabilidade no turismo pode ocorrer em dois diferentes níveis: **organizacional** e **comunitário**. Ou seja, há em cada organização, que compõe o sistema turístico, uma gestão particular que visa atingir os objetivos de sustentabilidade específicos daquela organização. Já em um segundo nível está a gestão pública, tendo por objetivo regular e integrar as organizações, gerindo a sustentabilidade dos assentamentos humanos em diferentes escalas.

No Brasil, existem iniciativas para a normalização em busca do desenvolvimento sustentável tanto em nível organizacional quanto na gestão pública. Entre as iniciativas de nível organizacional destacam-se no setor de turismo a Norma Brasileira 15.401: Meio de hospedagem – Sistema de gestão da sustentabilidade – Requisitos (ABNT, 2014) e a Norma Brasileira 16.534: Meios de hospedagem – Indicadores para o sistema de gestão da sustentabilidade (ABNT, 2016). Essas normas, juntamente com seus complementos, estabelecem um sistema de gestão da sustentabilidade nos meios de hospedagem a partir da implementação, monitoramento e avaliação de indicadores de aspectos ambientais, econômicos e sociais. Publicada nacionalmente pela primeira vez em 2006, a NBR 15.401 é considerada um caso de sucesso e referência internacional, tanto que foi adotada pela Organização Internacional de Normalização (ISO) como base para a elaboração da ISO 21.401 (ABNT, 2020), replicando globalmente essa iniciativa pioneira do Brasil (Gould, 2019).

No que tange a gestão pública podem ser destacadas também outras normas como a NBR ISO 37.120: Desenvolvimento sustentável de comunidades – indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida (ABNT, 2021a); a NBR ISO 37.122: Cidades e comunidades sustentáveis — Indicadores para cidades inteligentes (ABNT, 2021b); e a NBR ISO 37.123: Cidades e comunidades sustentáveis — Indicadores para cidades resilientes (ABNT, 2021c).

É notável que essas normas podem contribuir para a busca do desenvolvimento sustentável no Brasil. Contudo, devido à sua alta especificidade e necessidade de comprometimento para implementação, elas acabam tendo utilização limitada ao conjunto de municípios presentes no Mapa do Turismo brasileiro. Mesmo assim, julga-se importante reconhecer a afirmação da NBR ISO 37.120 (2021a, p. 18) de que: “Cidades necessitam de indicadores para mensurar seu desempenho. Indicadores existentes no nível local geralmente não são padronizados, consistentes, ou comparáveis no tempo ou entre cidades.”.

Quando abordada a temática de indicadores de sustentabilidade no turismo a luz da produção de conhecimento no Brasil, é importante considerar o crescimento de produções acadêmicas dentro dos programas de pós-graduação em Turismo na última década conforme destacam De Conto *et al.* (2021). Segundo os autores, é possível identificar que a produção científica a respeito do tema se pulveriza em diversas áreas do conhecimento, com ênfase para ciências ambientais, engenharia civil e administração, reforçando o seu caráter transversal e multidisciplinar.

De maneira complementar, cabe registrar a afirmação da OMT (2004), de que o uso de indicadores para o fortalecimento da gestão de um destino turístico não se limita aos destinos consolidados e que possuem um planejamento estabelecido. Ou seja, os indicadores podem servir como catalisadores para o início de um processo de planejamento voltado para a sustentabilidade onde não existe plano vigente, enquanto servem também para identificar problemas pontuais e fortalecer os objetivos e metas dos planos nos destinos nos quais existem plano e gerenciamento. Em suma, esse processo de criação e uso de indicadores serve como fundamento para os processos de tomada de decisão, o aumento de informação para busca de soluções e a maior mensuração dos resultados na gestão dos destinos turísticos.

2.4 INDICADORES PARA A GESTÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS

Segundo a Comissão Europeia (2016), legisladores e gestores locais têm trabalhado por muito tempo com uma gama limitada de dados e estatísticas – geralmente números de chegada de visitantes e de geração de empregos – para monitorarem o turismo nos destinos. Essa entidade afirma também que, apesar de serem relevantes, essas estatísticas não contemplam todos os impactos do setor de modo a subsidiarem uma gestão orientada para a sustentabilidade. Por isso, a coleta de dados adicionais em uma série de dimensões importantes para a economia local, a vida da comunidade e o meio ambiente poderia ajudar os destinos a construírem, via uso de indicadores, um diagnóstico mais assertivo sobre o que neles ocorre.

Ao tratar disso, a OMT (2004) orienta que a definição dos indicadores deve acontecer de forma coletiva, atendendo as demandas das partes envolvidas. Conforme essa instituição, todos envolvidos precisam compreender as restrições de recursos existentes em muitos destinos para a obtenção de dados. Por isso, ela recomenda avaliar realisticamente o orçamento, o tempo e a vontade política requeridos para a obtenção das informações escolhidas. Além disso, considerar as características dos indicadores e a sua adequação às finalidades e situações alvo de monitoramento. Por fim, a entidade diz que os indicadores escolhidos por todas as partes envolvidas como sendo essenciais e atingíveis devem ajudar no gerenciamento do destino, na formulação de políticas, na operação da atividade e na busca de fatores diversos que colaborem com a sua sustentabilidade.

Além de utilizar os indicadores para diagnosticar a situação atual e identificar pontos fortes e fracos, monitorando a evolução e fornecendo elementos para definição de estratégias; Torres-Delgado e Palomeque (2014) reforçam ser essencial que o seu uso tenha uma orientação multidisciplinar com o propósito de mensurar os fenômenos transversais e facilitar uma avaliação mais holística de atividades relacionadas com o turismo.

Nessa direção, a Comissão Europeia (2016) destaca os seguintes benefícios do uso de indicadores no planejamento de um destino: acesso a informações aprimoradas para tomada de decisão, priorização de projetos de ação imediata, gestão de risco eficaz, criação de *benchmarking* de desempenho, melhoria da adesão da comunidade e apoio às partes interessadas do turismo, e experiência aprimorada do visitante.

Para isso, recomenda que os indicadores sejam adequados ao monitoramento pretendido no momento da sua definição. Quando sugeriu um modelo de indicadores para o monitoramento de destinos europeus, essa entidade destacou a importância de os destinos terem liberdade para escolherem os indicadores que desejam adotar e monitorar visando atender às suas peculiaridades e às demandas específicas dos atores locais. Com essa flexibilidade, entendia-se ser possível obter maior viabilidade e sucesso na adoção de indicadores em diferentes contextos (Comissão Europeia, 2016).

De modo similar, a Rede Internacional de Observatórios de Turismo da OMT (OMT, 2022) também defende esse princípio de flexibilidade quando comenta que a sustentabilidade é sensível ao contexto e que, por isso, os indicadores devem ser específicos do destino, correspondendo às exigências locais e aos elementos subjetivos de percepção, particularmente no que diz respeito à dimensão sociocultural.

Apesar disso, ambas entidades sinalizam também elementos que justificariam a necessidade de os indicadores estabelecidos serem de alguma forma aplicável a todos os destinos de um mesmo país ou estado como um meio para subsidiar a análise comparativa das suas performances, possibilitando mensurar o impacto de políticas públicas nacionais e ou regionais (OMT, 2004; Comissão Europeia, 2016).

No caso da União Europeia, propõem-se para isso a adoção de um conjunto de indicadores básicos referentes as principais dimensões da sustentabilidade para uso nos destinos (Comissão Europeia, 2016). Por sua vez a OMT já destacava em 2004 a importância de os indicadores escolhidos serem estabelecidos com base em um método viável, técnica e economicamente, de coleta, medição e processamento dos dados (OMT, 2004).

No caso do Brasil, o Plano Nacional do Turismo 2018-2022 (Brasil, 2018³), havia reconhecido publicamente a importância do monitoramento do turismo por meio de indicadores para acompanhar a grande quantidade de destinos presentes no país, considerando o Mapa do Turismo. Segundo esse plano:

[...] o monitoramento e a avaliação são atividades essenciais ao processo de planejamento do desenvolvimento e tem como referenciais os indicadores de desempenho, estabelecidos sistematicamente, considerando-se as

³ Plano vigente no momento de início deste trabalho. No entanto, o Plano Nacional do Turismo 2024-2027 não há menção a estas questões.

especificidades das ações programadas e realizadas, os instrumentos empregados, o contexto socioeconômico e as peculiaridades regionais da área de atuação [...] (Brasil, 2018, p. 86).

De maneira complementar, esse plano apontava também o uso de indicadores para abranger a multiplicidade de segmentos que o setor engloba, contemplando suas interações, em busca de uma abordagem transversal que possibilitasse um melhor posicionamento estratégico e competitivo (Brasil, 2018). Esse documento também destacava a importância de os indicadores de monitoramento do turismo serem padronizados em âmbito municipal para permitirem a criação de parâmetros comparativos e a aferição do desenvolvimento, respeitando as particularidades de cada município e entendendo o seu papel no processo de regionalização do planejamento.

Mesmo considerando a importância do monitoramento do turismo em nível municipal atribuída pela política nacional recente do país, ainda continua sendo o Índice de Competitividade do Turismo Nacional (Brasil, 2015) o instrumento mais abrangente implantado até o momento que fez uso de indicadores nessa escala administrativa. Publicado pela última vez em 2015, ele analisava 65 destinos, considerados indutores por serem os mais consolidados em cada estado da federação (Brasil, 2015).

Diante desse quadro se identifica na implantação de um sistema de monitoramento que contemple todos os municípios de interesse turístico, um grande desafio ao país e uma lacuna importante para a pesquisa científica. É, com base nesse contexto, que a construção de indicadores baseados em dados abertos foi vislumbrada como uma oportunidade de fazer o setor avançar na gestão e na pesquisa.

2.5 INDICADORES E DADOS ABERTOS

O uso de indicadores para a execução de programas ou projetos é benéfico como avalia o referencial apresentado anteriormente. Quando bem utilizados, os indicadores têm a capacidade de gerarem um diagnóstico da situação atual, possibilitando estabelecer um marco inicial da realidade que será alvo de intervenção, ajudando a definir prioridades. Mais além, podem evidenciar a relevância e os impactos das ações adotadas, identificando oportunidades e problemas, facilitando

um eventual redirecionamento do planejamento (SESI Paraná, 2010). Ainda conforme essa entidade:

[...] indicadores são variáveis definidas que permitem ilustrar um conceito abstrato, normalmente relacionados a algum aspecto social, ambiental ou econômico, funcionando como um termômetro que permite aos envolvidos orientarem suas decisões sobre o objeto de estudo com base no monitoramento constante das evidências geradas [...] (2010, p. 11).

Apesar de criarem benefícios, não é qualquer indicador que pode ser utilizado nos processos de monitoramento. Defendendo o papel fundamental que os indicadores desempenham nos processos de gestão e planejamento do território, Torres-Delgado e López-Palomeque (2014) afirmam que eles devem, além de gerar informação, serem metodologicamente consistentes, cientificamente válidos, de fácil aplicabilidade, comunicabilidade e mensuração.

Nesse sentido, a NBR 16.534 (ABNT, 2016) recomenda que os indicadores sejam claros, compreensíveis, objetivos e operacionalmente fáceis de serem apurados e calculados. Sesi Paraná (2010) contribui nesse sentido, destacando de maneira bastante objetiva algumas propriedades desejáveis aos indicadores para obtenção desse resultado, são elas:

a) confiabilidade de informação: os dados empregados precisam ser provenientes de fontes confiáveis e obtidos com metodologia adequada. Precisam também ser rastreáveis para que se possa verificar sua origem;

b) comunicabilidade: quanto mais prático e claro for um indicador melhor. Quanto melhor o indicador for compreendido pelos atores envolvidos no processo, mais clara será a sua avaliação. Por isso, o estabelecimento de um valor “ideal” e de parâmetros de comparação para o indicador também são indicados;

c) disponibilidade e periodicidade: os indicadores precisam estar disponíveis para as tomadas de decisões, sendo a frequência disso relacionada à cada projeto. É desejável, porém, que eles sejam de fácil coleta e atualização e que mantenham a mesma metodologia ao longo do tempo para criarem séries históricas;

d) desagregação: os indicadores devem ser capazes de atender à necessidade de avaliar diferentes estratos sociais ou localidades, permitindo ações específicas em cada grupo, segundo seus padrões de comportamento; e

e) especificidade com sensibilidade: os indicadores não devem ser tão amplos que não orientem a decisão a ser tomada, nem tão específicos, de modo que

somente os entendam que os formulou. Devem ser capazes de captar a maioria das variações sobre o fenômeno de interesse, inclusive o de mudança de comportamento durante a execução das ações.

Complementarmente, observa-se que a OMT (2004) também elencou critérios relevantes para consideração durante a seleção dos indicadores a serem adotados:

- a) Relevância do indicador para o tema selecionado;
- b) Viabilidade de obter e analisar a informação necessária;
- c) Credibilidade da informação e confiabilidade dos dados;
- d) Clareza e compreensibilidade para os usuários;
- e) Comparabilidade ao longo do tempo e entre locais diferentes.

Com base nestes requisitos de qualidade, esta pesquisa propõe a construção de indicadores para a gestão do turismo em municípios brasileiros considerando o uso de dados abertos, ou seja, dados disponibilizados de maneira que qualquer pessoa possa acessar livremente, utilizar, fazer modificações e compartilhar, tendo como exigências máximas a creditação de autoria e a manutenção da sua abertura (Open Knowledge Foundation, 2022).

No Brasil, diversas iniciativas de abertura de dados governamentais ocorreram ao longo da última década visando atender as políticas de acesso à informação e estimular maior participação da sociedade no desenvolvimento de um estado mais eficiente e com melhores ofertas de serviços (Brasil, 2022). Para alcançar tal finalidade, o Estado brasileiro tem trabalhado com a utilização de diretrizes e a divulgação de requisitos mínimos para os órgãos públicos dos seus três níveis administrativos com a finalidade de organizar e publicar seus dados. Nesse processo, considera princípios fundamentais relacionados a esse tipo de dados, à saber (Brasil, 2015b):

a) Completos: todos os dados públicos são disponibilizados. Dados são informações eletronicamente gravadas, incluindo, mas não se limitando a: documentos, bancos de dados, transcrições e gravações audiovisuais. Dados públicos são dados que não estão sujeitos a limitações válidas de privacidade, segurança ou controle de acesso, reguladas por estatutos.

b) Primários: os dados são publicados na forma coletada na fonte, com a mais fina granularidade possível, e não de forma agregada ou transformada.

c) Atuais: os dados são disponibilizados o quão rapidamente seja necessário para preservar o seu valor.

d) Acessíveis: os dados são disponibilizados para o público mais amplo possível e para os propósitos mais variados possíveis.

e) Processáveis por máquina: os dados são razoavelmente estruturados para possibilitar o seu processamento automatizado.

f) Acesso não discriminatório: os dados estão disponíveis a todos, sem que seja necessária identificação ou registro.

g) Formatos não proprietários: os dados estão disponíveis em um formato sobre o qual nenhum ente tenha controle exclusivo.

h) Licenças livres: os dados não estão sujeitos a restrições por regulações de direitos autorais, marcas, patentes ou segredo industrial. Restrições razoáveis de privacidade, segurança e controle de acesso podem ser permitidas na forma regulada por estatutos.

Entre as vantagens da abertura dos dados produzidos por órgãos e entidades públicas, o Tribunal de Contas da União (Brasil, 2015b) aponta como sendo as principais: a transparência na gestão pública, a possibilidade de contribuição da sociedade para serviços inovadores, o aprimoramento dos dados produzidos e a viabilização de novos negócios. Levando isso em consideração, procurou-se avaliar a viabilidade de construir indicadores para monitoramento do turismo nos municípios brasileiros tendo por base dados abertos disponibilizados regularmente e de forma gratuita, considerando para isso o quadro referencial das dimensões e focos de monitoramento da Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável da Organização Mundial de Turismo (INSTO/UN Tourism).

2.6 FOCOS E DIMENSÕES PROPOSTOS PELA REDE INSTO

A Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável é uma iniciativa da Organização Mundial de Turismo que teve início no ano de 2004 com o objetivo de apoiar a melhoria contínua da sustentabilidade e promoção de uma gestão responsável por meio do monitoramento sistemático dos impactos do turismo nos destinos.

A INSTO atua desde então com o objetivo de apoiar e conectar destinos ao redor do mundo que estejam empenhados em monitorar e analisar sistematicamente os impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes do turismo em seus territórios. Entre inúmeras iniciativas de apoio para que observatórios membros da rede possam atingir seus objetivos, destaca-se a disponibilização da estrutura, ou *framework*, de focos de monitoramento que, trabalhados de forma constante e sistemática permitiriam ao destino uma melhor compreensão dos recursos disponíveis e dos impactos causados pelo turismo.

Hoje, a INSTO é composta por 44 observatórios espalhados pelo mundo todo. No Brasil, há dois membros da rede, ambos situados no estado de São Paulo. Filiado desde 2016, o Observatório de Turismo e Eventos (OTE) atua no município de São Paulo coletando, analisando e disseminando dados e pesquisas referentes ao setor de cultura e turismo no município. O segundo observatório, filiado desde 2022, é o Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET), o qual atua na coleta e tratamento de dados monitorando a atividade turística em todo o estado de São Paulo.

Além da construção primária de indicadores por meio de pesquisas de campo, no trabalho de ambos os observatórios é possível verificar a utilização de dados abertos em algum nível, seja por meio de bases de dados como o Novo Caged⁴, Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e Cadastur⁵ assim como por meio do intercâmbio de dados com as secretarias e demais órgãos públicos que atuam na mesma esfera, estadual e/ou municipal.

A INSTO entende e incentiva que cada destino deve trabalhar e definir focos de monitoramento específicos de acordo com as suas vocações e necessidades, considerando nisso as condições de cada lugar e objetivando analisar a sustentabilidade nas dimensões ambiental, econômica e social. Diante disso, essa rede exige de seus membros algum nível de monitoramento, mesmo que mínimo, de 11 focos entendidos como essenciais para a sustentabilidade (Quadro 1).

⁴ O Novo Caged é o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), que substituiu o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) para parte das empresas desde janeiro de 2020.

⁵ Cadastur é o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo. É executado pelo Ministério do Turismo, em parceria com os órgãos oficiais de turismo, nos 26 estados e no Distrito Federal.

Quadro 1 – Focos essenciais para monitoramento da sustentabilidade (INSTO)

FOCO	OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS
Gestão de Recursos Hídricos	A água é um elemento chave no turismo e nos serviços esperados pelos visitantes. Seu monitoramento é fundamental para limitar e qualificar a atividade turística bem como o bem-estar da população local.
Gestão de Efluentes	Assim como água, a gestão de efluentes é fundamental para a garantia de manutenção do destino, de seus atrativos e recursos naturais.
Gestão de Resíduos Sólidos	O monitoramento dos resíduos sólidos, além de fator crucial para o desenvolvimento sustentável do destino pode colaborar para uma economia circular e na identificação de práticas mais efetivas de diminuição de sua produção.
Gestão de Energia	Considerando o alto consumo de energia necessário para o deslocamento de chegada e saída de um turista no destino, bem como o consumo dos equipamentos presentes no destino é importante o monitoramento para a busca de soluções energéticas eficientes,
Ação Climática	Considerando o papel significativo do turismo nas emissões de poluentes nas últimas décadas, se faz necessário o monitoramento e a busca de ações que mitiguem essa situação.
Emprego	Entender a geração de empregos no turismo é fundamental para o planejamento de um destino, para qualificação de sua mão de obra, além de entender e tentar solucionar problemas de equidade, igualdade de gênero e bem-estar da população local.
Benefícios econômicos do destino	É importante monitorar os benefícios econômicos de um destino visando a atração de investimentos, o impacto na cadeia de produção do turismo e o valor agregado da atividade para a economia geral do destino.
Sazonalidade do turismo	Busca entender as principais características e motivos da sazonalidade nos destinos, visando modificar sua ocorrência e atenuar os fortes impactos gerados por este fenômeno.
Governança	O acompanhamento das relações entre os atores é peça chave para o desenvolvimento sustentável de um destino e para que haja um ambiente de decisões políticas baseadas em informação e conhecimento.
Acessibilidade	Tornar o destino mais inclusivo faz parte de torná-lo sustentável, portanto, se faz necessário monitorar iniciativas que facilitem a acessibilidade para pessoas com algum tipo de restrição.
Bem-estar da comunidade local	O bem-estar da comunidade local é considerado extremamente importante para a medição dos impactos do turismo em um destino. Mudanças no nível de satisfação local podem ser indicadores de alerta precoce para problemas graves no destino.

Fonte: INSTO/UN Tourism (2004, tradução do autor).

Uma vez atendido algum nível de monitoramento nesses onze focos, o destino possui total liberdade para expandir seus esforços no monitoramento de outras situações mais específicas e condizentes com a atividade turística nele exercida. Levando isso em consideração, esta pesquisa limita-se a trabalhar dentro dos onze focos definidos como essenciais, tendo por objetivo colaborar para a ampliação do processo de monitoramento da sustentabilidade nos municípios brasileiros de interesse turístico, independente do seu nível de classificação.

Além dos cases dos observatórios filiados a rede, a utilização do modelo proposto pela INSTO é evidenciada por Grechinsky *et al.* (2023) ao apontá-lo como o segundo conjunto que mais aparece em estudos acadêmicos aplicados ao redor do mundo, atrás apenas de sistemas individuais estabelecidos em contextos únicos e específicos. A grande maioria dos casos são de estudos baseados em aplicações no continente europeu, assim como os pesquisadores que mais publicam sobre o tema também são dali. Mesmo com o baixo número de publicações de origem latino-americana, quando se analisa a produção científica no Brasil a respeito da utilização de sistema de indicadores de sustentabilidade aplicados ao turismo, o conjunto da INSTO se mantém entre os mais citados (Grechinsky *et al.*, 2023).

Entre os pontos fortes do conjunto de indicadores INSTO Dias e Cordeiro, Leite e Partidário (2010) destacam o poder do sistema em obter informações capazes de orientar o processo de tomada de decisão, sua precisão em interpretar e trabalhar as três dimensões da sustentabilidade, além de estabelecer bases que facilitam a realização de estudos visando o desenvolvimento do turismo. Outros elementos capazes de justificar o uso desse conjunto de indicadores nos mais variados destinos é sua capacidade de adaptação para aplicação em diferentes escalas, a abordagem integrada das dimensões ambiental, econômica e social e, fator fundamental para o escopo dessa pesquisa, a viabilidade de construção a partir da coleta de dados primários ou secundários.

Considerando isso, no próximo capítulo são apresentados o método e as técnicas utilizadas durante a pesquisa visando propor a construção de indicadores baseados em dados abertos que possam colaborar com o monitoramento desses focos nos municípios brasileiros.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresenta-se a caracterização da pesquisa, sua delimitação e as estratégias que foram utilizadas para a coleta, análise, tratamento e validação dos resultados obtidos.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Pesquisas iniciam de fato com a definição do seu problema norteador. No caso deste estudo, o problema de pesquisa foi assim definido: “É viável construir indicadores para a gestão da sustentabilidade do turismo em municípios brasileiros a partir de dados abertos e considerando as dimensões e focos indicados pela Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável da Organização Mundial do Turismo (INSTO/UN Tourism)?”. Visando responder a esse questionamento, optou-se por abordá-lo em quatro etapas:

- a) Apresentar focos relevantes para a gestão da sustentabilidade do turismo nos municípios brasileiros de interesse turístico;
- b) Identificar fontes e dados abertos visando a construção de indicadores para monitoramento do turismo em nível municipal;
- c) Propor indicadores baseados em dados abertos para gestão da sustentabilidade do turismo nos municípios brasileiros;
- d) Validar os indicadores propostos junto a especialistas.

Considerando que o objeto de estudo abordado – indicadores para gestão do turismo baseados em dados abertos - tem sido trabalhado pelo autor de maneira prévia ao seu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, o presente trabalho deu continuidade à essa trajetória por meio de pesquisas bibliográficas e documentais que tiveram por objetivo revisar, fortalecer e clarificar a compreensão do processo de gestão da sustentabilidade do turismo nos destinos turísticos. Também procurou ampliar conhecimentos sobre o uso de indicadores orientados à gestão de destinos na realidade da administração pública brasileira, o que remete aos municípios de interesse turístico (Brasil, 2022).

Os resultados dessas pesquisas anteriores constam enquanto elementos apresentados na construção do corpo teórico do trabalho pois contribuíram para o

entendimento de que existe uma lacuna no campo científico sobre o uso de indicadores baseados em dados abertos para a gestão do turismo. A partir disso, avançou-se para a caracterização da pesquisa como sendo uma pesquisa exploratória. Nisso, foi considerado que o objetivo desse tipo de pesquisa está em “[...] proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.” (Gil, 2008, p. 27).

Aqui destaca-se o entendimento de que conceitos, assim como métodos e estratégias utilizados para algumas das temáticas abordadas possuem ampla discussão e vasta literatura disponível. Contudo, compreende-se que o caráter exploratório da pesquisa reside na proposta de intersecção desses temas com a construção de indicadores baseados em dados abertos.

Levando em conta essa caracterização exploratória e as etapas da pesquisa derivadas do problema este estudo foi construído por meio de métodos mistos, ou seja, valendo-se da coleta e da análise de dados qualitativos e quantitativos, combinando os seus procedimentos ao longo do percurso da pesquisa.

Sobre isso, os autores Creswell e Clark (2013) apontam a possibilidade de variação nas técnicas utilizadas como uma das vantagens do método misto. Em suas palavras:

A pesquisa de métodos mistos proporciona mais evidências para o estudo de um problema de pesquisa do que a pesquisa quantitativa ou qualitativa isoladamente. Os pesquisadores estão capacitados a usar todas as ferramentas de coleta de dados disponíveis ao invés de ficarem restringidos aos tipos de coleta de dados normalmente associados à pesquisa quantitativa ou à pesquisa qualitativa (p. 28).

Ainda segundo esses autores, a liberdade no uso de técnicas distintas torna a pesquisa prática, pois permite ao pesquisador tentar resolver seu problema de pesquisa com a utilização combinada de números e palavras. Depois de estabelecidas essas orientações gerais que nortearam a constituição do trabalho, apresenta-se o recorte escolhido para a coleta de dados.

3.2 RECORTE ESPACIAL E TEMÁTICO DA PESQUISA

Tendo por base os conhecimentos indicados no referencial teórico e visando responder o problema de pesquisa estabelecido, definiu-se como recorte espacial do processo de investigação os municípios brasileiros, pois é a escala mais elementar da gestão pública brasileira com autonomia administrativa (Brasil, 1988). Com isso vislumbrou-se a possibilidade de a metodologia proposta neste estudo poder ser replicada nacionalmente, gerando referenciais comparáveis entre si, assim como sugerem a OMT (2004) e a Comissão Europeia (2016).

Em alguns indicadores explorou-se, adicionalmente, focar a análise nos municípios classificados com interesse turístico pelo Ministério do Turismo, ou seja, em todos os municípios presentes no Mapa do Turismo Brasileiro (2024b), independentemente da sua categorização (A, B, C, D, E)⁶. Considerou-se nesse sentido que a inserção do município nessa base de dados representa um maior potencial para produção de indicadores específicos do setor considerando a própria produção de dados para constar desse instrumento.

Por fim, ressalta-se que a escolha desse recorte espacial levou em consideração a compreensão de que o nível municipal possui grande relevância no planejamento e gestão do turismo na atual conjectura da administração pública nacional do turismo, assim como é nesse nível o que dispõe de menos recursos entre os entes administrativos, apesar de ser o mais próximo da ocorrência das necessidades imediatas do setor (Lópes-Palomeque, 2014)

Como consta do referencial teórico, a pesquisa adotou a sustentabilidade como objetivo da gestão e do planejamento do turismo, considerando para isso as orientações da Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável (INSTO) quando sinalizou focos essenciais para monitoramento do Turismo. Por isso, o estudo incorporou suas indicações para abordar indicadores relacionados com os seguintes temas: gestão de recursos hídricos, gestão de efluentes, gestão de resíduos sólidos, gestão de energia, ação climática, empregos, benefícios econômicos, sazonalidade, governança, acessibilidade e bem-estar da comunidade local.

⁶ A partir de março de 2025, o Mapa do Turismo passou por adequações no formato de categorização dos municípios. Antes identificados pelas Letras A, B, C, D e E, agora serão classificados como “municípios turísticos”, “municípios com oferta turística complementar” e “municípios de apoio ao turismo”.

Com esses focos selecionados, a pesquisa buscou avançar sua adequação deles à realidade brasileira. Para isso, propôs articular a exploração das fontes e dos dados abertos identificados com a validação do seu uso para construção de indicadores de gestão do turismo em nível municipal. Nesta etapa, consultou especialistas da equipe do Observatório do Turismo da Serra Gaúcha (Quadro 2), enquanto pesquisadores que, vinculados ao projeto Destino 360° desse observatório, foram alocados para fazerem a validação dos indicadores nos focos de monitoramento de sua *expertise* (UCS, 2021).

Quadro 2 – Especialistas do Projeto Destino 360° do Observatório do Turismo da Serra Gaúcha

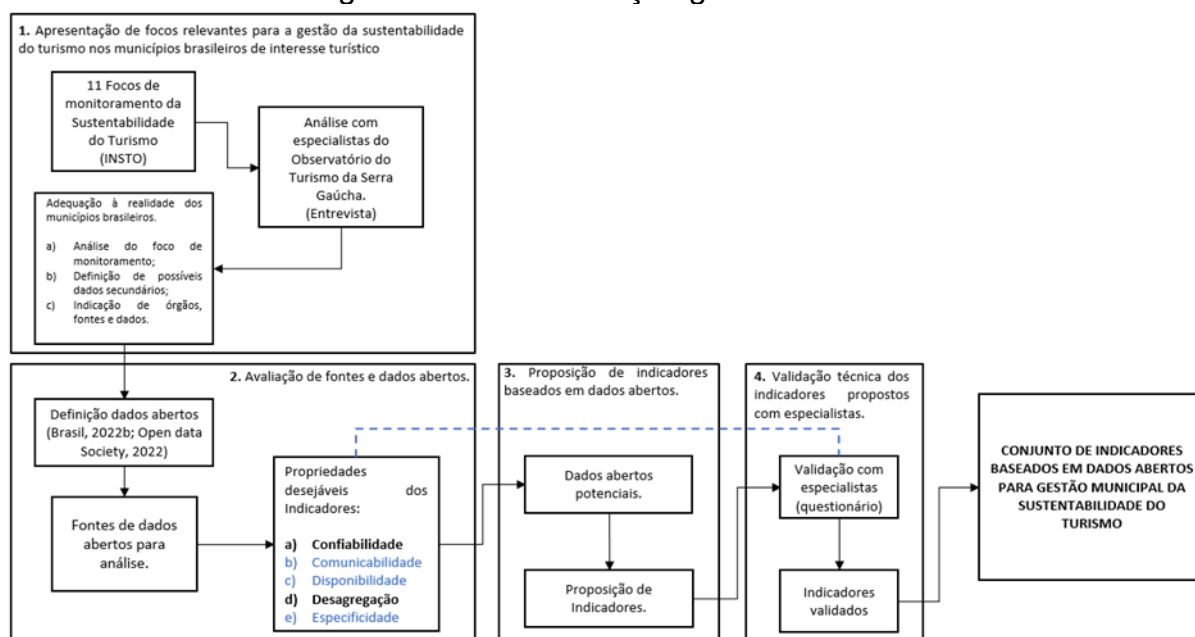
FOCO	PERFIL
Gestão de Recursos Hídricos	Bacharel em Ciências Biológicas/Doutora em Sensoriamento Remoto
Gestão Energética Gestão de Efluentes	Bacharel em Engenharia Ambiental/Doutora em Engenharia de Produção
Resíduos Sólidos	Bacharel em Engenharia Química/Doutora em Educação
Ação Climática	Licenciatura em Ciências Biológicas/Doutora em Biogeografia
Emprego Benefícios Econômicos	Bacharel em Ciências Econômicas/Doutora em Economia
Sazonalidade	Bacharel em Turismo/Doutor em Administração
Governança	Bacharel em Ciências Contábeis; Administração; Turismo / Doutora em Engenharia de Produção
Acessibilidade	Bacharel em Arquitetura e Urbanismo; Geografia/Doutor em Geografia
Satisfação Local	Licenciada em Letras/Doutora em Letras

Fonte: Adaptado pelo autor (2024) de UCS (2021).

Durante esta etapa de consulta aos especialistas e de identificação das necessidades de adequação dos dados para a construção de indicadores viáveis à realidade do país, contou-se com o apoio dos profissionais para identificar fontes e dados abertos que pudessem ser empregados na construção de indicadores para gestão da sustentabilidade do turismo nos municípios brasileiros.

A partir disso, prosseguiu-se com a realização das demais etapas do estudo seguindo a concepção geral explicitada na Figura 1.

Figura 1 – Caracterização geral do estudo



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

3.3 ESTRATÉGIAS PARA COLETA DE DADOS

Partindo do recorte delimitado espacialmente pela adoção da escala municipal e tendo em vista as recomendações da INSTO (OMT, 2004) enquanto focos de concentração do estudo, avançou-se na pesquisa de acordo com a sequência dos seus objetivos específicos, nisso contemplando as seguintes estratégias de coleta de dados: entrevista, pesquisa documental e aplicação de questionários. A seguir cada uma delas é abordada detalhadamente.

3.3.1 Entrevistas

Conforme Marconi e Lakatos (2005), a entrevista pode ser entendida de maneira ampla como um procedimento para coleta de dados que consiste no encontro entre duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto mediante uma conversação de natureza profissional que ajude no diagnóstico ou tratamento do problema observado. Na execução desse procedimento também foi adotado um caráter exploratório devido a amplitude de campos de análise previamente selecionados como parte do recorte de pesquisa pois, segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p. 69):

As entrevistas exploratórias visam economizar perdas inúteis de energia e de tempo na leitura, na construção de hipóteses e de observação. [...] tendo, portanto, como função principal revelar determinados aspectos do fenômeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas leituras.

Como esses autores salientam, quando se trata de entrevistas exploratórias há três categorias de interlocutores válidos: a) docentes, investigadores especializados e peritos; b) testemunhas privilegiadas do problema, e c) público direto do estudo. No caso desta pesquisa, optou-se pela realização de entrevistas com o primeiro grupo, composto por *docentes, investigadores especializados e peritos*, os quais foram consultados com o objetivo de obter sua contribuição na sugestão de fontes potenciais de dados abertos para a construção de indicadores orientados aos focos propostos pela INSTO, bem como de validação dos indicadores propostos no estudo considerando a sua pertinência e ou necessidade de adequação à realidade dos municípios brasileiros.

Como critério de seleção desses especialistas considerou-se o fato de eles já integrarem grupo de trabalho orientado para essa consulta e validação, no contexto do projeto Destino 360°, vinculado ao Observatório do Turismo da Serra Gaúcha (Bregolin *et al.*, 2024). Tendo essa relação de especialistas disponível, conforme apresentado anteriormente no Quadro 2, avançou-se para as entrevistas junto à cada profissional, demarcando assim o início da coleta e análise de cada um dos focos. Com base nos resultados dessa etapa, o estudo prosseguiu para a etapa de pesquisa documental, detalhada em seguida.

3.3.2 Pesquisa documental

Depois da realização das entrevistas com os especialistas para saber quais eram os principais pontos de atenção necessários em cada foco de monitoramento da INSTO e, quais tipos de dados deveriam ser buscados, passou-se a execução da pesquisa documental. Com ela o objetivo foi coletar dados sobre fontes e bases de dados que pudessem gerar um corpus de análise sobre dados abertos com potencial utilização para a construção de indicadores de sustentabilidade do turismo em municípios brasileiros. A escolha dessa técnica partiu da compreensão de que documentos seriam não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa,

[...] mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno. Assim, a pesquisa documental tradicionalmente vale-se dos registros cursivos que são persistentes e continuados. Exemplos clássicos dessa modalidade de registro são os documentos elaborados por agências governamentais (Gil, 2008, p. 147).

Como esse autor salientou a modalidade mais comum de documento consiste por um texto escrito em papel, mas também é preciso considerar o uso cada vez mais frequente de documentos eletrônicos disponibilizados nos mais diversos formatos. Diante disso, e considerando a necessidade de delimitação da pesquisa documental que seria aplicada, também se identificou nos escritos de Marconi e Lakatos (2005, p. 178) três principais fontes de documentos, as quais compostas respectivamente por:

a) Arquivos públicos: podem ser municipais, estaduais e nacionais. Em sua maior parte, contém documentos oficiais, publicações parlamentares, documentos jurídicos e iconografia.

b) Arquivos particulares: os quais distinguem-se entre domiciliar e institucional sendo constituídos de correspondências, memórias, diários, ofícios, atas, registros etc.

c) Fontes estatísticas: Dados e estudos estatísticos e censitários que estão a cargo de órgãos particulares e oficiais, tal como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Levando isso em consideração, o estudo optou por limitar o universo da pesquisa documental às fontes de dados abertos por entender eles como documentos passíveis de investigação em publicações eletrônicas, em seus mais diversos formatos, desde que atendam satisfatoriamente os critérios estabelecidos pelo estado brasileiro (Brasil, 2022) para seu entendimento como dado aberto conforme já explicitado no referencial teórico. Visando a organização da coleta desses dados, criou-se também um modelo de ficha de avaliação (Apêndice A), composta dos seguintes elementos: foco de monitoramento, indicador pretendido, órgão responsável pela produção do dado, base de dados em que está publicado, *link* de acesso e possíveis comentários.

Efetuada a coleta dos dados abertos e avaliada sua possibilidade de uso para a construção de indicadores de gestão da sustentabilidade do turismo no nível municipal, prosseguiu-se com a validação dos indicadores propostos junto aos especialistas mediante o uso de um questionário.

3.3.3 Aplicação de questionário

A terceira técnica de coleta de dados empregada na pesquisa foi a aplicação questionário. O instrumento foi utilizado de forma condicional, aplicado somente aos especialistas dos focos em que foi possível propor indicadores a partir dos dados abertos localizados durante a pesquisa documental. O objetivo dessa etapa foi mensurar de maneira uniforme os indicadores propostos por esta pesquisa nos diferentes focos. Ou seja, com o questionário (Apêndice B) procurou-se aferir, com base na opinião dos especialistas, a adequação de cada indicador em sua proposta de mensuração de algum aspecto relacionado à sustentabilidade da atividade turística em nível municipal, bem como a adequação do conjunto de indicadores propostos com relação a cobertura integral do foco de monitoramento pela INSTO.

Os elementos avaliativos presentes no instrumento de coleta foram elaborados a partir dos critérios de qualidade desejáveis para indicadores estabelecidos no referencial teórico, resultando em seis questões fechadas com escala. Para isso, adotou-se uma escala de tipo Lickert de sete pontos com caráter unidimensional, variando entre “nada adequado” e “totalmente adequado” (Dalmoro; Vieira, 2014). A opção por uma escala de sete pontos deve-se as condições e formatos variados dos indicadores submetidos à avaliação, permitindo assim uma melhor discriminação dos resultados.

O instrumento de coleta foi disponibilizado aos avaliadores de maneira online, utilizando a ferramenta *Google Forms*. Além das seis questões fechadas, o questionário dispunha de uma questão aberta, oferecendo a possibilidade para qualquer tipo de comentário ou apontamento mais elaborado referente ao indicador avaliado. Essa questão era não obrigatória, ficando ao critério de cada avaliador a necessidade de utilizá-la.

Cumpridos os processos associados a realização desses procedimentos, obtiveram-se os resultados apresentados no capítulo quatro.

4 RESULTADOS

Neste capítulo descreve-se a aplicação das metodologias citadas no capítulo três, assim como os resultados obtidos. Na tentativa de facilitar o entendimento desse processo retoma-se as etapas descritas na Figura 1 para expor os resultados de cada fase.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS FOCOS DE MONITORAMENTO

Apesar dos onze focos sugeridos pela INSTO terem sido apresentados no corpo teórico do trabalho mostrou-se necessário aprofundar a análise das orientações dessa rede para atingir o objetivo da pesquisa de pensá-los à luz da realidade brasileira. Essa rede dispõe em seu *site*⁷ de um repositório de ferramentas e fontes para cada um dos focos, na intenção de colaborar com os seus membros – ou observatórios aplicantes – no entendimento de quais objetivos justificariam monitorar aquela questão específica, assim como, de quais locais no mundo monitoram esses focos.

Nisso verificou-se que, mesmo com alguns documentos mais recentes estando à disposição, continua sendo o *Manual Indicator of Sustainable Development for Tourist Destination – A Guidebook*, de 2004 (OMT, 2004), a principal referência inicial do processo do monitoramento dos onze focos sugeridos. Esse documento possui um extenso capítulo em que são apresentados mais de 40 focos de monitoramento e grupos de indicadores baseados em desafios que foram comuns em destinos que na época da publicação já estavam trabalhando um sistema de monitoramento condizente com as suas realidades.

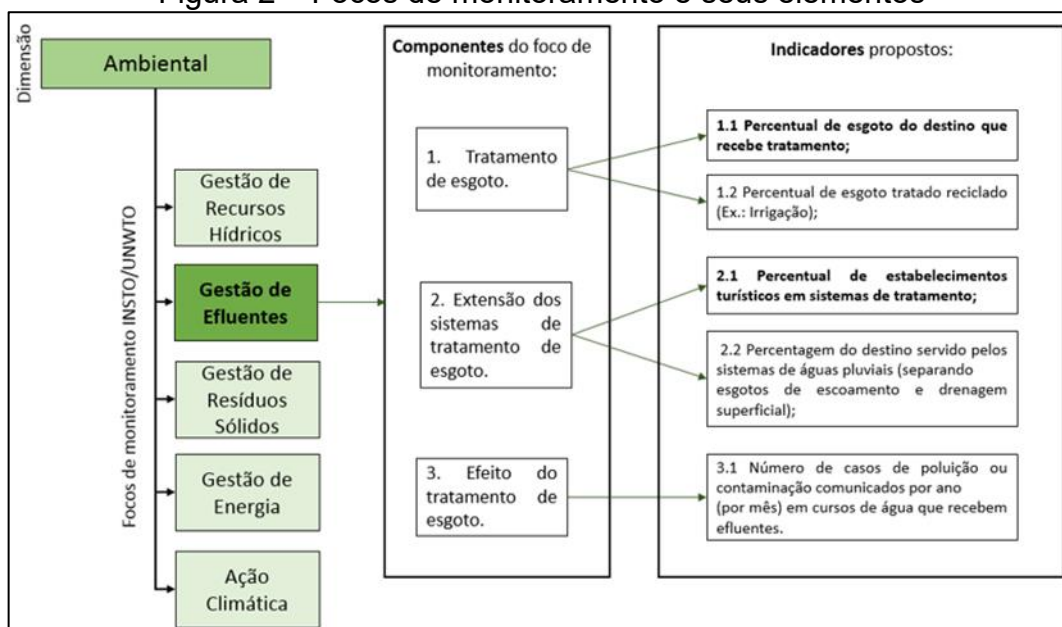
Essa fonte é categórica em ressaltar que não recomenda que todos os grupos de indicadores sejam usados para o monitoramento de todos os destinos, pois, como apresentado no corpo teórico do trabalho, entende-se que a definição dos indicadores a serem construídos, monitorados e analisados deve partir de uma análise realista dos atores envolvidos e afetados pela atividade turística em cada destino. Dessa forma, dentre os mais de 40 focos de monitoramento ali contidos, 11 são recomendados como sendo os “mínimos” a considerar: gestão de recursos hídricos,

⁷ Disponível em: <https://www.unwto.org/sustainable-development/unwto-international-network-of-sustainable-tourism-observatories/tools-resources>.

gestão de efluentes, gestão de resíduos sólidos, gestão de energia, ação climática, empregos, benefícios econômicos, sazonalidade, governança, acessibilidade e bem-estar da comunidade local.

Além da definição desses focos, são apresentados também subgrupos dentro deles, os quais são tratados como sendo “componentes do foco”. A partir desses componentes chega-se finalmente aos indicadores sugeridos para o monitoramento. A Figura 2 ilustra em detalhe esses níveis de informação.

Figura 2 – Focos de monitoramento e seus elementos



Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com base no documento INSTO/UN Tourism (2004).

Mesmo que esses *focos* sejam considerados obrigatórios para os membros da INSTO, o que se apresenta como *componentes* e *indicadores*, são tratados apenas como sugestão, ou seja, o destino pode optar por trabalhar outros indicadores que sejam condizentes com a proposta do foco de monitoramento e não estejam presentes nos indicadores sugeridos pela rede. Apesar disso, adotou-se esses indicadores sugeridos para cada um dos focos como sendo um ponto de partida para a pesquisa.

Todos os indicadores que compõem os 11 focos selecionados para esse trabalho podem ser vistos na íntegra no Apêndice C. No Quadro 3, apresenta-se um quadro síntese com a finalidade de descrever a quantidade de elementos relacionados a cada nível desse processo, incorporando os componentes do foco e os indicadores.

Quadro 3 – Quadro síntese da estrutura de monitoramento proposta pela INSTO/UN Tourism

Dimensão	Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores
Ambiental	Gestão Recursos Hídricos	8	16
	Gestão de Efluentes	3	5
	Gestão de Resíduos Sólidos	5	15
	Gestão de Energia	3	4
	Ação Climática	10	16
Econômica	Empregos	18	41
	Benefícios Econômicos	6	29
	Sazonalidade	4	16
	Governança	-	-
Social	Acessibilidade	6	16
	Bem-estar	10	28
TOTAIS		73	186

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com base no documento INSTO/UN Tourism (2004).

Depois dessa familiarização com a estrutura proposta pela INSTO, passou-se ao trabalho de tradução e preparação do material que seria apresentado aos especialistas.

4.2 TRADUÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PESQUISA AOS ESPECIALISTAS

Finalizada a etapa de familiarização e tradução dos focos de monitoramento com as suas subdivisões, iniciou-se a apresentação deles para os especialistas. Com o objetivo de otimizar as horas disponíveis com cada profissional, optou-se por realizar primeiramente encontros coletivos (pesquisador, orientador e especialistas) por dimensão, para depois seguir com encontros individuais orientados para cada foco (pesquisador e especialista).

Dessa forma, foram realizados três encontros, no ano de 2022, todos documentados e registrados no *blog* mantido pelo Núcleo de Inovação e Desenvolvimento Observação, Desenvolvimento e Inteligência Turística e Territorial da Universidade de Caxias do Sul. A primeira reunião ocorreu com o grupo de professores especialistas designados para os focos da dimensão ambiental⁸, no mês

⁸ O relato pode ser visto no blog. Disponível em: <https://nid-oditt-ucs.blogspot.com/2022/07/reuniao-de-especialistas-da.html>

de julho, a segunda com a especialista da dimensão econômica⁹, no mês de agosto e, por fim, com os professores especialistas dos focos da dimensão social¹⁰, no mês de outubro.

Nesses encontros, os principais objetivos foram familiarizar os especialistas com os objetivos da pesquisa, apresentando as motivações do estudo, bases teóricas e objetivos, assim como, a relação da pesquisa com o projeto Destino 360° do Observatório do Turismo da Serra Gaúcha. Em cada um desses momentos, apresentou-se o material da INSTO em detalhes, bem como, os procedimentos que seriam seguidos para, com a colaboração dos especialistas, buscar dados abertos com potencial utilização no monitoramento de cada foco, assim como para validar os eventuais indicadores propostos.

Os encontros seguiram todos a mesma estrutura, após a apresentação da pesquisa, os especialistas ficavam livres para questionar e aprofundar pontos que não estivessem claros. Ao finalizar a reunião, encaminhou-se para cada especialista o material específico do(s) foco(s) para os quais ele estava designado, tanto na versão original e integral, quanto na versão traduzida pelo autor (Apêndice C). Depois da entrega do material para os especialistas, respeitou-se um intervalo de tempo para que eles pudessem realizar a leitura e a análise do conteúdo. Concluída essa ação, iniciaram-se os encontros individuais para análise de cada foco de monitoramento.

4.3 ENTREVISTAS

Nessa fase aconteceram os encontros individuais entre o pesquisador e os especialistas. Estes ocorreram de maneira presencial ou *online*, conforme preferência e disponibilidade de cada especialista, tendo durações que variaram entre 1 e 2 horas de conversa, sendo conduzidas com um roteiro semiestruturado, mas de maneira bastante livre. O roteiro utilizado possuía três elementos essenciais a serem abordados, sendo eles:

- Divisão entre indicadores oriundos de dados primário ou de dados secundários, ou seja, realizar uma primeira filtragem dos indicadores INSTO visando

⁹ O relato pode ser visto no blog. Disponível em: <https://nid-oditt-ucs.blogspot.com/2022/08/reuniao-sobre-beneficios-economicos-e.html>

¹⁰ O relato pode ser visto no blog. Disponível em: <https://nid-oditt-ucs.blogspot.com/2022/10/dimensao-social-do-destino-360.html>

entender quais deles o especialista entendia haver potencial de ser encontrado via dados secundários e quais dependeriam exclusivamente de uma coleta primária;

- Especificidade ou equivalência de cada indicador – solicitou-se ao especialista se ele tinha conhecimento de produção brasileira em dados abertos de dado exatamente igual ou próximo o suficiente para ser considerado equivalente à cada um dos indicadores INSTO selecionados como possíveis de serem encontrados;
- Possíveis fontes e bases de dados – solicitação de indicações do pesquisador sobre onde poderia se explorar a busca desses dados.

O roteiro adotado possibilitou ao entrevistador a oportunidade de compreender um pouco mais sobre cada foco, uma vez que o escopo do monitoramento adotado é amplo e perpassa por áreas de conhecimento nas quais o pesquisador não possuía nenhuma afinidade ou contato prévio. A partir dessas entrevistas, destacaram-se alguns elementos comuns das análises dos especialistas a respeito material proposto pela INSTO, sendo eles:

a) **Linguagem:** foi quase unânime o apontamento de que alguns termos técnicos adotados pelo material original eram bastante distintos dos utilizados na realidade brasileira. Além disso, o fato de o pesquisador não possuir o conhecimento necessário para interpretação destes termos técnicos se refletiu na tradução do material. Esses apontamentos conduziram as entrevistas para uma revisão do material traduzido do original e algumas adequações de linguagem que facilitaram a busca por dados similares produzidos no Brasil na etapa seguinte da pesquisa.

b) **Lógica Europeia:** além da questão de linguagem e tradução, foi comum o apontamento de que lógica aplicada para a sugestão de diversos indicadores no material original provinham da experiência de países no qual a cultura de observação, coleta de dados e socialização de indicadores já está consolidada há algum tempo. Essa realidade faz com que exista um grande volume de dados disponíveis, permitindo o diagnóstico rápido de situações básicas e a produção de índices e indicadores mais sofisticados, situação diferente da maioria dos focos no Brasil. Além disso, por se tratar de um documento elaborado com base em experiências reais em monitoramento de destinos, há muitos elementos constituídos a partir de realidades que não são as mesmas dos destinos turísticos brasileiros, como por exemplo, destinos de neve e estações de esqui.

c) **Dados primários x Dados secundários:** em sintonia com a análise descrita anteriormente, notou-se durante as entrevistas que muitos dos indicadores propostos necessitavam de coleta de dados primários, ou seja, a realização de pesquisas *in loco* em cada destino para obter a informação necessária. Como essa questão era crucial para o atendimento dos parâmetros da pesquisa (trabalhar apenas com dados abertos, ou seja, obrigatoriamente dados secundários) direcionou-se as conversas para uma avaliação detalhada de cada um dos indicadores sugeridos dentro dos conjuntos de cada foco. Essa avaliação teve como objetivo que o especialista indicasse se para a obtenção de cada um desses indicadores seria necessária a aplicação de uma pesquisa com coleta primária de dados ou se o profissional tinha conhecimento de que o dado buscado era de alguma forma coletado e publicado sistematicamente. Essa definição entre indicadores primários e secundários realizada pelos especialistas durante as entrevistas foi crucial para sequência do estudo.

Durante esse momento, foi possível identificar que os focos de monitoramento da dimensão social – Acessibilidade e Bem-estar da comunidade local – eram majoritariamente compostos por indicadores de ordem qualitativa e que dependiam de pesquisas locais para serem obtidos, situação que limitou categoricamente a capacidade de ação dentro dos limites estabelecidos por esta pesquisa.

É de suma importância evidenciar que quase a totalidade dos indicadores, de todos os focos, que não foram definidos como primários, estavam condicionados à sua possibilidade de existência *online*. Ainda, que foram poucos os casos em que foi possível a definição imediata de que o indicador existia de forma pública com a identificação de quem fazia sua publicação.

Em muitos casos foi destacado pelo especialista que aquele dado especificamente talvez não seria possível encontrar, mas que existiria algo próximo ou similar para ser usado de maneira equivalente.

4.4 BUSCA DOS DADOS

Nesta fase a pesquisa procurou esmiuçar as bases de dados indicadas pelos especialistas, com as inúmeras ramificações que delas derivaram, a fim de identificar dados e indicadores que pudessem atender com equivalência efetiva os indicadores

propostos pela INSTO. Realizada entre junho de 2022 e agosto de 2023 tornou-se a fase mais extensa do estudo. Para a busca desses dados, foram utilizados elementos de “filtragem” *a priori*, os quais foram baseados nos critérios de qualidade desejáveis adotado no corpo teórico deste trabalho, a saber:

- **Confiabilidade:** o primeiro dos critérios considerado foi a confiabilidade. Considerando que o pesquisador não possuía os conhecimentos necessários para avaliar a metodologia e sistemática de coleta de cada um dos dados em si, optou-se por vincular a confiabilidade dos dados coletados diretamente ao responsável pela sua produção e divulgação. Neste caso, foram considerados para a pesquisa apenas dados obtidos de fontes oficiais do Governo Federal (ministérios, institutos e afins) ou vinculados à organismos e entidades com alto grau de reconhecimento na sociedade nos temas avaliados.
- **Desagregação:** considerando o recorte da pesquisa – municípios brasileiros de interesse turístico – buscou-se apenas dados que contemplassem todo o território nacional e tivessem como desagregação em nível municipal. Dessa forma, descartou-se o uso de dados publicados por fontes de governos estaduais e municipais.
- **Especificidade:** Tendo como elemento norteador os indicadores sugeridos pela INSTO, optou-se por trabalhar o critério de especificidade enquanto a exatidão ou equivalência entre eles e os dados encontrados.

Resumidamente, trabalhou-se na tentativa de reproduzir os indicadores sugeridos pela INSTO, por meio da coleta de dados abertos provenientes de órgãos governamentais ou de entidades amplamente reconhecidas socialmente, a fim de contemplar todos os municípios do Brasil.

4.5 CATALOGAÇÃO DOS DADOS ENCONTRADOS

Conforme a pesquisa avançou e o resultados foram sendo obtidos, os dados nacionais selecionados como equivalentes da INSTO foram sendo registrados em fichas. Essas fichas continham informação básicas, como a dimensão/foco/indicador INSTO a qual se referiam e a fonte de dados da qual foi extraída. Além disso, a ficha apresentava também informações que permitiram aos especialistas fazerem a

avaliação baseada nos critérios de qualidade desejáveis adotados para esse trabalho. Na Figura 3 apresenta-se um exemplo desta ficha.

Figura 3 – Exemplo de ficha de catalogação dos dados

Dimensão: Ambiental

Foco: 1. Gestão de Recursos Hídricos

Componente: 1.1 Utilização total de água em relação ao abastecimento.

Variável INSTO: 1.1.1 Utilização de água: (volume total consumido e litros por turista por dia).

Indicador sugerido: Consumo médio per capita de água no município.

Código Interno: DA_GRH_1.1.1(1)

Observação: Não sendo possível localizar um indicador do consumo exclusivo de turistas, sugere-se a utilização do consumo médio per capita de água no município, como meio de estabelecer comparativos.

Cálculo:

Forma de cálculo	Informações envolvidas	Unidade
$\frac{AG010 - AG019}{AG001} \times \frac{1.000.000}{365}$	AG001: População total atendida com abastecimento de água AG010: Volume de água consumido AG019: Volume de água tratada exportado	litro/dia

Comentários: AG001* utiliza-se a média aritmética dos valores do ano de referência e do ano anterior ao mesmo.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

Base de dados: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Acesso fonte: SNIS Série Histórica – Água e Esgoto. Indicadores Operacionais - água IN022 (<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>)

Unidade de Medida: litro/habitante/dia

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual (Publicado uma vez por ano)

Periodicidade: Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise)

Informações complementares: Glossário de Informações, Glossário de Indicadores, Diagnóstico Temático e Tabelas (<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/>)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A construção da ficha partiu da premissa de dois blocos de informações, com o primeiro bloco funcionando como uma catalogação interna da pesquisa que apresentava a variável INSTO trabalhada e o seu desmembramento (Dimensão > Foco > Componente > Variável). Essas informações seguiam o mesmo padrão do material entregue para cada um dos especialistas (Figura 4).

Figura 4 – Catalogação interna da pesquisa

Dimensão: Ambiental
Foco: 1. Gestão de Recursos Hídricos
Componente: 1.1 Utilização total de água em relação ao abastecimento.
Variável INSTO: 1.1.1 Utilização de água: (volume total consumido e litros por turista por dia).

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

No segundo bloco constava o indicador sugerido pela pesquisa como equivalente à variável INSTO e as informações necessárias para que os especialistas pudessem responder ao questionário de avaliação na próxima etapa da pesquisa (Figura 5). Os campos de informações foram pensados a partir do material adotado no referencial teórico como critérios de qualidade dos indicadores.

Figura 5 – Indicador sugerido pela pesquisa

Indicador sugerido: Consumo médio per capita de água no município.

Código Interno: DA_GRH_1.1.1(1)

Observação: Não sendo possível localizar um indicador do consumo exclusivo de turistas, sugere-se a utilização do consumo médio per capita de água no município, como meio de estabelecer comparativos.

Cálculo:

Forma de cálculo	Informações envolvidas	Unidade
$\frac{AG010 - AG019}{AG001} \times \frac{1.000.000}{365}$	AG001: População total atendida com abastecimento de água AG010: Volume de água consumido AG019: Volume de água tratado esgoto	l/hab./dia

Comentários: AG001 utiliza-se a média aritmética dos valores do ano de referência e do ano anterior ao mesmo.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

Base de dados: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Acesso fonte: SNIS Série Histórica – Água e Esgoto. Indicadores Operacionais - água IN022 (<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>)

Unidade de Medida: litro/habitante/dia

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual (Publicado uma vez por ano)

Periodicidade: Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise)

Informações complementares: Glossário de Informações, Glossário de Indicadores, Diagnóstico Temático e Tabelas (<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/>)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Esses procedimentos foram adotados ao longo da pesquisa documental de todos os focos trabalhados. Todas as fichas construídas são citadas no Apêndice A. Na etapa a seguir, apresenta-se individualmente os resultados obtidos em cada dimensão e foco de monitoramento.

4.6 DIMENSÃO AMBIENTAL

Nessa seção são apresentados os resultados obtidos para cada um dos focos da dimensão ambiental.

4.6.1 Gestão de recursos hídricos

Nesse foco, a INSTO aponta 8 componentes e 15 indicadores. Na primeira seleção junto ao especialista entendeu-se que 4 indicadores somente seriam possíveis de obtenção por meio da coleta primária dos dados em cada um dos municípios. Com isso, restaram 11 como passíveis de serem construídos a partir de dados secundários. Por meio da pesquisa em base de dados abertos foi possível localizar informações suficientes para a sugestão de indicador equivalentes à 9 deles, conforme Quadro 4.

Quadro 4 – Gestão de resíduos hídricos

(continua)

Componentes do Foco	Indicadores	Dado primário	Dado secundário	Indicador sugerido
1.1 Utilização total de água em relação ao abastecimento	1.1.1 Utilização de água: (volume total consumido em litros por turista por dia).		X	Consumo médio <i>per capita</i> de água no município.
1.2 Iniciativas de conservação e resultados	1.2.1 Economia de água (percentual de redução de consumo, de reutilização ou reciclagem);		X	Índice de esgoto tratado referente à água consumida.
	1.2.2 Percentual de água residual ou água cinzenta reciclada;		X	
	1.2.3 Número de estabelecimentos que participam de programas de conservação de água, aplicação de políticas e técnicas de conservação de água (por exemplo, hotéis que utilizam chuveiros econômicos, existência de aconselhamento do hóspede sobre economia de água etc.).	X		
1.3 Escassez sazonal/Escassez de água	1.3.1 Número de incidentes de escassez por ano ou número de dias por ano com escassez de oferta;		X	Duração média das paralisações.

(conclusão)

	1.3.2 Percentual de perda no sistema reticulado;		X	Índice de perdas na distribuição.
	1.3.3 Percentual do abastecimento de água importada para região.		X	Volume de água bruta importada.
1.4 Distribuição da água pelos usuários (agricultura, residentes locais, empreendimentos turísticos e etc)	1.4.1 Utilização total como percentagem da capacidade instalada;		X	Índice de consumo de água.
	1.4.2 Uso total por cada setor;		X	N/A
1.5 Custo e preço da água	1.5.1 Preço da água por litro ou metro cúbico.		X	Tarifa média de água.
1.6 Pureza do abastecimento de água potável	1.6.1 Percentual de estabelecimentos turísticos com água tratada de acordo com o padrão internacional de água potável;	X		
	1.6.2 Percentual da população com acesso à água tratada (indicadores de desenvolvimento sustentável da ONU);		X	Índice de atendimento total de água.
	1.6.3 Número de incidentes de violação dos padrões de qualidade da água.		X	Incidência das análises de coliformes totais fora do padrão.
1.7 Impacto de contaminação na saúde dos turistas	1.7.1 Frequência das doenças de origem hídrica: percentagem de visitantes que relatam doenças de origem hídrica durante a sua estada.	X		
1.8 Impacto da contaminação relacionada com a água na imagem do destino	1.8.1 Percepção de limpeza dos alimentos e da água (questionário de saída).	X		11

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nesse primeiro foco foi possível observar um número elevado de indicadores INSTO provenientes de dados secundários. Da mesma forma ressalta-se o alto número de indicadores que puderam ser sugeridos pela pesquisa. Todos os 9 indicadores sugeridos foram obtidos em uma única fonte, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), o qual durante o período em que se realizou a coleta estava vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional. Hoje encontra-se aos cuidados do Ministério das Cidades. No Quadro 5 há uma síntese dos resultados obtidos no foco Gestão de Recursos Hídricos.

¹¹ A numeração apresentada nas tabelas de resultados é referente a catalogação interna dos resultados, presente nas fichas do Apêndice A, e não a numeração dos capítulos deste trabalho.

Quadro 5 – Síntese gestão de recursos hídricos

Dimensão	Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores	Indicadores proveniente de dados secundários	Indicadores sugeridos pela pesquisa	Base de dados
Ambiental	Gestão Recursos Hídricos	8	15	11	9	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Como evidenciado no quadro obteve-se um total de 11 (73,33%) indicadores potenciais gerados a partir de dados secundários. Desses, 9 indicadores nacionais foram considerados como potencialmente equivalentes, o que representa uma cobertura de 60% em relação aos 15 indicadores sugeridos pela INSTO.

4.6.2 Gestão de efluentes

Neste foco a INSTO aponta 3 componentes e 5 indicadores. Na primeira seleção com especialista entendeu-se que 2 deles somente poderiam ser obtidos por meio da coleta primária dos dados em cada um dos municípios. Com isso, 3 indicadores foram considerados potenciais para serem construídos com dados secundários. Com a pesquisa em base de dados abertos foi possível localizar informações suficientes para a sugestão de 2 indicadores, conforme Quadro 6.

Quadro 6 – Gestão de efluentes

(continua)

Componentes do Foco	Indicadores	Dado primário	Dado secundário	Indicador sugerido
2.1 Tratamento de esgoto	2.1.1 Percentual de esgoto do destino/município que recebe tratamento;		X	Índice de tratamento de esgoto.
	2.1.2 Percentual de esgoto tratado reciclado (Ex.: Irrigação);		X	
2.2 Extensão dos sistemas de tratamento de esgoto	2.2.1 Percentual de estabelecimentos turísticos em sistemas de tratamento adequados;	X		
	2.2.2 Percentagem do destino servido pelos sistemas de águas pluviais (separando esgotos de escoamento e drenagem superficial);		X	Taxa de cobertura de vias públicas com redes ou canais pluviais subterrâneos na área urbana.

(conclusão)

2.3 Efeito do tratamento de esgoto.	2.3.1 Número de casos de poluição ou contaminação comunicados por ano (por mês) em cursos de água que recebem efluentes.	X		
-------------------------------------	--	---	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nesse segundo foco nota-se um número menor de indicadores INSTO e um equilíbrio entre a classificação de primários e secundários. Assim como, no foco anterior, ambos indicadores sugeridos têm origem no SNIS. No Quadro 7 expõe-se a síntese dos resultados deste foco

Quadro 7 – Síntese gestão de efluentes

Dimensão	Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores	Indicadores proveniente de dados secundários	Indicadores sugeridos pela pesquisa	Base de dados
Ambiental	Gestão de Efluentes	3	5	3	2	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Como evidenciado no quadro obteve-se um total de 3 indicadores potencialmente sendo construídos como dados secundários, ou seja 60% dos indicadores sugeridos pela INSTO. Desses, 2 indicadores nacionais foram considerados potencialmente equivalentes, o que representou ao final uma cobertura de 40% em relação aos 5 indicadores sugeridos pela rede

4.6.3 Gestão de resíduos sólidos

A INSTO aponta 5 componentes e 15 indicadores. Na primeira seleção junto ao especialista entendeu-se que 6 deles somente seriam possíveis de obtenção via coleta primária dos dados em cada um dos municípios. Disso resultou 9 passíveis de serem construídos com dados secundários. Por meio da pesquisa em base de dados abertos foi possível identificar informações suficientes para a sugestão de 7 indicadores equivalentes (Quadro 8).

Quadro 8 – Gestão de resíduos sólidos

(continua)

Componentes do Foco	Indicadores	Dado primário	Dado secundário	Indicador sugerido
3.1 Gestão do total de resíduos recolhidos em um destino/município	3.1.1 Quantidade total de resíduos recolhidos;		X	Quantidade total de RDO e RPU coletada por todos os agentes.
	3.1.2 Volume de resíduos produzidos pelo destino/município (toneladas) por pessoa (anual e mensal);		X	Massa de resíduos domiciliares e públicos (RDO + RPU) coletada per capita em relação à população total atendida pelo serviço de coleta.
	3.1.3 Resíduos eliminados por método (especificar, por exemplo, incineração, depósito em aterro e etc.)		X	
	3.1.4 Resíduos atribuíveis ao Turismo (Por mês ou temporada);		X	
3.2 Redução dos resíduos produzidos	3.2.1 Volume de resíduos reciclados (m³) / Volume total de resíduos (m³);		X	Taxa de recuperação de recicláveis em relação à quantidade de RDO e RPU do município/destino.
	3.2.2 Número de estabelecimentos turísticos com coleta seletiva, capacidade de coleta seletiva dos moradores locais;		X	Taxa de cobertura da coleta seletiva porta a porta em relação a população urbana.
	3.2.3 Número de estabelecimentos turísticos que reciclam o próprio resíduo (compostagem, por exemplo).	X		
3.3 Prestação de serviços de coleta de resíduos	3.3.1 Percentual da área do destino/município coberta por serviços de coleta de resíduos sólidos (ênfase em áreas urbanas);		X	Taxa de cobertura da coleta RDO em relação a população urbana.
	3.3.2 Percentual de estabelecimentos turísticos abrangidos por programas de coleta de resíduos sólidos.	X		
3.4 Substâncias perigosas (redução	3.4.1 Número e volume de substâncias perigosas em utilização no destino/município;	X		
	3.4.2 Percentual destas substâncias para quais existem políticas e programas de gestão e		X	Existência de coleta diferenciada para resíduos sólidos de serviços de saúde.

(conclusão)

e manuseio)	eliminação adequadas;			
	3.4.3 Percentual de colaboradores (no município) informados e treinados na utilização e eliminação das substâncias perigosas que utilizam (exemplo: engenheiros formados no manuseamento de vazamento acidentais).	X		
3.5 Manutenção da percepção do Destino como limpo	3.5.1 Quantidade de resíduos recolhidos de áreas e via públicas;		X	Quantidade de resíduos públicos coletados.
	3.5.2 Quantidade de resíduos espalhados em áreas públicas;	X		
	3.5.3 Percepção de limpeza do destino/município (com base em questionários).	X		

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Assim como nos focos vistos previamente, todas as informações foram obtidas junto ao SNIS. Cabe destacar também a existência de indicadores mais qualitativos (componente 3.5) entre os sugeridos pela INSTO nesse foco. O Quadro 9 apresenta a síntese dos resultados.

Quadro 9 – Síntese gestão dos resíduos sólidos

Dimensão	Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores	Indicadores proveniente de dados secundários	Indicadores sugeridos pela pesquisa	Base de dados
Ambiental	Gestão de Resíduos Sólidos	5	15	9	7	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Como evidenciado no quadro, 9 indicadores (60%) foram considerados com potencial de construção a partir de dados secundários. Desses, 7 indicadores nacionais foram considerados potencialmente equivalentes, o que representa uma cobertura de 46,67% em relação aos 15 indicadores sugeridos pela INSTO.

4.6.4 Gestão de energia

Nesse foco são sugeridos 3 componentes e 4 indicadores. Na primeira seleção com a especialista entendeu-se que 2 deles somente seriam possíveis de

obtenção por meio de coleta primária. Com isso, restaram 2 indicadores passíveis de serem construídos a partir de dados secundários. Nesse foco em específico a pesquisa não conseguiu localizar dados abertos que atendessem aos critérios estabelecidos para que fosse possível sugerir indicadores.

Quadro 10 – Gestão de energia

Componentes do Foco	Indicadores	Dado primário	Dado secundário	Indicador sugerido
4.1 Medição de utilização e conservação de energia	4.1.1 Consumo de energia per capita. (por pessoa, por dia).		X	
4.2 Programas de gestão de energia	4.2.1 Percentual de empresas que participam em programas de conservação de energia, ou que aplicam políticas e técnicas de economia de energia.	X		
4.3 utilizações de fontes de energia renováveis	4.3.1 Percentual de consumo de energia proveniente de recursos renováveis;		X	
	4.3.2 Percentual de estabelecimentos (ex.: Hotéis) que utilizam fontes renováveis, gerando a própria energia.	X		

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Diferentemente dos demais focos apresentados até aqui, neste a pesquisa não foi capaz de encontrar dados que permitissem a sugestão de indicadores. No decorrer da pesquisa documental encontrou-se dados que atenderiam ao que foi especificado no item 4.1.1, porém esses dados estavam disponíveis apenas em nível estadual, dessa forma não atendendo ao recorte definido para o presente trabalho.

Quadro 11 – Síntese gestão de energia

Dimensão	Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores	Indicadores proveniente de dados secundários	Indicadores sugeridos pela pesquisa	Base de dados
Ambiental	Gestão de Energia	3	4	2	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Como evidenciado no quadro obteve-se um total de 2 indicadores (50%) potenciais com dados secundários. Desses, nenhum indicador nacional foi considerado potencialmente equivalente, o que representa uma cobertura de 0% em relação aos 4 indicadores sugeridos pela INSTO.

4.6.5 Ação climática

Neste foco a INSTO aponta 10 componentes e 16 indicadores. Na primeira seleção junto ao especialista verificou-se que 8 deles dependiam de obtenção via coleta primária, que 2 deles não se aplicariam a realidade brasileira (componente 5.5), disso resultando 6 indicadores possíveis de serem construídos com dados secundários. Por meio da pesquisa em base de dados abertos foi possível localizar informações suficientes para a sugestão de indicador equivalente em 3 deles (Quadro 12).

Quadro 12 – Ação climática

(continua)

Componentes do Foco	Indicadores	Dado primário	Dado secundário	Indicador sugerido
5.1 Alterações climáticas e eventos climáticos extremos	5.1.1 Frequência de eventos climáticos extremos;		X	Número de vezes em que o município/destino decretou situação de emergência/calamidade pública no último ano.
	5.1.2 Valor do prejuízo no setor turístico.		X	Prejuízos Econômicos Privado - Valor da perda no setor do comércio e nos setores de serviços, ocorrido em decorrência direta dos efeitos do desastre.
5.2 Nível de exposição ao risco	5.2.1 Percentual de empreendimentos turísticos localizados em zonas vulneráveis.		X	Parcela de domicílios em situação de risco de inundação.
5.3 Grau de planejamento para impactos de alterações climáticas	5.3.1 Grau em que as zonas turísticas estão cobertas por planos de contingência ou emergência (existência de plano, percentual de área incluída).	X		
	5.4.1 Valor da infraestrutura turística localizada abaixo do nível máximo estabelecido para tempestades;	X		

(conclusão)

5.4 Impacto na costa	5.4.2 Valor anual de danos causados por tempestades ou inundações;		X	
	5.4.3 Percentual da área turística com defesa marítima.	X		
5.5 Impacto nas montanhas	5.5.1 Percentual de áreas de esqui com equipamento para fazer neve;	Não aplicável.	Não aplicável.	
	5.5.2 Percentual de área de esqui já estabelecida que não possuiria condições da prática em caso de aquecimento.	Não aplicável.	Não aplicável.	
5.6 Impacto na vida selvagem e na biodiversidade	5.6.1 Percentual de turismo que depende da observação de espécies (percentual de espécies consideradas vulneráveis a alterações climáticas).	X		
5.7 Emissões de gases com efeito estufa pelo destino/município	5.7.1 Total de CO2 produzido devido ao consumo de energia na comunidade;	X		
	5.7.2 Consumo de combustíveis fósseis pelo setor de Turismo.	X		
5.8 Utilização de combustível para transporte	5.8.1 Consumo total per capita de combustíveis fósseis para transporte;		X	
	5.8.2 Consumo total de combustíveis fósseis no destino para o transporte turístico.	X		
5.9 Consumo de energia relacionado com o controle de temperatura	5.9.1 Número e percentual de quartos com ar-condicionado ou outra forma de aquecimento.	X		
5.10 Cobertura de áreas naturais	5.10.1 Percentual de área natural coberta no território do destino (alteração ao longo do tempo).		X	

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Os resultados do último foco de monitoramento da dimensão ambiental se diferenciaram dos demais apresentados anteriormente. Pela primeira vez não houve necessidade de buscar indicadores INSTO para um componente (5.5), em razão dele abordar situações que inexistem no Brasil, como montanhas de neve e estações de esqui. Até então, nos demais focos, mesmo que a possibilidade de encontrar o dado

específico tal qual sugerido pela INSTO fosse baixo, observava-se sempre a possibilidade de existência de dado algum dado com significado próximo ou equivalente nos componentes.

Nota-se também pela primeira vez que a obtenção dos dados ocorria em outras bases que não o SNIS. Os indicadores sugeridos para os itens 5.1.1 e 5.1.2 são provenientes da Secretária Nacional de Proteção e Defesa Civil, sob a supervisão do Ministério de Desenvolvimento Regional. No Quadro 13, consta uma síntese dos resultados para o foco de Ação Climática.

Quadro 13 – Síntese ação climática

Dimensão	Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores	Indicadores proveniente de dados secundários	Indicadores sugeridos pela pesquisa	Base de dados
Ambiental	Ação Climática	10	16	6	3	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Como evidenciado no quadro obteve-se um total de 6 indicadores (37.50%) potenciais obtidos com dados secundários. Desses, 3 indicadores nacionais foram considerados potencialmente equivalentes, o que representa uma cobertura de 18,75% em relação aos 16 indicadores sugeridos pela INSTO.

4.6.6 Comentários gerais sobre a Dimensão Ambiental

Cinco focos compuseram a Dimensão Ambiental: Gestão de Recursos Hídricos, Gestão de Efluentes, Gestão de Resíduos Sólidos, Gestão de Energia e Ação climática. Durante o processo de pesquisa documental dessa dimensão foi possível constatar algumas situações comuns a todos eles, como por exemplo, a diferença entre as terminologias adotadas no material da INSTO e as bases de dados brasileiras consultadas. A OMT (2022) apresenta uma linguagem mais generalista, sem oferecer detalhes ou especificidades (unidades de medidas, por exemplo) as quais seriam importantes para a construção do indicador. Por sua vez, as bases de dados apresentam uma terminologia bastante técnica.

Esse fator pode ser considerado um dos principais obstáculos enfrentados ao longo desse trabalho pois implicava navegar por centenas de dados e indicadores construídos e apresentados a partir de fórmulas e terminologias que não faziam parte do repertório do pesquisador, o qual procurava interpretar e identificar quais deles poderiam de alguma forma serem utilizados.

Ainda quanto a isso, é impreterível ressaltar a importância do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS) para os resultados desse trabalho dentro dessa dimensão. Além de concentrar, sistematizar e publicar os dados coletados por milhares de municípios, concessionárias e autarquias responsáveis pelos serviços de água e esgoto em todo Brasil, ele também disponibiliza uma série de materiais complementares que auxiliam na leitura e na interpretação dos dados. Mesmo que esses dados disponibilizados sejam baseados na população residente fixa e não necessariamente leve em conta o fluxo de visitantes e seus impactos sobre os resultados totais, fator ressaltado pelos especialistas, ainda assim são dados valiosos e que podem servir como base de análise na ausência de estudos específicos direcionados a mensurar o impacto da atividade turística.

Além da questão da terminologia, há também a questão da especificidade de cada indicador. Raros são os indicadores sugeridos que atendem especificamente o mesmo que é proposto pela INSTO. Na maioria dos casos os indicadores sugeridos atendem parcialmente ou apresentam informações que, ainda que não sejam exatamente iguais, permitem colaborar para o monitoramento do foco, mesmo que parcialmente.

Outro desafio relevante encontrado no decorrer da pesquisa nesta dimensão foi a constante atualização e alteração da interface das páginas dos ministérios, dificultando a retomada de informações previamente consultadas.

É válido ressaltar também que muitos dos indicadores INSTO classificados como primários nesse trabalho podem já estar sendo coletados e monitorados em nível local, apontamento esse unânime entre os especialistas. Isso posto, segue o resumo dos resultados da Dimensão Ambiental (Quadro 14) e, em seguida, passa-se para os resultados dos focos de monitoramento da Dimensão Econômica.

Quadro 14 – Resumo dos resultados da dimensão ambiental

Dimensão	Focos	Indicadores	Baseados em dados secundários	Indicadores sugeridos pela pesquisa	Bases utilizadas
Ambiental	5	55	31	21	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Sendo assim, dos 55 indicadores sugeridos pela INSTO entendeu-se 31 (53,57%) como potencialmente obtíveis a partir de dados secundários. Desses, 21 indicadores nacionais foram considerados potencialmente equivalentes, o que representa uma cobertura de 38,18% em relação ao total de indicadores sugeridos pela INSTO nesta dimensão.

4.7 DIMENSÃO ECONÔMICA

Nesta dimensão, a INSTO cita 04 focos, sendo eles Empregos, Benefícios Econômicos, Sazonalidade e Governança.

4.7.1 Empregos

Neste foco a INSTO aponta 18 componentes e 41 indicadores. Na primeira seleção acompanhado do especialista entendeu-se que 34 deles somente seriam possíveis de obtenção via coleta primária dos dados em cada um dos municípios. Desse modo, 8 foram considerados possíveis de serem construídos a partir de dados secundários. Foi possível localizar informações suficientes em base de dados abertos para a sugestão de indicador equivalente para 7 deles, conforme Quadro 15.

Quadro 15 – Empregos

(continua)

Componentes do Foco	Indicadores	Dado primário	Dado secundário	Indicador sugerido
6.1 Stress	6.1.1 Percentual de trabalhadores do turismo (dividido por gênero) que sofrem de cansaço e stress excessivo como resultado do trabalho.	X		
6.2 Acolhimento infantil	6.2.1 Percentual de empreendimentos turísticos que oferecem serviço de creche ou similares aos empregados com filhos.	X		
6.3 Saúde e segurança	6.3.1 Percentual de empreendimentos turísticos que tem regulamentos/comprometimento em matéria de igualdade de oportunidade	X		

(continuação)

	entre homens e mulheres;			
	6.3.2 Percentuais de empreendimentos turísticos que promovem a sensibilização do pessoal para saúde ocupacional, segurança e questões que afetam as trabalhadoras mulheres.	X		
6.4 Transporte	6.4.1 Percentual de empreendimentos turísticos que oferecem transporte para mulheres que regressam a noite.	X		
6.5 Discriminação contra mulheres/homens	6.5.1 Percentual de empregados que acreditam que seu gênero afetou em promoções, salário ou benefícios.	X		
6.6 Oportunidades para mulheres	6.6.1 Percentual de homens e mulheres entre todos os empregos no turismo.	X		
	6.6.2 Percentual de homens e mulheres entre todos os empregos formais no turismo;		X	Quantitativo de empregados com registro em carteira de trabalho no setor de turismo (ACTs definidas), por sexo.
	6.6.3 Percentual de homens e mulheres entre todos os empregos informais no turismo;	X		
	6.6.4 Percentual de homens e mulheres em emprego de meio período.	X		
6.7 Longevidade de carreira	6.7.1 Percentual de mulheres em diferentes faixas salariais no turismo;		X	Percentual de mulheres em diferentes faixas salariais do turismo.
	6.7.2 Percentual de homens e mulheres em posições não qualificadas, semiquelificadas e altamente qualificadas no turismo;	X		
6.8 Empreendedorismo	6.8.1 Percentual de mulheres proprietárias ou responsável pelo comando de empreendimentos turísticos;	X		
	6.8.2 Percentual de empreendimentos ligados ao turismo registrado em nome de mulheres.	X		
6.9 Treinamento	6.9.1 Percentual de mulheres trabalhadoras do turismo com treinamento/educação formal;	X		
	6.9.2 Percentual de mulheres matriculadas em programas formais de treinamento/educação.	X		

(continuação)

6.10 Turismo Comunitário	6.10.1 Percentual de mulheres/homens envolvidas diretamente (prestação de serviços) em projeto de turismo de base comunitária;	X		
	6.10.2 Percentual de mulheres/homens envolvidos diretamente (fornecimento de bens) em projetos de turismo de base comunitária.	X		
6.11 Propriedade	6.11.1 Percentual de homens/mulheres proprietários de empresas ligadas ao turismo de base comunitária.	X		
6.12 Compensação financeira	6.12.1 Rendimento médio das mulheres/homens que trabalham em negócios de turismo de base comunitária;	X		
	6.12.2 Percentual de mulheres/homens envolvidos com turismo de base comunitária satisfeitos com seu trabalho e compensação financeira;	X		
6.13 Propriedade de terras	6.13.1 Percentual de homens/mulheres com propriedade de terras em áreas de interesse turístico;	X		
	6.13.2 Percentual de homens/mulheres titulares de direitos a arrendamentos turísticos.	X		
6.14 Empréstimos	6.14.1 Percentual de empréstimos bancários para mulheres/homens destinado a empreendimentos turísticos;	X		
	6.14.2 Percentual de homens/mulheres em situação de inadimplência de empréstimos bancários;	X		
	6.14.3 Percentual de doações concedidas a mulheres/homens para empreendimentos turísticos.	X		
6.15 Número e qualidade dos empregos no Turismo (volume de negócios, sazonalidade, níveis salariais)	6.15.1 Número total de empregados no setor de Turismo (por categoria: Hospedagem, transporte, alimentação);		X	Número de vínculos formais em cada ACT e total.
	6.15.2 Nível de retenção dos empregados;		X	Tempo dos vínculos formais em cada ACT e total.
	6.15.3 Percentual de empregos que são turno integral, o ano inteiro;		X	Percentual de postos de trabalho integrais nas ACTs.
	6.15.4 Taxa de desemprego no destino durante a baixa temporada;		X	
	6.15.5 Análise dos salários.	X		

(conclusão)				
6.16 Desenvolvimento profissional e pessoal	6.16.1 Percentual de empregados qualificados/certificados;		X	Percentual dos trabalhadores formais nas ACTs com curso superior.
	6.16.2 Fundos de formação dedicados a empregados, frequência dos programas de formação e nível de participação;	X		
	6.16.3 Possibilidade de formação no local de trabalho.	X		
6.17 Satisfação com o trabalho (tipo de trabalho, ambiente, segurança etc.)	6.17.1 Satisfação dos empregados;	X		
	6.17.2 Promoções;	X		
	6.17.3 Faixas salariais (absoluta e comparada com outros setores);		X	Comparação média salarial das ACTs x totalidade dos vínculos formais.
	6.17.4 Capacidade do empregado influenciar a mudança e/ou melhorias nos processos empresariais;	X		
	6.17.5 Número de acidentes de trabalho (e custo das indenizações).	X		
6.18 Falta de mão-de-obra qualificada	6.18.1 Medição de erros ou desperdício gerado (com valor calculado sempre que possível);	X		
	6.18.2 Insatisfação do turista.	X		

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Alguns pontos de diferenciação ficaram bem evidentes nesse primeiro foco de monitoramento da Dimensão Econômica em comparação com os focos vistos previamente na Dimensão Ambiental. O primeiro é o maior número de indicadores sugeridos, 41, enquanto os focos da dimensão anterior traziam uma média de 11. Também a maior proporcionalidade de indicadores de caráter qualitativo (a exemplo dos indicadores 6.15.5; 6.16.2; 6.16.3; 6.17.1; 6.17.2 e 6.18.2). Ainda o fato de os indicadores deste foco serem mais diretamente relacionados com o setor de turismo, diferentemente dos anteriores que eram orientados ao espaço geográfico, tendo o propósito de compreender a situação do destino como um todo sem priorizar o setor.

Com isso, verificou-se desafios significativos para a pesquisa envolvendo um alto número de indicadores classificados como sendo passíveis de construção apenas via dados primários; e, segundo que para atingir a questão da possibilidade de sugerir algo construído por meio dos dados secundários abertos seria necessário delimitar o entendimento de “setor turístico” segundo a realidade.

Para dar conta desse aspecto, optou-se por avaliar quais códigos da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAEs) seriam considerados Atividades Características do Turismo (ACTs). Por tal, avaliou-se quais atividades eram consideradas em diferentes fontes, a saber: Núcleo de Economia e Administração do Turismo (NEAT USP); Observatório Nacional do Turismo (Ministério do Turismo); Observatório de Turismo do Estado de Minas Gerais e Observatório de Turismo do Rio Grande do Sul.

Com a supervisão do especialista definiu-se, ao menos inicialmente, os mesmos critérios adotados pelo Observatório Nacional do Turismo: Agências de viagem; Alimentação; Alojamento; Aluguel de transportes; Cultura e lazer; Transporte aéreo; Transporte aquaviário; e, Transporte terrestre. Com esses pontos definidos, todos os indicadores sugeridos para pesquisa neste foco foram procurados junto dos dados consolidados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Novo Caged. O Quadro 16 explicita os resultados alcançados.

Quadro 16 – Síntese Empregos

Dimensão	Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores	Indicadores proveniente de dados secundários	Indicadores sugeridos pela pesquisa	Base de dados
Econômica	Empregos	18	41	8	7	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Como evidenciado obteve-se um total 8 indicadores potenciais com dados secundários. Desses, todos foram considerados potencialmente equivalentes, o que representa a cobertura final de 17.07% em relação aos 41 indicadores sugeridos pela INSTO.

4.7.2 Benefícios econômicos

Neste foco, são sugeridos 6 componentes e 29 indicadores. Na primeira revisão com o especialista compreendeu-se que 20 deles somente seriam possíveis de obtenção via coleta primária. Com isso, 9 indicadores foram avaliados sobre a existência de dados secundários. Por meio de pesquisa nas bases de dados abertos

foi possível localizar informações suficientes para a sugestão de 6 indicadores equivalentes, conforme Quadro 17:

Quadro 17 – Benefícios econômicos

(continua)

Componentes do Foco	Indicadores	Dado primário	Dado secundário	Indicador sugerido
7.1 Emprego	7.1.1 Número de moradores locais empregados no turismo (e proporção homens/mulheres);	X		
	7.1.2 Proporção entre os empregos no Turismo e o emprego total;		X	Proporção entre empregos nas ACTs e empregos totais no município.
	7.1.3 Percentual de empregos no Turismo ocupados por moradores locais;	X		
	7.1.4 Salário médio no turismo/salário médio no município;		X	Diferença percentual entre salário médio nas ACTs e salário médio total no município.
	7.1.5 Proporção de empregos de tempo parcial para empregos de turno integral no turismo;	X		
	7.1.6 Média salarial no Turismo (e proporção a média salarial municipal).		X	Diferença percentual entre salário médio nas ACTs e salário médio total no município. (Mesmo utilizado no item 7.1.4)
7.2 Investimento empresarial no turismo	7.2.1 Número de empresas de turismo no município, e o percentual destas cujo proprietário é morador local;		X	Número de prestadores de serviços registrados no Cadastur.
	7.2.2 Número e tipo de autorizações e licenças comerciais emitidas;	X		
	7.2.3 Proporção entre o número de empresas locais e "externas" envolvidas no turismo;	X		
	7.2.4 Valor patrimonial das empresas envolvidas no turismo;	X		
	7.2.5 Longevidade das empresas de turismo (taxa de volume de negócios).		X	Média de meses de existência dos CNPJS presentes no

				(conclusão)
				Cadastur.
7.3 Receitas do Turismo	7.3.1 Número de turistas;	X		
	7.3.2 Média de gastos por turista;	X		
	7.3.3 Taxa de ocupação de empreendimentos de hospedagem;	X		
	7.3.4 Receitas geradas pelo turismo como percentual das receitas totais geradas no município;		X	
	7.3.5 PIB local e percentual referente ao turismo;		X	
	7.3.6 Valor total cobrado pelo município em ingressos para atrações públicas;	X		
	7.3.7 Receitas provenientes de licenças, concessões e impostos e empreendimentos turísticos.	X		
7.4 Despesas públicas	7.4.1 Existência de orçamento e plano de turismo;		X	Existência de plano de turismo municipal
	7.4.2 Despesas anuais em turismo (percentual das receitas totais do município com turismo);		X	
	7.4.3 Total de despesas públicas em infraestrutura para o turismo;	X		
	7.4.4 Montante e % das despesas operacionais anuais totais para o turismo;	X		
	7.4.5 Valor investido em publicidade e promoção do destino/número de turistas;	X		
	7.4.6 Montante total e percentual de contribuição das receitas do turismo para o custo da água, esgoto, estradas, produção de alimentos e etc.	X		
7.5 benefícios econômicos líquidos	7.5.1 Receita líquida do turismo gerada para o município;	X		
	7.5.2 Multiplicadores econômicos: Montante de receitas adicionais em outros negócios para cada dólar de receita turística (baseado em contas satélite, quando disponível).	X		
7.6 Alterações no custo de vida	7.6.1 Percentual de aumento/diminuição do preço da terra e imóveis ao longo do tempo;	X		
	7.6.2 Percentual de aumento/diminuição do rendimento semanal médio das famílias;	X		
	7.6.3 Percentual de aumento/diminuição do consumo (mercado, transporte, lazer, etc.).	X		

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Os mesmos pontos ressaltados no foco anterior também estiveram presentes: o alto número de indicadores, a alta proporção de indicadores classificados com necessidade de dados primários. Utilizou-se neste foco, o mesmo conjunto de ACTs considerado anteriormente. Além das bases de dados RAIS e Novo Caged, utilizou-

se também informações do Mapa do Turismo Brasileiro para construir sugestões de indicadores neste foco. O Quadro 18 apresenta a síntese.

Quadro 18 – Síntese benefícios econômicos

Dimensão	Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores	Indicadores proveniente de dados secundários	Indicadores sugeridos pela pesquisa	Base de dados
Econômica	Benefícios Econômicos	6	29	9	6	3

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Como evidenciado no Quadro 18, 9 indicadores (31,03%) potenciais com dados secundários foram considerados. Desses, 6 indicadores nacionais foram considerados potencialmente equivalentes, o que representa cobertura de 20,69% em relação aos 29 indicadores sugeridos pela INSTO.

4.7.3 Sazonalidade

A INSTO apresenta 04 componentes e 17 indicadores neste foco. Durante a seleção com o especialista entendeu-se que 15 deles precisavam de dados obtidos por meio de coleta primária nos municípios. Com isso, restaram 2 indicadores plausíveis de serem construídos com dados secundários. Por meio de pesquisa em base de dados abertos, foi possível localizar informações suficientes para a sugestão de indicador equivalente para ambos, conforme Quadro 19.

Quadro 19 – Sazonalidade

(continua)

Componentes do Foco	Indicadores	Dado Primário	Dado Secundário	Indicador sugerido
8.1 Medição do grau de sazonalidade (e os resultados das ações de gestão para solucionar esta questão)	8.1.1 Chegada de turistas por mês ou trimestre (distribuição ao longo do ano);	X		
	8.1.2 Percentual de chegadas de turistas que ocorrem no mês de pico, e no trimestre de pico;	X		
	8.1.3 Proporção do número de turistas no mês de pico para o mês mais baixo;	X		
	8.1.4 Taxa de ocupação em meio de hospedagem (oficiais) por mês (distribuição ao longo do ano);	X		

(conclusão)

	8.1.5 Percentual de toda ocupação no trimestre (ou mês) de pico;	X		
	8.1.6 Atendimentos e centros de informação turística por mês (proporção do mês de pico para o mês mais baixo).	X		
8.2 Fortalecimento da "meia" e baixa estação (medição do nível de esforço empregado para redução da sazonalidade)	8.2.1 Percentual do orçamento da autoridade turística em promoção da média e baixa temporada;	X		
	8.2.2 Número de instalações/atrativos que oferecem atividades alternativas durante o período de média e baixa temporada;	X		
	8.2.3 Percentual dos principais atrativos abertos durante média e baixa temporada;	X		
	8.2.4 Eventos realizados durante a baixa e média temporada (número de eventos e participantes).	X		
8.3 Fornecimento de infraestrutura suficiente o ano todo (especialmente serviços para turistas durante a alta temporada e para a comunidade local na baixa temporada)	8.3.1 Percentual de estabelecimentos comerciais abertos o ano todo;	X		
	8.3.2 Percentual de meios de hospedagem e serviços abertos o ano todo (podendo ser dividido em hotéis, atrativos, restaurantes etc.);	X		
	8.3.3 Percentual da capacidade do sistema de água, eletricidade, esgotos e coleta de lixo utilizado pra turismo e para os habitantes locais. Sazonalidade de utilização.	X		
	8.3.4 Financiamento alocado para operação e manutenção da infraestrutura, especialmente durante a alta temporada;	X		
8.4 Empregos temporários com questões relacionadas a falta de qualificação, retenção de bons funcionários e vagas com plano de carreira.	8.4.1 Número e percentual de postos de trabalho em atividade características do turismo que são permanentes durante o ano todo;		X	Cálculo a partir do estoque empregos formais em ACTs no Novo Caged.
	8.4.2 Percentual de postos de trabalho em atividades característica do turismo com duração inferior a 6 meses;		X	Cálculo a partir do estoque empregos formais em ACTs no Novo Caged.
	8.4.3 Taxa de desemprego local em época de baixa temporada.	X		Cálculo a partir do estoque empregos formais em ACTs no Novo Caged.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Neste foco foi possível observar uma disponibilidade pequena de indicadores INSTO provenientes de dados secundários considerando a realidade brasileira e a sua existência com abrangência nacional, acesso gratuito e desagregação municipal. Por isso, os indicadores considerados viáveis para estabelecimento de uma mensuração da sazonalidade foram dados referentes a empregos em ACTs.

A justificativa para isso pelo especialista considerou o fato dessas atividades de prestação de serviços terem sua produção ocorrendo de forma simultânea ao consumo, bem como que gastos com pessoal são uma importante despesa entre os empreendimentos do setor, os quais são intensivos em mão-de-obra. Por isso, é prática recorrente no setor o ajuste do tamanho das equipes com contratações e desligamentos conforme ocorrem flutuações na demanda turística ao longo do ano.

Baseado nisso, identificou-se nos dados mensais sobre o estoque de emprego do Novo Caged uma possibilidade indireta de mensuração da sazonalidade desses municípios, ressaltando-se que em casos de municípios nos quais a força de trabalho seja pequena esse movimento sazonal pode não ser perceptível.

Ressalta-se ainda que o próprio Relatório de Informações do Mapa do Turismo apresenta dados qualitativos sobre quando seria o período de alta temporada dos destinos. Contudo, essa questão precisa ser revisada para fornecer parâmetros mais objetivos e estruturados, pelo menos em termos mensais e considerando diferentes níveis de procura (alta, média e baixa estação).

Outro aspecto ressaltado pelo especialista envolveu a variabilidade nas condições de dados relacionados ao fluxo considerando dados de pedágios, rodovias e modais de transporte, assim como as possibilidades de utilização de dados de telefonia, a exemplo do que é aplicado junto ao Observatório do Turismo de Gramado (Gramado, 2024), no qual a sazonalidade consegue ser expressa em padrões mensais ou semanais. Neste caso, a limitação está na possibilidade de acesso aos dados, cujo acesso é pago. No Quadro 20 apresenta-se a síntese dos resultados desse foco.

Quadro 20 – Síntese Sazonalidade

Dimensão	Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores	Indicadores proveniente de dados secundários	Indicadores sugeridos pela pesquisa	Base de dados
Econômica	Sazonalidade	4	17	2	2	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Como evidencia o quadro, obteve-se um total de 2 indicadores (11,77%) potenciais provenientes de dados secundários, os quais teriam indicadores nacionais potencialmente equivalentes, representando assim uma cobertura de 11,77% em relação aos 17 indicadores sugeridos pela INSTO.

4.7.4 Governança

Apesar de definir a Governança como um dos onze focos essenciais de monitoramento, o material da Organização Mundial do Turismo (2004) não o apresenta da mesma forma que os demais focos apresentados até agora. Por isso, ao invés de apontar alguns indicadores que servissem como ponto de partida para um destino diagnosticar a situação e acompanhar sua governança, esse documento apresenta um passo-a-passo visando auxiliar os atores locais em sua mobilização.

Por conta disto em conjunto com o especialista no foco, procurou-se encontrar alternativas que pudessem suprir essa lacuna. Entre as alternativas identificadas, considerou-se atentar para o que constava sobre o tema nas normas NBR ISO 37.120 (desenvolvimento sustentável de comunidades – indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida), NBR ISO 37.122 (cidades inteligentes) e NBR 37.123 (cidades resilientes), e, os dados de categorização dos municípios do Mapa do Turismo (2024a; 2024b).

Apesar do conjunto das NBRs representar um importante contexto de governança, cada norma tinha uma maneira específica de apresentar esse assunto. Além disso, considerando que não são todos os municípios que as aplicam, assim como a complexidade dos indicadores sugeridos, mostrou-se difícil trabalhar com esses indicadores pensando na sua construção a partir de dados abertos. Dessa

forma, optou-se por trabalhar com os dados do Mapa do Turismo, conforme Quadro 21.

Quadro 21 – Governança

(continua)

Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores
9. Governança	Órgão/Entidade responsável pelo turismo	O município possui órgão/entidade responsável pelo Turismo.
	Conselho Municipal de Turismo	O município possui conselho municipal de Turismo;
		O município possui plano municipal de turismo;
		O conselho dispõe de dados e estatísticas sobre a demanda turística do município.
	Planejamento e governança	O município possui legislação relacionada ao turismo;
		O município participa de governanças regionais e estaduais de turismo;
		O município participa ou é contemplado em programa e/ou projetos com o Ministério do Turismo;
		Há fundo municipal de turismo;
		O município possui Plano Diretor Urbano que contemple o
		Setor de Turismo;
		O município possui Plano Municipal de Turismo e /ou Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo;
		O município possui Plano de Marketing do Turismo ou outros similares;
		O município possui programas, projetos e ações acerca da atividade turística.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A utilização desses indicadores, além de atender os critérios do recorte da pesquisa também possibilitam apresentar um contexto da realidade administrativa do turismo em cada um dos municípios, constituindo um diagnóstico sobre o nível e as características da governança em cada município. Como este foco não tinha indicadores sugeridos, não foi calculado qual seria o percentual de cobertura dos indicadores sugeridos pela INSTO.

4.7.5 Comentários gerais sobre a Dimensão Econômica

Os 4 focos dessa dimensão – Empregos, Benefícios Econômicos, Sazonalidade e Governança – apresentaram algumas características em comum, sendo a principal delas o maior do número de indicadores sugeridos por foco em comparação com a Dimensão Ambiental. Na mesma direção, também se verificou uma maior incidência de indicadores considerados primários e de caráter mais qualitativo. Este fato, pode ser atribuído ao fato de os indicadores sugeridos

abordarem informações da atividade turística em si e não informações mais gerais do destino como ocorreu na Dimensão Ambiental. As bases de dados RAIS e Novo Caged mostram-se fundamentais no monitoramento desta dimensão. No Quadro 22, expõe-se o resumo dos resultados da dimensão econômica.

Quadro 22 – Resumo dos resultados da Dimensão Econômica

Dimensão	Focos	Indicadores	Baseados em dados secundários	Indicadores sugeridos pela pesquisa ¹²	Bases utilizadas
Econômica	5	87	19	15	3

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Desse modo, como explicitado no quadro, dos 87 indicadores sugeridos pela INSTO 19 (22%) foram entendidos como potenciais de serem gerados com dados secundários. Entre eles, 16 foram considerados potencialmente equivalentes entre os indicadores nacionais, resultando assim numa cobertura de 18% em relação ao total de indicadores sugeridos para esta dimensão. Finalizada a análise da Dimensão Econômica, passa-se a analisar a Dimensão Social.

4.8 DIMENSÃO SOCIAL

Nesta Dimensão a INSTO apresenta dois focos: Acessibilidade e Bem-estar.

4.8.1 Acessibilidade

Nesse foco a INSTO aponta 06 componentes e 16 indicadores. Na primeira seleção junto o especialista entendeu-se que este foco demanda majoritariamente de acompanhamento qualitativo, bem como da presença no local do destino turístico, como já indicado. Portanto, no Quadro 23 apenas demonstra-se a existência do foco de monitoramento.

¹² A fim de preservar o modelo adotado para exposição dos resultados percentuais entre indicadores INSTO e indicadores sugeridos pela pesquisa, não foram incluídos os indicadores sugeridos para o foco de Governança no quadro síntese.

Quadro 23 – Acessibilidade

Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores
10. Acessibilidade	10.1 Acesso em todo o destino	10.1.1 Existência de uma política de acessibilidade;
		10.1.2 Existência de programas de acessibilidade para pessoas com deficiência, incluindo, por exemplo, aeroportos, calçadas, equipamento urbano público (percentual adaptado de acordo com as normas);
		10.1.3 Existência de transporte público adaptado para pessoas de mobilidade reduzida (número total de veículos e percentual adaptado);
		10.1.4 Número de empresas de turismo no destino que contam com guias treinados para melhor atender pessoas com necessidades especiais.
	10.2 Acessibilidade em edifícios públicos, hotéis e serviços turísticos	10.2.1 Número total e percentual de UH adaptados para pessoas de mobilidade reduzida;
		10.2.2 Número (percentual) de portas de acesso com sensores de abertura ou atendentes na porta;
		10.2.3 Percentual de restaurantes, hotéis e prédios públicos com banheiros acessíveis à cadeira de rodas;
	10.3 Acessibilidade em atrativos turísticos incluindo atrativos naturais, culturais e miradouros;	10.3.1 Percentual de atrativos com acessibilidade para cadeira de rodas;
		10.3.2 Percentual de atrativos que oferecem acesso alternativo para pessoas com mobilidade reduzida (locais de embarque e desembarque, elevadores, rampas e demais dispositivos de auxílio à mobilidade).
	10.4 Acessibilidade em experiências turísticas, incluindo viagens de aventura	10.4.1 Número de "tours" pelo destino com programação específica para acomodar pessoas com deficiência.
		10.4.2 Número de pessoas com deficiência que visitam o destino e os principais atrativos;
		10.4.3 Percentual dos principais atrativos considerados acessíveis para pessoas com diferentes níveis de mobilidade e aptidão física.
	10.5 Assistência quando necessária (incluindo assistência especializada para pessoas com deficiências, tais como cegueira, surdez, restrições de mobilidade, ou com necessidade de cuidados de enfermagem e outros cuidados)	10.5.1 Distância (kms) até o hospital mais próximo (tempo estimado até à assistência médica mais próxima);
		10.5.2 Presença de profissionais da saúde em excursões e cruzeiros;
		10.5.3 Percentual de profissionais da saúde com treinamento adequado às necessidades dos clientes com necessidades especiais.
	10.6 Satisfação de pessoas com necessidades especiais com o destino ou atrativo.	10.6.1 Aplicação de questionário de saída com especificações exclusivas a pessoas com algum tipo de necessidade especial.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Desses indicadores, somente 1 (10.2.1 - Número total e percentual de UH adaptados para pessoas de mobilidade reduzida) foi identificado como possível de ser gerado a partir de dados secundários referentes à UHs acessíveis informadas na base do Cadastur. Nesse caso, cabe ressaltar que nem todos os empreendimentos possuem cadastro válido, apesar de ser obrigatórios e gratuito, situação que impacta consideravelmente nos dados observados.

É possível identificar a existência de pesquisas acadêmicas sobre os assuntos citados nos indicadores, como exemplo nomeia-se algumas pesquisas do PPGTURH, sendo: Holleben (2014), Goulart (2014), Müller (2015), Osmaïnschi (2018), Tronca (2019) e Franzen (2024). Tais pesquisas relatam e discutem questões de acessibilidade sob os mais diversos vieses e perspectivas, desde questões de acolhimento e hospitalidade até a presença de indicadores qualitativos em categorizações de índices mundiais.

Quadro 24 – Síntese acessibilidade

Dimensão	Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores	Indicadores proveniente de dados secundários	Indicadores sugeridos pela pesquisa	Base de dados
Social	Acessibilidade	6	16	1	1	Cadastur

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

4.8.2 Bem-estar

Nesse foco, a INSTO aponta 10 componentes e 28 indicadores. Na primeira seleção junto o especialista entendeu-se que este foco demanda majoritariamente de acompanhamento qualitativo, bem como da presença no local do destino turístico, como já indicado. Portanto, no Quadro 25 apenas demonstra-se a existência do foco de monitoramento.

Quadro 25 – Bem-estar

(continua)

Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores
	11.1 Nível de satisfação da comunidade local	11.1.1 Nível de satisfação local com o Turismo (questionários); Indicador Base.
	11.2 Problemas ou	11.2.1 Número de queixas de moradores locais.

(conclusão)

11. Bem-estar da comunidade local	insatisfações	
	11.3 Atitudes da comunidade em relação ao turismo (incluindo acordo e coerência comunitária sobre turismo, percepções e aceitação do turismo)	11.3.1 Número de serviços públicos disponíveis para a comunidade (percentual que é atribuível ao turismo); Indicador Base;
		11.3.2 Percentual da população que acredita que o turismo tem ajudado a trazer novos serviços ou infraestruturas. Indicador Base;
		11.3.3 Número (percentual da população) participante no artesanato e manutenção de costumes e tradições locais;
		11.3.4 Percentual da arquitetura vernacular preservada.
	11.4 Impactos gerais na vida da comunidade	11.4.1 Número de turistas por dia, por semana, por mês. Número de turista por m2;
		11.4.2 Proporção entre turistas e moradores locais (média e máxima; Indicador Base
		11.4.3 Percentual de moradores locais que participam em eventos comunitários;
		11.4.4 Proporção de turistas para habitantes locais em eventos e cerimônias tradicionais;
		11.4.5 Percepção do impacto na comunidade utilizando questionário - com referência a eventos e cerimônias específicas;
		11.4.6 Percentual de habitantes locais que acreditam que sua cultura, integridade e autenticidade estão sendo preservadas.
	11.5 Mudança no estilo de vida dos residentes (impacto cultural, mudança de cultura, valores e ocupações tradicionais)	11.5.1 Percentual de residentes que passaram de ocupações tradicionais para empregos relacionados ao turismo nos últimos anos;
		11.5.2 Número e percentual de residentes que continuam com o vestuário, costumes, língua, música, culinária, religião e práticas culturais locais;
		11.5.3 Aumento/diminuição de atividades culturais ou eventos tradicionais;
		11.5.4 Número de turistas comparecendo a eventos e suas correspondências percentuais do total;
		11.5.5 Valor da contribuição turística para a cultura local (taxas de entrada, quantidade de doações e etc.);
		11.5.6 Percentual de habitantes locais que adotam novas oportunidades recreativas associadas ao turismo.
	11.6 Questões relacionadas à moradia	11.6.1 Percentual de moradias acessíveis para residentes;
		11.6.2 Número de novas moradias e percentual sob propriedade de residentes locais.
	11.7 Demografia da comunidade local	11.7.1 Número de residentes que deixaram a comunidade no último ano;
		11.7.2 Número de imigrantes (temporários ou novos residentes) que estão empregados em vagas relacionadas ao turismo;
		11.7.3 Balanço de migração (chegadas e saídas da comunidade).

(conclusão)

	11.8 Manutenção de acesso dos moradores locais à atrações importantes	11.8.1 Acesso de residentes aos principais atrativos (percentual de atrativos com gratuidade para moradores locais);
		11.8.2 Frequência de visita dos habitantes locais aos principais atrativos.
	11.9 Barreiras econômicas de acesso	11.9.1 Custo de acesso aos atrativos em relação ao salário-mínimo.
	11.10 Manutenção de satisfação com os níveis de acesso	11.10.1 Percepção de mudança na acessibilidade devido ao crescimento do turismo;
		11.10.2 Número de queixas dos residentes locais relativas ao acesso;

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nenhum desses indicadores foi selecionado como possível de ser construído a partir de dados abertos. Ressaltou o especialista que em alguns municípios pode haver estudos e monitoramento de algumas das variáveis indicadas, porém nada que compreenda de maneira sistemática e abrangente todo o território nacional.

Quadro 26 – Síntese Bem-Estar

Dimensão	Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores	Indicadores provenientes de dados secundários	Indicadores sugeridos pela pesquisa	Base de dados
Social	Bem-estar	10	28	0	0	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Como já havia sido identificado no encontro com os especialistas da Dimensão Social, os focos Acessibilidade e Bem-estar são compostos majoritariamente por indicadores que exigem coleta de dados primários, situação que se distancia da abordagem proposta nesse trabalho.

Além desse aspecto, deve-se considerar também o caráter qualitativo intrínseco nas condições de hospitalidade nos municípios, situação que acarreta na impossibilidade de encontrar indicadores provenientes de dados abertos que possam ilustrar as condições de cada município nesse sentido. Essas limitações podem ser melhor compreendidas pela leitura do parecer encaminhado pela professora especialista designada para o foco de Bem-estar, apresentado no Anexo A.

Considerando as condições elencadas pela especialista e a incapacidade do pesquisador em encontrar dados abertos mínimos que fossem capazes de apresentar

alguma similaridade ou equivalência com os sugeridos pela INSTO, não foi possível apresentar nenhum indicador referente a esse foco.

4.8.3 Comentários gerais sobre a Dimensão Social

Conforme explicitado anteriormente, os focos dessa dimensão – Acessibilidade e Satisfação Local – caracterizam-se quase exclusivamente pela análise de aspectos relacionados a obtenção de dados primários, o que restringe a possibilidade da construção de indicadores baseados em dados abertos, como proposto nesta pesquisa. O Quadro 27, dá um panorama geral sobre esse aspecto.

Quadro 27 – Resumo dos resultados da Dimensão Social

Dimensão	Focos	Indicadores	Baseados em dados secundários	Indicadores sugeridos pela pesquisa	Bases utilizadas
Social	2	44	1	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Concluída essa etapa de avaliação da disponibilidade de indicadores por foco considerando dados abertos, passou-se a verificar em que medida esses indicadores propostos eram validados pelos especialistas. Para isso foi aplicado um questionário com os profissionais, como se detalha a seguir.

4.9 AVALIAÇÃO DOS ESPECIALISTAS

Concluído o processo de pesquisa documental, as fichas com os indicadores sugeridos foram submetidas aos especialistas para que eles pudessem fazer a avaliação da proposição. Essa avaliação foi feita por meio um questionário no qual os especialistas puderam considerar os seguintes elementos, baseados nos critérios de qualidade estabelecidos no referencial teórico:

- **Especificidade:** optou-se por avaliar de duas maneiras: primeiro considerando equivalência do indicador proposto pela pesquisa com os apresentados pelo material da INSTO. Em seguida a relevância do indicador sugerido para o monitoramento do foco como um todo.
- **Disponibilidade e Periodicidade:** neste quesito, optou-se por dividir e analisar individualmente a disponibilidade e a periodicidade de cada dado catalogado.

Dessa forma, considerou-se disponibilidade como a frequência com que o dado é publicado e, periodicidade, a frequência com que o dado é coletado.

- **Confiabilidade:** para fins deste estudo, optou-se por vincular a confiabilidade dos dados coletados diretamente ao responsável pela sua produção e divulgação. Neste caso, foram submetidos para análise a reputação e confiabilidade da fonte considerando cada indicador, assim como a adequação e validade científica da metodologia utilizada.

Os critérios de desagregação e comunicabilidade não foram incluídos no questionário de avaliação. A análise do nível de desagregação dos dados foi realizada durante a etapa da pesquisa documental, de modo que todas as propostas de indicadores enviadas aos especialistas já eram obrigatoriamente de nível municipal e se enquadravam na delimitação da pesquisa. Quanto a comunicabilidade, ela não foi avaliada por entender-se que depende de validação junto aos gestores municipais, situação que em razão do tempo não seria possível contemplar neste estudo. Para essa avaliação dos indicadores foi empregada uma escala de sete pontos, com 1 sendo “nada adequado” e 7 “totalmente adequado”. O Quadro 28, explicita como cada questão foi apresentada aos especialistas.

Quadro 28 – Critérios de qualidade dos indicadores propostos

CRITÉRIO DE QUALIDADE	ELEMENTOS	QUESTÃO
Especificidade	Adequação ao proposto pela OMT	Considerando o proposto pela OMT, o indicador sugerido pela pesquisa é equivalente para o foco de monitoramento?
	Relevância	O monitoramento do indicador proposto é relevante para a gestão da sustentabilidade do turismo nos municípios brasileiros?
Disponibilidade e periodicidade	Disponibilidade	A frequência com que o indicador proposto é publicado pode ser considerada...
	Periodicidade	A frequência com que o indicador proposto é coletado pode ser considerada...
Confiabilidade	Fonte	A fonte do indicador dispõe de reputação e confiabilidade...
	Metodologia da Coleta	Considerando a metodologia de coleta utilizada pela fonte e sua validação científica pode-se considerar ela...

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Os resultados referentes a cada indicador podem ser observados no Apêndice D, sob o formato de gráficos baseados nas notas atribuídas pelos especialistas. A seguir, apresenta-se um panorama geral sobre cada dimensão e foco.

4.9.1 Avaliação da dimensão ambiental

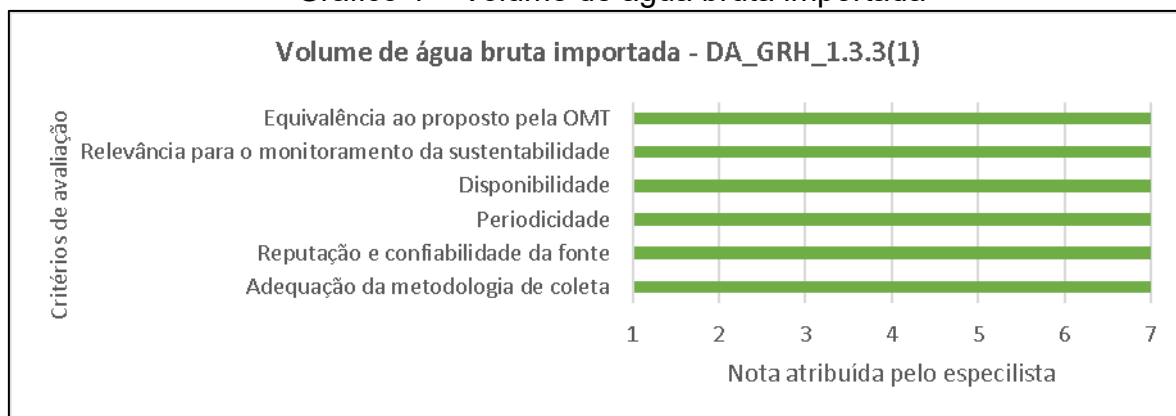
Nessa seção são comentados os resultados das avaliações dos indicadores propostos pela pesquisa para os focos de monitoramento da dimensão ambiental. Destacam-se alguns indicadores em cada um dos focos, o resultado integral de todas as avaliações pode ser visto no Apêndice D.

4.9.1.1 Gestão de recursos hídricos

Neste primeiro foco foi possível perceber a alta incidência de notas 6 e 7, demonstrando que os indicadores propostos pela pesquisa possuem uma boa equivalência com os sugeridos pelo material da OMT (2004) e reunindo critérios mínimos de qualidade para que eles possam ser utilizados no monitoramento da gestão de recursos hídricos dos municípios brasileiros de interesse turístico.

Cabe ressaltar também que, considerando comentários do especialista durante o processo avaliativo, apesar do conjunto de indicadores propostos neste trabalho não ser suficiente para um monitoramento e análise mais profunda e detalhada da situação dos recursos hídricos, eles podem servir como base para o início de um diagnóstico e a definição de novas informações a serem coletadas.

Gráfico 1 – Volume de água bruta importada



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Destaca-se positivamente neste foco o indicador Volume de água bruta importada que foi avaliado com adequação máxima em todos os quesitos, como demonstra o Gráfico 1.

4.9.1.2 Gestão de efluentes

Neste foco, apesar de haver apenas dois indicadores sugeridos, ambos apresentaram notas elevadas, mantendo-se sempre acima de 5, o que indica possuírem validade para colaborar com o monitoramento da gestão de efluentes.

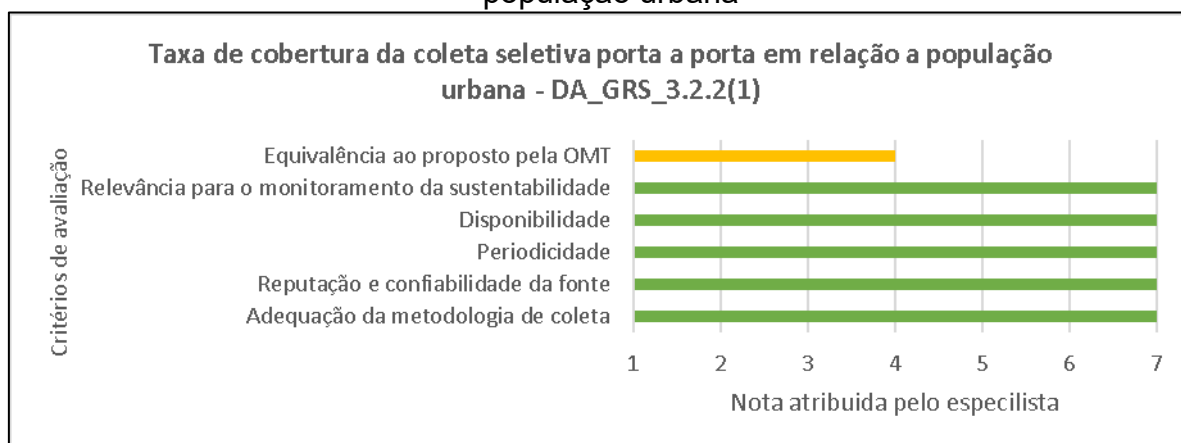
O especialista destacou que considerando as sugestões iniciais da OMT (2004), esses dois indicadores propostos seriam de fato os melhores a considerar neste momento. Mesmo não compreendendo todas as variáveis envolvidas na gestão de efluentes de um município são informações relevantes de serem monitoradas. Além disso, a especialista pondera também que um estudo mais elaborado considerando os demais dados disponíveis no SNIS em conjunto com outros dados abertos existentes em nível estadual ou em municípios de referência na área poderia permitir a construção de novos indicadores.

4.9.1.3 Gestão de resíduos sólidos

Nas avaliações deste foco nota-se um padrão de notas médias (4 e 5) no critério de equivalência e notas altas (6 e 7) nos demais critérios, apontando que apesar dos indicadores sugeridos não serem tão similares aos da INSTO, a sua relevância e qualidade os credenciam como válidos de consideração para o monitoramento da gestão de resíduos sólidos nos destinos. Como evidência dessa situação podem ser citados dois exemplos, detalhados a seguir.

No indicador *Taxa de cobertura da coleta seletiva porta a porta em relação a população urbana* a especialista atribui a nota 4 no quesito equivalência pois enquanto o material da INSTO trabalha apenas com a informação referente aos empreendimentos turísticos, o indicador acima aborda de maneira ampla todo o município. Apesar da diferença, considera que, na ausência de estudos realizados localmente considerando os empreendimentos turísticos, o indicador proposto pode servir para expressar o panorama do destino como um todo.

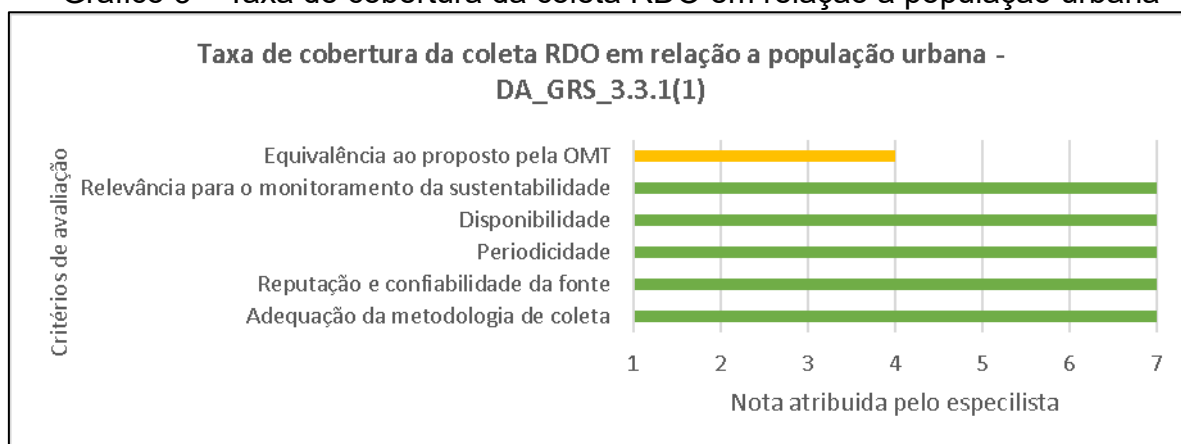
Gráfico 2 – Taxa de cobertura da coleta seletiva porta a porta em relação a população urbana



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

De maneira similar, quando avalia o indicador *Taxa de cobertura da coleta RDO em relação a população urbana* (Gráfico 3) ressalta que é preciso levar em consideração a diferença entre o material da INSTO que trata sobre o percentual da aérea do município atendido pela coleta RDO, e a proposição deste trabalho, que trata sobre a taxa de cobertura da coleta em relação a população urbana.

Gráfico 3 – Taxa de cobertura da coleta RDO em relação a população urbana



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

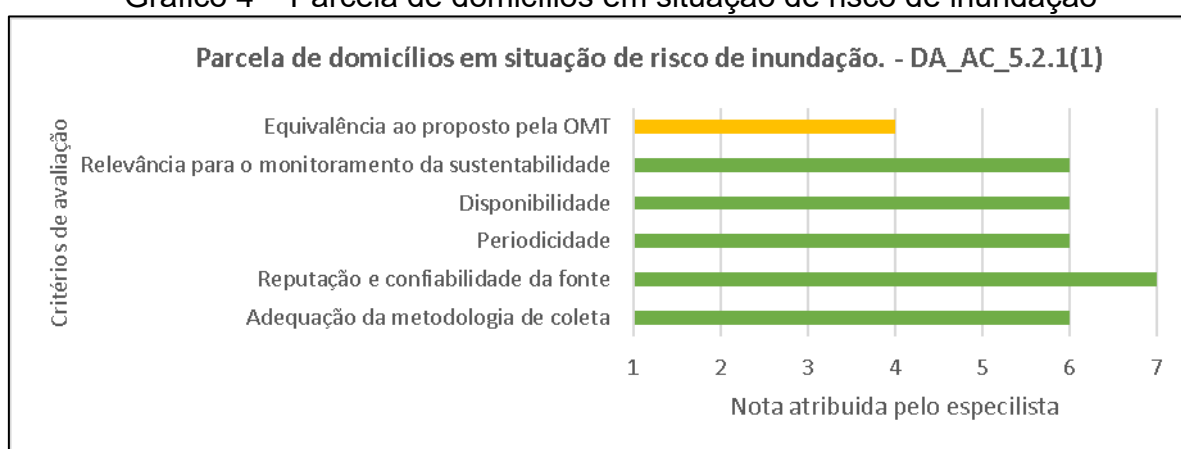
Nesse caso, de acordo com a especialista é mais relevante saber qual o percentual de população que está sendo atendida pelo serviço do que a aérea de abrangência do serviço.

4.9.1.4 Ação climática

Quando analisadas as avaliações dos indicadores sugeridos para o foco de monitoramento referente a Ações Climáticas percebe-se a tendência de notas baixas

no quesito de equivalência dos indicadores. A especialista comenta que para um monitoramento eficaz se faz necessário uma avaliação individual dos riscos característicos de cada destino, sendo difícil em um país do tamanho do Brasil estabelecer uma métrica que se aplique da mesma maneira para todas as regiões. Como exemplo destaca-se o indicador *Parcela de domicílios em situação de risco de inundação* que ao mesmo tempo é de extrema relevância para uma parcela de municípios no Brasil, enquanto para outros não condiz com os principais riscos enfrentados.

Gráfico 4 – Parcela de domicílios em situação de risco de inundação



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A especialista ressalta também a importância da coleta e divulgação dos dados de maneira sistemática, rotineira e ágil, com o objetivo de possibilitar aos municípios se anteciparem ao máximo em caso de situações drásticas. Ainda a necessidade de manutenção de uma série histórica que possibilite análises e identificação de tendências no longo prazo.

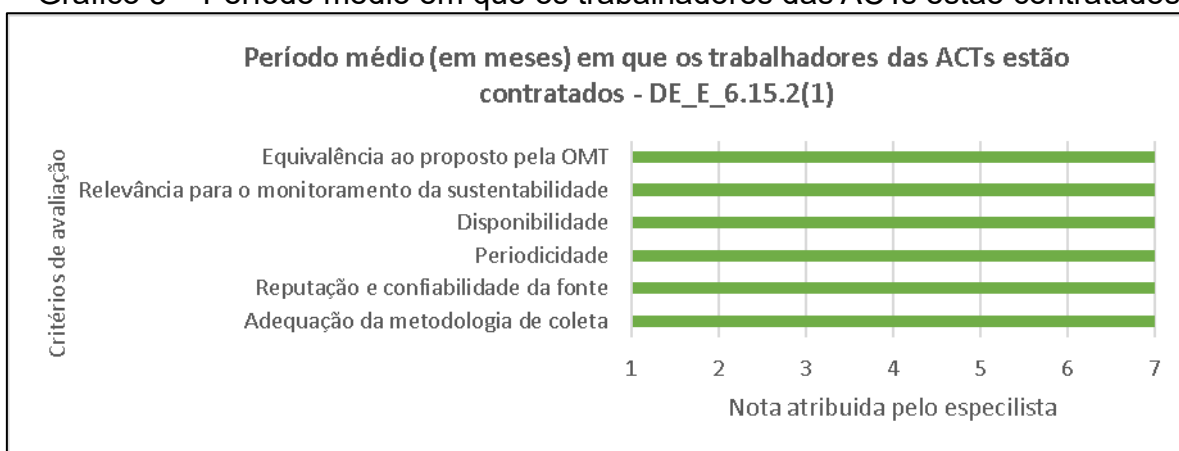
4.9.2 Avaliação da dimensão econômica

Nessa seção são comentados os resultados das avaliações dos indicadores propostos pela pesquisa para os focos de monitoramento da dimensão econômica. Destacam-se alguns indicadores em cada um dos focos, o resultado integral de todas as avaliações pode ser visto no Apêndice D.

4.9.2.1 Empregos

Na avaliação dos indicadores sugeridos para este foco destacou-se a elevada incidência de notas altas (6 e 7) apontando uma boa equivalência ao material da INSTO e a existência de qualidade o suficiente para que possam colaborar ao monitoramento proposto. Entende-se que o uso de bases consolidadas e com alto volume de informações disponíveis como a RAIS e o Novo Caged são fundamentais para resultados como os apresentados nos Gráficos 5 e 6.

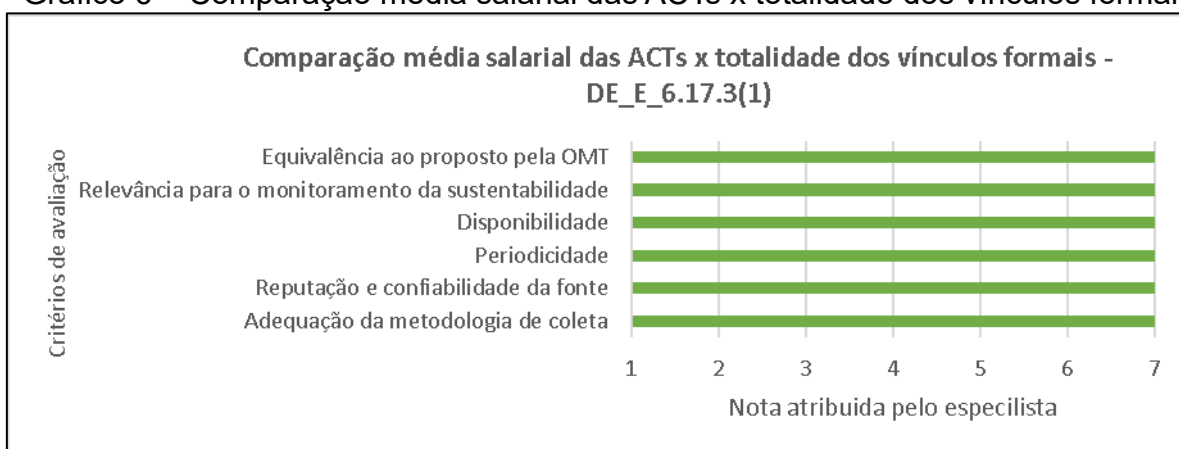
Gráfico 5 – Período médio em que os trabalhadores das ACTs estão contratados



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A possibilidade de estratificar os dados considerando apenas as Atividades Características do Turismo (ACTs) e compará-los com os números totais foi fator preponderante para as notas atribuídas aos indicadores.

Gráfico 6 – Comparação média salarial das ACTs x totalidade dos vínculos formais



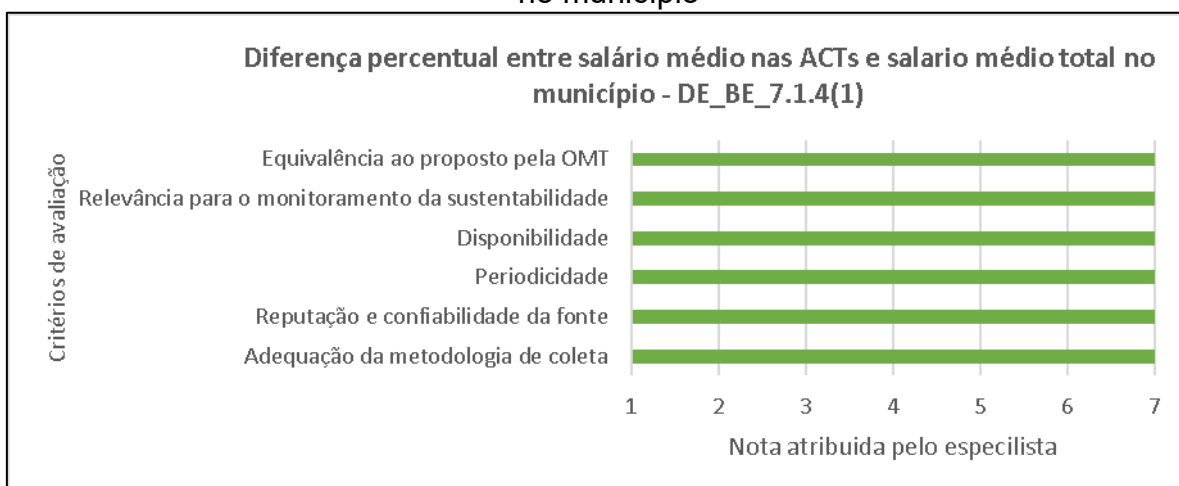
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ainda sobre os dados publicados nas bases citadas, pode-se ressaltar sua versatilidade e série histórica, que permite ao usuário além combiná-los de diferentes formas e com diferentes extratos, ampliando as possibilidades de uso e noção das variações ao longo do tempo.

4.9.2.2 Benefícios econômicos

Os resultados obtidos no foco de monitoramento anterior acabam se repetindo neste também, considerando haver uma complementariedade e similaridade das proposições da INSTO para ambos e a utilização das mesmas bases e até dos mesmos dados, em alguns casos. Com isso também verificou-se notas mais elevadas neste foco.

Gráfico 7 – Diferença percentual entre salário médio nas ACTs e salário médio total no município



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O gráfico acima evidência a versatilidade dos dados citada previamente no gráfico 6, pois tratam-se apenas de estratificações diferentes dos mesmos dados que permitem duas análises distintas.

4.9.2.3 Sazonalidade

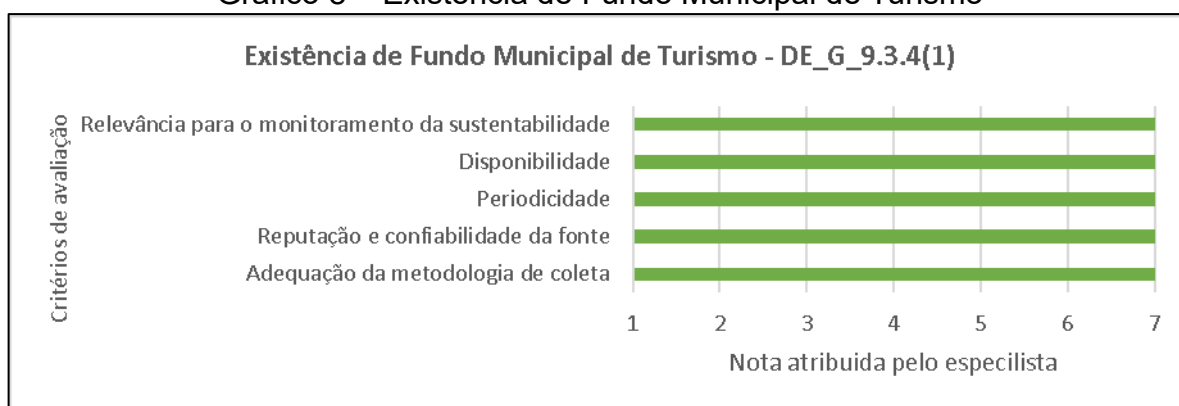
Na avaliação dos indicadores sugeridos para o monitoramento da sazonalidade destaca-se que, apesar no nível de equivalência moderado (5), as demais categorias foram bem avaliadas, com destaque para a periodicidade e disponibilidade.

4.9.2.4 Governança

Diferentemente dos demais focos, a INSTO não faz sugestão de indicadores para o monitoramento de Governança nos destinos, sendo assim, excluiu-se da avaliação dos indicadores sugeridos por esta pesquisa a categoria “Equivalência ao proposto pela INSTO”, uma vez que não havia elementos para comparação.

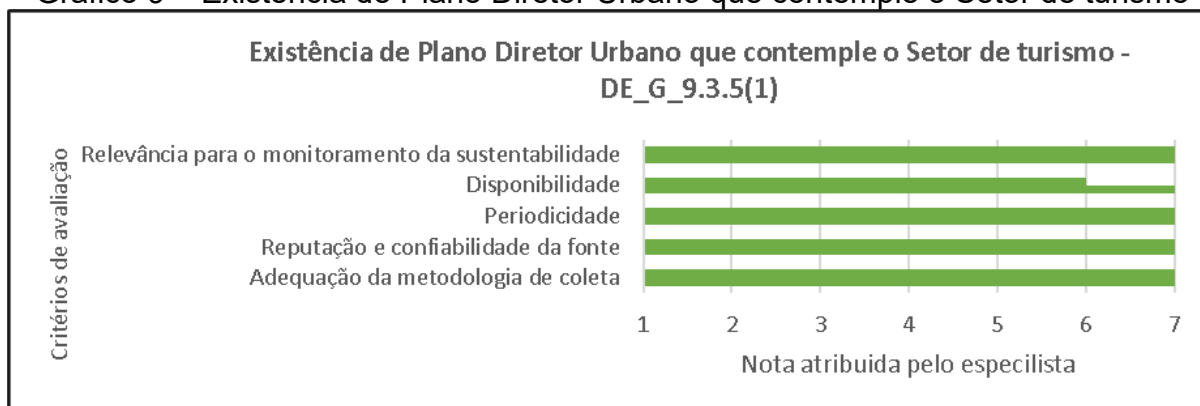
Apesar da singularidade do foco as notas atribuídas para os 12 indicadores sugeridos foram consistentemente altas, variando entre 6 e 7 e apontando que o conjunto proposto possui qualidade, sendo capaz de colaborar, mesmo que inicialmente, com o diagnóstico e o monitoramento das condições de governança nos municípios brasileiros. Como exemplos, apresentamos abaixo 3 indicadores que foram avaliados com notas máximas em todas as categorias de análise:

Gráfico 8 – Existência de Fundo Municipal de Turismo



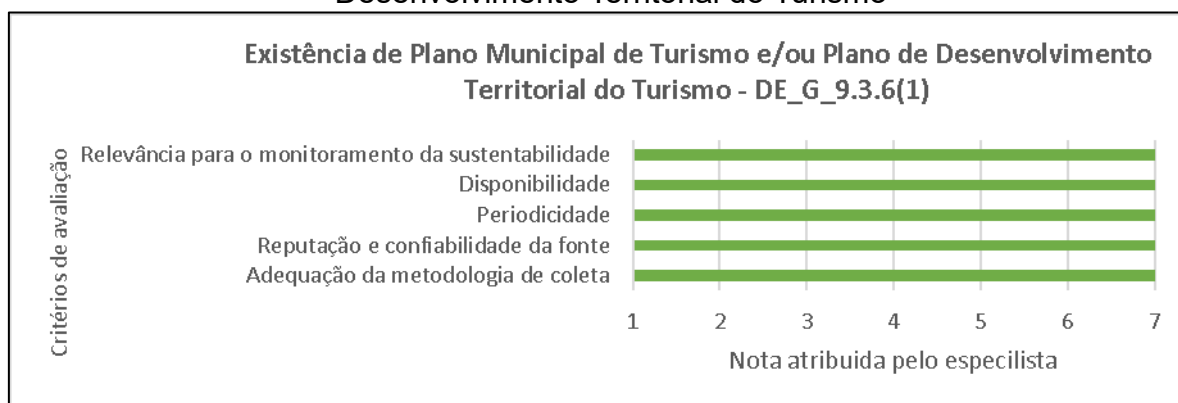
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Gráfico 9 – Existência de Plano Diretor Urbano que contemple o Setor de turismo



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Gráfico 10 – Existência de Plano Municipal de Turismo e/ou Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Cabe ressaltar também o caráter binário de algumas das questões presentes nesse foco, a exemplos dos gráficos 8, 9 e 10, onde a resposta efetiva baseia-se apenas em sim e não. Diferentemente dos demais focos de monitoramento, onde a avaliação permite uma análise em níveis de escala.

4.9.3 Avaliação da dimensão social

Os dois focos de monitoramento da dimensão social combinados apresentam 44 sugestões de indicadores pela INSTO, no entanto apenas um deles pode ser classificado como possível de obtenção via dados secundários pela pesquisa. Esta única possibilidade, em segunda etapa, constatou-se como inviável. Por conta disso não houve sugestão de indicadores na dimensão social por esse trabalho e, consequentemente, avaliações por parte dos especialistas. Reforça-se apenas o caráter qualitativo da dimensão e o campo aberto para pesquisas que permitam ampliar o escopo e aprofundar a possibilidade de identificar dados abertos que possam ser úteis para o monitoramento desses critérios.

4.9.4 Resumo dos resultados

Encerrada a etapa de consulta com os especialistas foi possível considerar o seguinte cenário, apresentado no Quadro 29.

Quadro 29 – Resultado da consulta com os especialistas

Dimensão	Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores INSTO	Indicadores classificados como secundários	Indicadores sugeridos pela pesquisa	Indicadores validados pelos especialistas	Bases de dados utilizadas
Ambiental	Gestão Recursos Hídricos	8	15	11	9	9	2
	Gestão de Efluentes	3	5	3	2	2	
	Gestão de Resíduos Sólidos	5	15	8	7	6	
	Gestão de Energia	3	4	2	0		
	Ação Climática	10	16	6	3	2	
Econômica	Empregos	18	41	7	7	7	4
	Benefícios Econômicos	6	29	9	6	6	
	Sazonalidade	4	17	3	2	2	
	Governança*			12	12	12	
Social	Acessibilidade	6	16	1	1	0	1
	Bem-estar	10	28	0	0	0	
TOTALIS		73	186	62	49	46	7

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Considerou-se validado o indicador que: a) Não recebeu nenhuma nota baixa (notas 1, 2 e 3) e b) recebeu pelo menos três notas altas (notas 6 e 7). Sendo assim, dos 49 indicadores propostos pela pesquisa, 45 deles foram avaliados positivamente e considerados validos, ou seja, 92% de aprovação. No Quadro 30 elenca-se esses indicadores.

Quadro 30 – Indicadores validados pelos especialistas

(continua)

Dimensão	Foco de Monitoramento	Indicadores validados pelos especialistas	Bases de dados utilizadas
Ambiental	Gestão Recursos Hídricos	Consumo médio per capita de água no município	Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS) - Ministério das Cidades
		Índice de esgoto tratado referente à água consumida	
		Duração média das paralisações	
		Índice de perdas na distribuição	
		Volume de água bruta importada	
		Índice de consumo de água	
		Tarifa média de água	
		Índice de atendimento total de água	

(continuação)

	Gestão de Efluentes	Índice de tratamento de esgoto	Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS) - Ministério das Cidades
		Taxa de cobertura de vias públicas com redes ou canais pluviais subterrâneos na área urbana	
	Gestão de Resíduos Sólidos	Quantidade total de RDO e RPU coletada por todos os agentes	Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS) - Ministério das Cidades
		Quantidade total de RDO e RPU coletada por todos os agentes	
		Taxa de recuperação de recicláveis em relação à quantidade de RDO e RPU do município/destino	
		Taxa de cobertura da coleta seletiva porta a porta em relação a população urbana	
		Taxa de cobertura da coleta RDO em relação a população urbana	
		Quantidade de resíduos públicos coletados	
	Gestão de Energia		
	Ação Climática	Prejuízos Econômicos Privado - Valor da perda no setor do comércio e nos setores de serviços, ocorrido em decorrência direta dos efeitos do desastre	Sistema de Informações sobre Desastres S2iD - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
		Parcela de domicílios em situação de risco de inundação	
Econômica	Empregos	Quantitativo de empregados com registro em carteira de trabalho no setor de turismo (ACTs definidas), por sexo	Relação Anual de Informações Social (RAIS) - Ministério do Trabalho e Emprego
		Percentual de mulheres em diferentes faixas salariais do turismo	
		Número de vínculos formais em cada ACT e total	
		Período médio (em meses) em que os trabalhadores das ACTs estão contratados	
		Percentual de postos de trabalho integrais nas ACTs	
		Percentual dos trabalhadores formais nas ACTs com curso superior	
		Comparação média salarial das ACTs x totalidade dos vínculos formais	
	Benefícios Econômicos	Proporção entre empregos nas ACTs (Atividades Características do Turismo) e empregos totais no município	Relação Anual de Informações Social (RAIS) - Ministério do Trabalho e Emprego
		Diferença percentual entre salário médio nas ACTs e salário médio total no município	Novo CAGED - Ministério do Trabalho e Emprego
		Número de prestadores de serviços registrados no Cadastur	Cadastur - Ministério do Turismo
		Média de meses de existência dos CNPJS presentes no Cadastur	Mapa do Turismo - Ministério do Turismo

(conclusão)

		Existência de plano de turismo municipal	
	Sazonalidade	Número e percentual de postos de trabalho em atividade características do turismo que são permanentes durante o ano todo	Novo CAGED - Ministério do Trabalho e Emprego
		Percentual de postos de trabalho em atividades características do turismo com duração inferior a 6 meses	
	Governança*	Existência de órgão/entidade responsável pelo Turismo	Mapa do Turismo - Ministério do Turismo
		Existência de conselho municipal de turismo	
		Existência de plano municipal de turismo	
		Existência de dados e estatísticas sobre a demanda turística do município	
		Existência de legislação relacionada ao turismo	
		Participação em governanças regionais e estaduais de turismo	
		Participação em programas e/ou projetos com o Ministério do Turismo	
		Existência de municipal de turismo	
		Existência de plano diretor urbano que contemple o setor de turismo	
		Existência de plano municipal de turismo e/ou plano de desenvolvimento territorial do turismo	
		Existência de Plano de Marketing do Turismo ou outros similares	
		Existência de programas, projetos e ações acerca da atividade turística	
Social	Acessibilidade		
	Bem-Estar		

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Esses 45 indicadores aprovados representam uma cobertura de 24% de todos os indicadores INSTO iniciais. Quando considerado apenas os indicadores INSTO classificados como dados secundários esse percentual sobe para 73%. De maneira individual pode-se observar um atendimento de 33% dos indicadores totais INSTO na Dimensão Ambiental e 31% na Dimensão Econômica. Concluída a demonstração dos resultados, a seguir apresentam-se as considerações finais deste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo exploratório conclui-se que a pesquisa atingiu de maneira satisfatória os quatro objetivos específicos propostos para tentar responder ao problema de pesquisa. Em relação ao primeiro objetivo - apresentar focos relevantes para a gestão da sustentabilidade do turismo em municípios brasileiros de interesse turístico de acordo com o quadro referencial da Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável - identifica-se seu cumprimento a partir da introdução dos onze focos de monitoramento considerados essenciais por essa entidade e da exposição detalhada das suas subdivisões, neste documento sendo tratadas como “componentes do foco” e “indicadores”.

Levando em consideração a multidisciplinaridade desses focos e o caráter exploratório do estudo, entendeu-se que a adoção dos indicadores propostos pela Rede como elementos norteadores para o desenvolvimento da pesquisa em dados abertos resultaria em um conjunto de (possíveis) indicadores mais consistentes, auxiliando o pesquisador a seguir um percurso de investigação mais coerente uma vez que não é especialista em nenhuma das temáticas dos focos.

É válido ressaltar também que os focos de monitoramento considerados nessa pesquisa não são absolutos e definitivos para a gestão da sustentabilidade de um destino, entendimento esse compartilhado pela própria INSTO. Contudo, são capazes de fornecer valiosa contribuição para a realização de um diagnóstico do estado atual de um destino, bem como prover um monitoramento básico de condições essenciais comuns a diferentes destinos, independentemente do seu tamanho ou vocação. A adição de focos como saúde e segurança conforme discussões realizadas com os especialistas entrevistados também seriam uma possibilidade para ampliação do escopo desse monitoramento pela entidade.

Por sua vez, o cumprimento do segundo objetivo específico - identificar fontes e dados visando a construção de indicadores para o monitoramento do turismo em nível municipal - foi o que apresentou os maiores desafios e demandou a maior quantidade de tempo da pesquisa. Mesmo tendo as orientações e direcionamentos fornecidos pelos especialistas durante as entrevistas, o universo de possibilidades encontrado ao iniciar a pesquisa nas bases de dados e portais eletrônicos governamentais foi gigantesco.

Apesar dos indicadores resultantes dessa pesquisa utilizarem dados provenientes de apenas 7 fontes distintas, o número de bases acessadas, sites navegados e documentos lidos é, sem dúvidas, centenas de vezes mais alto. Além do grande volume de informações disponíveis para serem analisadas, é importante considerar novamente o perfil do pesquisador e seu nível limitado de conhecimento *técnico* acerca das particularidades de cada foco.

Por mais que os critérios de qualidade e as definições de dados abertos estivessem bem definidas pelo referencial teórico e os indicadores da INSTO funcionassem como guias para a pesquisa, possivelmente muitos foram os casos em que dados potencialmente relevantes para construção de novos indicadores foram ignorados pela falta de um olhar especializado do pesquisador.

Não possuir entendimento pleno e dominante dos termos técnicos utilizados, das metodologias empregadas e do uso prático dos dados disponíveis nas bases representaram um grande desafio, motivo pelo qual se entende que, em algum nível, isso possa ter limitado os resultados da pesquisa.

Aliado a isso, é necessário relatar a imprevisibilidade de alguns portais eletrônicos dos órgãos estatais e a frequente atualização de seus formatos e *layouts*. Não foram raros os casos em que o *link* de acesso às informações estava corrompido, ou direcionavam para página diferente da esperada. Poucos foram as situações em que se encontrou material de apoio para a leitura e a interpretação dos dados disponibilizados.

Nesse meio tempo da realização da pesquisa, houve também a troca de governo federal, culminando em uma reestruturação ministerial, realocações de autarquias e reestruturação de programas nacionais, situações que impactam na forma como esses órgãos publicam seus dados e, consequentemente, como a sociedade civil os acessa.

Como um ponto positivo a ser comentado nesse sentido, está a evolução constante e a ampliação do Portal Brasileiro de Dados Abertos¹³, o qual tem funcionado como uma espécie de catálogo das publicações de Dados Abertos das mais diversas temáticas da administração pública, mantendo um padrão de disponibilização e pesquisa que facilita e simplifica o acesso e reuso desses dados.

¹³ Disponível em: <https://dados.gov.br/home>

Mesmo considerando essas situações, a pesquisa foi capaz de identificar 7 bases de dados e dados suficientes para a proposição de 49 indicadores dentro dos critérios de qualidade estabelecidos no referencial teórico e cabíveis de análise nessa etapa da pesquisa: confiabilidade e desagregação. Isso evidencia não somente o cumprimento do objetivo específico de identificar fontes e dados, mas também o de propor indicadores baseados em dados abertos para a gestão da sustentabilidade do turismo nos municípios brasileiros.

Visando atingir o quarto e último objetivo específico - validar tecnicamente os indicadores propostos com os especialistas - retomou-se os critérios de qualidade para indicadores estabelecidos no referencial teórico e solicitou-se aos especialistas para os avaliarem considerando sua *especificidade*, ou seja, o grau de equivalência com o indicador sugerido pela INSTO; a relevância do indicador proposto para o monitoramento do foco; sua *periodicidade*, ou seja, a frequência com a qual o dado é coletado e, a sua *disponibilidade*, ou seja, a frequência de publicação desse dado; assim como a sua *confiabilidade* enquanto reputação e nível de confiança da fonte que publica o dado e validade científica da metodologia utilizada.

Por sua vez, o critério de qualidade *desagregação* foi analisado pelo pesquisador durante a coleta dos dados, utilizando a desagregação em nível municipal como um filtro obrigatório para o dado ser selecionado de acordo com o escopo da pesquisa.

Considerando o conjunto de critérios sugeridos por SESI Paraná, somente a *comunicabilidade* dos indicadores propostos não foi avaliada pois seria necessário para isso consultar os gestores municipais de turismo que usariam esses dados. Esta ação deverá ser implementada junto da disponibilização do Módulo Destino 360º no portal do Observatório do Turismo da Serra Gaúcha¹⁴, em vias de finalização.

Isso posto, acredita-se que mesmo com a exceção da análise da comunicabilidade, o instrumento submetido aos especialistas é suficiente para permitir que se identifique validade técnica para uso ou não dos indicadores. Sendo assim, dos 49 indicadores encaminhados para avaliação, 13 deles receberam nota máxima (de 0 a 7) em todos os critérios de análise, 17 receberam somente notas 6 e 7, 12 deles receberam apenas uma nota abaixo de 6, 4 indicadores receberam 2 ou mais notas abaixo de 6 e somente 3 deles receberam notas abaixo de 4.

¹⁴ Disponível em: <http://www.observatorioserragaucha.tur.br>

Dessa forma entende-se que ao menos 46 indicadores propostos possuem viabilidade técnica para colaborar com o monitoramento da gestão da sustentabilidade do turismo nos municípios brasileiros de acordo com os focos sugeridos pela Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável (INSTO) da Organização Mundial do Turismo.

Com isso, verificou-se possível sugerir indicadores equivalentes para 73% dos indicadores INSTO classificados como providentes de dados secundários, sendo que 92% dos indicadores sugeridos puderam ser validados junto aos especialistas consultados. Diante disso, entendemos ser seguro afirmar que é viável construir indicadores para a gestão da sustentabilidade do turismo em municípios brasileiros a partir de dados abertos, considerando as dimensões e focos indicados pela rede INSTO/UN Tourism, como a pesquisa buscava responder.

Contudo, é necessário registrar que dos onze focos de monitoramento obrigatórios para os membros da Rede, o presente trabalho teve dificuldade e não pode apresentar propostas de indicadores baseados em dados abertos para três deles (Gestão de Energia, Acessibilidade e Bem-Estar). Apesar disso, considera-se essa incapacidade momentânea pois acredita-se que com estudos mais aprofundados e um recorte exclusivo para cada um desses focos poderiam ser pensados outros dados abertos capazes de suprir essa lacuna.

Além de estudos futuros orientados para esses focos, também se vislumbram outras possibilidades nesse sentido, abrangendo a retomada da pesquisa de cada foco de maneira individualizada por parte de pesquisadores com maior especialização na temática em questão; a de realizar estudos que englobem também bases de dados abertos considerando outros níveis de desagregação (estaduais, municipais ou até mesmo organizacionais) para identificar boas práticas de monitoramento que sirvam de referência para a construção de metodologias escalonáveis para o território nacional; além é claro da possibilidade de avaliar o entendimento dos gestores municipais a respeito do uso efetivo desses indicadores na realidade dos municípios.

REFERÊNCIAS

AMORIM, F. A. **A sustentabilidade no turismo de bem-estar**: uma análise da produção do conhecimento. 2024. 92 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15.401**: Meios de hospedagem – Sistema de gestão da sustentabilidade – Requisitos. 1a. ed. Rio de Janeiro, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15.401**: Meios de hospedagem – Sistema de gestão da sustentabilidade – Requisitos. 2a. ed. Rio de Janeiro, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16.534**: Meios de hospedagem – Indicadores para o sistema de gestão da sustentabilidade. Rio de Janeiro, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 21.401**: Turismo e serviços relacionados – sistema de gestão de sustentabilidade para meios de hospedagem. Rio de Janeiro, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 37.120**: cidades e comunidades sustentáveis – Indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida. Rio de Janeiro, 2021a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 37.122**: cidades e comunidades sustentáveis — Indicadores para cidades inteligentes. Rio de Janeiro, 2021b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 37.123**: cidades e comunidades sustentáveis — Indicadores para cidades resilientes. Rio de Janeiro, 2021c.

BARRETTO, M. **Planejamento e organização em turismo**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BORTOLOTTI, J. P. Z.; BREGOLIN, M. Viabilidade do uso de dados abertos de outros setores para a criação de indicadores de gestão do turismo em municípios brasileiros. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL TURISMO & HISTÓRIA, 3., 2019. **Anais [...]**. Caxias do Sul: UCS, 2019. p. 116.

BRASIL [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002.

BRASIL. EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. **Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. Retratos de uma caminhada: estratégia e gestão. Brasília: EMBRATUR, 2002. CD-ROM

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**: Diretrizes, metas e programas. Brasília: Ministério do Turismo, 2003. Disponível em http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**: Diretrizes. Brasília: Ministério do Turismo, 2013a. Disponível em http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016**: O turismo fazendo muito mais pelo Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2013b. Disponível em http://antigo.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf. Acesso em: 11 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional**: Relatório Brasil 2015. Brasília: Ministério do Turismo, 2015a. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>. Acesso em: 04 mar. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **5 motivos para abertura de dados na administração pública**. Brasília, Brasil: TCU, 2015b. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/5-motivos-para-a-abertura-de-dados-na-administracao-publica.htm>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**: Mais emprego e Renda para o Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/pnt-2018-2022-pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. Gabinete do Ministro. Portaria MTur nº 41, de 24 de novembro de 2021. Consolida e atualiza as normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo Brasileiro, além de estabelecer os critérios, as orientações, os compromissos, os procedimentos e os prazos para a composição deste. **Diário Oficial da União**: Seção: 1, Brasília, DF, n. 222, p. 130, 21 nov. 2021a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ministério do Turismo lança Observatório Nacional de Turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 08 nov. 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-do-turismo-lanca-observatorio-nacional-de-turismo>. Acesso em: 08 mar. 2022.

BRASIL. Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Cartilha para publicação de dados abertos no Brasil**. Brasília: Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2022. Disponível em: <https://dados.gov.br/pagina/cartilha-publicacao-dados-abertos>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2024-2027**: o turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e inclusivo. Brasília: Ministério do Turismo, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/PNT/plano-nacional-do-turismo>. Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo 2024**. Brasil, 2024b. Disponível em <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 05 abr. 2024.

BREGOLIN, M.; ALVES, T. F.; MOELLER, N. L. R. MAPITUR: criando base de dados geoespaciais da oferta turística com ferramentas livres. **ReBOT – Revista Brasileira dos Observatórios de Turismo**, Natal, v.1, n. 1, p. 04-20, jan./jul. 2022.

BREGOLIN, M.; PEREIRA, P. C.; BORTOLOTO, J. P. Z.; ALVES, T. F.; ROCHA, J. V. F. B.; MATTOS, L. L.; MOELLER, N. L. R.; FRIZZO, J. Implicações administrativas e operacionais da concepção de observatórios de turismo (OTUR): estudo de caso sobre o observatório do turismo da Serra Gaúcha (OTUR SG). **Observatório de la Economía Latinoamericana**, Portugal, v. 22, n. 7, p. e5789, 2024.

COMISSÃO EUROPEIA. **The European tourism indicator system**: Toolkit for sustainable destinations. Luxemburgo: União Europeia, 2016. Disponível em: <https://ec.europa.eu/docsroom/documents/21749>. Acesso em: 03 mar. 2022.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992: Rio de Janeiro-RJ. **Agenda 21**. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

DALMORO, M.; Vieira, K. M. Dilemas na construção de escalas Tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados?. **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 6, n. 3, p. 161-174, 2014.

DE CONTO, S. M.; FINKLER, R.; MECCA, M. S.; ANTONIAZZI, N. Indicadores de Sustentabilidade como objeto de estudos nos Programas de Pós-Graduação em Turismo no Brasil. **Cenário – Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, 88 Brasília, v. 9, n. 2, p. 258-271, 2021.

DIAS E CORDEIRO, I.; LEITE, N.; PARTIDÁRIO, M. do R. Instrumentos de avaliação de sustentabilidade de destinos turísticos: uma revisão de literatura. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 10, n. 2, p. 49-64, 2010.

DIAS, R; CASSAR, M. **Fundamentos do Marketing Turístico**. São Paulo: Pearson, 2004.

FLAGSTAD, A.; HOPE, C. Strategic success in winter sports destinations: a sustainable value creation perspective. **Tourism Management**, [S.], v. 22, n. 5, p. 445-461, out., 2001.

FRANZEN, L. I. **A dimensão atitudinal da acessibilidade e da hospitalidade a pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida sob a perspectiva de um corpo coletivo acolhedor**: o destino turístico Balneário Camboriú/Santa Catarina/Brasil. 2024. 320 f. Tese (Doutorado em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS, 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, E. L.; GÂNDARA, J. M.; IVARS-BAIDAL, J. A. É importante ser um destino turístico inteligente? A compreensão dos gestores públicos do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 503-536, set-dez. 2017.

GOULART, R. R. **As viagens e o turismo pelas lentes do deficiente físico praticante de esporte adaptado**: um estudo de caso. 2014. 132 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS, 2014.

GOULD, R. The colour of sustainable tourism. **ISOfocus**, Suíça, v. 35, p. 6-15, jul./ago., 2019. Disponível em: https://www.iso.org/isofocus_135.html. Acesso em: 19 mar. 2022.

GRAMADO. **Observatório do Turismo de Gramado**. 2024. Disponível em: <https://www.gramadoinesquecivel.tur.br/observatorio>. Acesso em: 20 out. 2024.

GRECHINSKI, P.; TEIXEIRA, C. F.; CORBARI, S. D.; DA SILVA, M. D. Sustainability indicator systems applied to tourism: Analysis based on sustainable tourism development processes. **Applied Tourism**, Balneário Camburiu, v. 8, n. 2, p.14-23, 2023.

HOLLEBEN, D. **Turismo de aventura e a deficiência visual**. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS, 2014.

LÓPEZ-PALOMEQUE, F. La ley del turismo de Cataluña, un nuevo instrumento en la evolución de la política turística. **Cuadernos Geográficos**, Granada, n. 34, p. 33-53, jan./jun., 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MÜLLER, E. L. **A competitividade e a qualidade de vida na destinação turística**: estudo de caso em Gramado-RS. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS, 2015.

NID ODDIT. **Núcleo de Inovação e Desenvolvimento de Observação, Desenvolvimento e Inteligência Turística e Territorial**. *Blogspot*, 2024. Disponível em: <https://nid-oditt-ucs.blogspot.com/>. Acesso em: 01 out. 2024.

NORA, P. C. **Turismo de saúde**: um estudo comparativo. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS, 2016.

OSMAINSCHI, R. **Cidades pulsantes**: dimensões de potencialidade para o turismo urbano. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS, 2018.

OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION (OKF). **Open Definition**: Defining open in open data, open content and open knowledge. 2022. Disponível em: <http://opendefinition.org/od/2.1/en/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations**: A Guidebook. Madrid, Espanha: Organização Mundial do Turismo, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION). **International Network of Sustainable Tourism Observatories (INSTO)**: about. 2022. Disponível em: <http://insto.unwto.org/about/>. Acesso em: 26 mar. 2022.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

REDE BRASILEIRA DE OBSERVATÓRIOS DE TURISMO. **História**. 2024. Disponível em: <https://www.rbotbrasil.com/historia/>. Acesso em: 26 mar. 2024.

SERVIÇO SOCIAL DA INÚSTRIA. DEPARTAMENTO DO ESTADO DO PARANÁ (SESI PARANÁ). **Construção e Análise de Indicadores**. Curitiba: Sesi, 2010. Disponível em: https://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/construcao-e-analise-de-indicadores.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

SEVERO, M. D. **Cabanas de luxo em áreas rurais da Região Uva e Vinho-RS**: relações que se estabelecem entre as informações de hóspedes, anfitriões e Airbnb sobre sustentabilidade. 2024. 151 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS, 2024.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2000.

TORRES-DELGADO A.; LÓPEZ-PALOMEQUE. Measuring sustainable tourism at the municipal level. **Annals of Tourism Research**, [S.l.], v. 49, p. 122-137, nov., 2014.

TRONCA, B. **Turismo, hospitalidade urbana e acessibilidade**: estudo aplicado aos museus municipais de Caxias do Sul - RS. 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado

em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS, 2019.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS). **Plano de Trabalho Observatório de Turismo da Serra Gaúcha (Obsturismo)**. Caxias do Sul: UCS, 2021.

ZEMLA, M. Tourism destination: The networking approach. **Moravian Geographical Reports**, República Tcheca, v. 24, n. 4, p. 2-14, fev. 2017.

ANEXO A – PARECER DO ESPECIALISTA SOBRE AS DIMENSÕES SOCIAIS

Ao Coordenador do Núcleo de Inovação e Desenvolvimento “Observação, Desenvolvimento e Inteligência Turística e Territorial” NID ODITT e Coordenador do Observatório do Turismo da Serra Gaúcha, professor Dr. Michel Bregolin

Em atendimento à sua solicitação e às necessidades de relatórios parciais que se fazem presentes, cumpre pontuar que, considerando as atividades realizadas e registradas pelo Observatório do Turismo da Serra Gaúcha (OTURSG) em especial à ferramenta “Destino 360°”, sistema para consulta de indicadores – dados abertos – para monitoramento dos municípios integrantes do OTUR SG, foco de satisfação local, não foram identificados, até o momento, dados secundários abertos para a geração de indicadores – pelo menos não dados específicos.

Participante do Observatório – Destino 360° - foco Satisfação Local – como especialista, ressalto que esse foco, importante para mapeamentos e configurações da hospitalidade em um município, nem sempre encontra indicadores próprios – o que mais se apresenta, neste tipo de pesquisa qualitativa, por sua própria abordagem, é a necessidade de entrecruzamentos de indicadores, já que, inclusive, a satisfação local engloba, não só aspectos tangíveis mas também intangíveis, em se considerando as percepções que as pessoas (munícipes ou turistas) têm sobre o lugar e sobre as suas formas de interação com os lugares. Trata-se pois e igualmente” da hospitalidade dos lugares (Baptista, 2008). Assim, embora possam ser encontrados indicadores de infraestrutura e mobilidade urbana (como as condições das estradas), ou de segurança pública, eles, por si, não podem ser lidos como os únicos responsáveis para indicação de satisfação. Como a satisfação local relaciona-se às percepções que turistas têm dos lugares visitados e àquelas que os munícipes têm do lugar em que moram, a organização de indicadores quase sempre passa pelo entrecruzamento de várias dimensões, sendo que devem ser, não raro, em combinação. Outra limitação para a elaboração de indicadores diz respeito à perspectiva temporal.

Como pesquisadora da área do Turismo com foco nas questões de hospitalidade, importante refletir sobre o foco Satisfação Local, considerando que nos construtos teóricos sobre hospitalidade assumido pelo grupo Hospitur (o qual coordeno), a hospitalidade é conceituada (e as ações são analisadas) a partir do espaço entre, sobre aquilo que é construído na relação, em que há alternância de papéis: acolhedor (munícipes, cidade) e acolhido (turista em uma primeira instância

pela verve do turismo) trocam de papéis, priorizando, portanto a relação que vai sendo estabelecida no espaço do diálogo e respeito mútuos.

Tomando por referência o *Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: A Guidebook* (UNWTOH), a satisfação local relativa ao turismo é fundamental para a sustentabilidade e refere-se a atitudes, a satisfação ou insatisfação, enfim, às reações tanto das comunidades que acolhem quanto daqueles que são por elas acolhidos. Nos dados do documento, o nível da satisfação local pode ser mensurado pelo número de queixas de seus moradores (o que já apresenta falhas: que tipo de queixa? Qual órgão que recebe essa queixa? Qual o viés individual e coletivo que essa queixa pode estar refletindo?). Também pode ser identificado pelo impacto que o número de turistas que transitam pela cidade gera (novamente faz-se necessário, como instrumento de coleta, questionários que possam acompanhar longitudinalmente as mudanças que ocorrem). O documento ainda aponta como indicadores o percentual de munícipes que acredita que o turismo seja fator de efetivo desenvolvimento regional. Há, indicadores que sugerem identificar se os moradores da cidade possuem casa própria ou não, se eles têm problemas de segurança ou de moradia. Porém, embora sejam indicadores, falta a elaboração de instrumentos que possam trazer dados para uma ampla e consistente análise para o foco satisfação.

Para além dessas questões, o nível de percepção, igualmente pode constituir-se fator de desequilíbrio nos estudos, pois a percepção pode se modificar muito de uma pessoa para outra, já que atrelada a formas de ver e sentir a própria cidade.

As limitações ora apresentadas são igualmente desafios para as próximas incursões investigativas: criar indicadores para a avaliação do foco Satisfação Local, no entrecruzamento de outros indicadores é um desses. Outra perspectiva é a criar indicadores que permitam reavaliações, em que os sujeitos possam, apresentar, por meio de mais de um instrumento, as percepções sobre a cidade em que moram, sobre os turistas que são por eles recebidos. Também se faz necessário elaborar instrumentos para que os turistas igualmente apontem sobre as suas percepções da cidade. Esses dados poderão servir para a elaboração de políticas públicas.

Coloco-me à disposição para maiores informações e esclarecimentos, ressaltando que, para 2025, identificadas algumas lacunas, perspectivam-se estudos para essa área.

Atenciosamente,

Luciane Todeschini Ferreira

Coordenadora do Grupo Hospitur do PPGTUH/UCS

Especialista indicada para o Foco de Monitoramento Bem-estar

Módulo Destino 360º do Observatório do Turismo da Serra Gaúcha

APÊNDICE A – FICHAS DE CATALOGAÇÃO DOS INDICADORES SUGERIDOS

Dimensão: Ambiental

Foco: 1. Gestão de Recursos Hídricos

Componente: 1.1 Utilização total de água em relação ao abastecimento.

Variável INSTO: 1.1.1 Utilização de água: (volume total consumido e litros por turista por dia).

Indicador sugerido: Consumo médio per capita de água no município.

Código Interno: DA_GRH_1.1.1(1)

Observação: Não sendo possível localizar um indicador do consumo exclusivo de turistas, sugere-se a utilização do consumo médio per capita de água no município, como meio de estabelecer comparativos.

Cálculo:

IN022 - Consumo médio per capita de água		
Forma de cálculo	Informações envolvidas	Unidade
$\frac{AG010 - AG019}{AG001} \times \frac{1.000.000}{365}$	AG001: População total atendida com abastecimento de água AG010: Volume de água consumido AG019: Volume de água tratada exportado	l/hab./dia
Comentários: AG001*: utiliza-se a média aritmética dos valores do ano de referência e do ano anterior ao mesmo.		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

Base de dados: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Acesso fonte: SNIS Série Histórica – Água e Esgoto. Indicadores Operacionais - água **IN022** (<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>)

Unidade de Medida: litro/habitante/dia

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual (Publicado uma vez por ano)

Periodicidade: Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise)

Informações complementares: Glossário de Informações, Glossário de Indicadores, Diagnóstico Temático e Tabelas (<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/>)

Dimensão: Ambiental

Foco: 1. Gestão de Recursos Hídricos

Componente: 1.2 Iniciativas de conservação e resultados

Variável INSTO: 1.2.1 Economia de água (percentual de consumo, de reutilização ou reciclagem).

Indicador sugerido: Índice de esgoto tratado referente à água consumida.

Código Interno: DA_GRH_1.2.1(1)

Observação:

Cálculo:

IN046 - Índice de esgoto tratado referido à água consumida		
Forma de cálculo	Informações envolvidas	Unidade
$\frac{ES006 + ES015}{AG010 - AG019} \times 100$	AG010: Volume de água consumido AG019: Volume de água tratada exportado ES006: Volume de esgotos tratado ES015: Volume de esgoto bruto exportado tratado nas instalações do importador	percentual

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

Base de dados: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Acesso fonte: SNIS Série Histórica – Água e Esgoto. Indicadores Operacionais - esgotos **IN046**
(<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>)

Unidade de Medida: Percentual

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual (Publicado uma vez por ano).

Periodicidade: Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise).

Informações complementares: Glossário de Informações, Glossário de Indicadores, Diagnóstico Temático e Tabelas (<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/>)

Dimensão: Ambiental

Foco: 1. Gestão de Recursos Hídricos

Componente: 1.3 Escassez Sazonal/Escassez de água

Variável INSTO: 1.3.1 Número de incidentes de escassez por ano ou número de dias por ano com escassez de oferta.

Indicador sugerido: Duração média das paralisações.

Código Interno: DA_GRH_1.3.1(1)

Observação: Indicador de horas totais em que houve paralizações no sistema de distribuição de água do município durante o ano.

Cálculo:

IN072 - Duração média das paralisações		
Forma de cálculo	Informações envolvidas	Unidade
$\frac{QD003}{QD002}$	QD002: Quantidades de paralisações no sistema de distribuição de água QD003: Duração das paralisações	horas/paralis.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

Base de dados: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Acesso fonte: SNIS Série Histórica – Água e Esgoto. Indicadores Operacionais – Indicadores de qualidade **IN072** (http://appsnnis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua_esgoto/mapa-agua/?cod=4305108).

Unidade de Medida: horas/paralisação

Nível de desagregação: Municipal.

Disponibilidade: Anual (Publicado uma vez por ano).

Periodicidade: Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise).

Informações complementares: Glossário de Informações, Glossário de Indicadores, Diagnóstico Temático e Tabelas (<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/>)

Dimensão: Ambiental

Foco: 1. Gestão de Recursos Hídricos

Componente do Foco: 1.3 Escassez Sazonal/Escassez de água

Variável INSTO: 1.3.2 Percentual de perda no sistema reticulado.

Indicador sugerido: Índice de perdas na distribuição.

Código Interno: DA_GRH_1.3.2(1)

Observação:

Cálculo:

IN049 - Índice de perdas na distribuição		
Forma de cálculo	Informações envolvidas	Unidade
$\frac{AG006 + AG018 - AG010 - AG024}{AG006 + AG018 - AG024} \times 100$	AG006: Volume de água produzido AG010: Volume de água consumido AG018: Volume de água tratada importado AG024: Volume de serviço	percentual

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

Base de dados: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Acesso fonte: SNIS Série Histórica – Água e Esgoto. Indicadores Operacionais - água **IN049**
 (http://appsniis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua_esgoto/mapa-agua/?cod=4305108)

Unidade de Medida: Percentual

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual (Publicado uma vez por ano)

Periodicidade: Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise)

Informações complementares: Glossário de Informações, Glossário de Indicadores, Diagnóstico Temático e Tabelas (<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/>)

Dimensão: Ambiental

Foco: 1. Gestão de Recursos Hídricos

Componente do Foco: 1.3 Escassez Sazonal/Escassez de água

Variável INSTO: 1.3.3 Percentual do abastecimento de água importada para a região.

Indicador sugerido: Volume de água bruta importada.

Código Interno: DA_GRH_1.3.3(1)

Observação:

Cálculo:

Volume anual de água bruta recebido de outros agentes fornecedores para tratamento ou distribuição direta.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

Base de dados: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Acesso fonte: SNIS Série Histórica – Água e Esgoto. Indicadores Operacionais - água **AG016**

(<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>)

Unidade de Medida: 1.000 m³/ano.

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual (Publicado uma vez por ano)

Periodicidade: Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise)

Informações complementares:

Glossário de Informações, Glossário de Indicadores, Diagnóstico Temático e Tabelas
(<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/>)

Dimensão: Ambiental

Foco: 1. Gestão de Recursos Hídricos

Componente: 1.4 Distribuição da água pelos usuários (agricultura, residentes locais, empreendimentos turísticos e etc.)

Variável INSTO: 1.4.1 Utilização total como percentual da capacidade instalada.

Indicador sugerido: Índice de consumo de água.

Código Interno: DA_GRH_1.4.1(1)

Observação: Percentual de utilização considerando o total de água disponibilizada.

Cálculo:

IN052 - Índice de consumo de água		
Forma de cálculo	Informações envolvidas	Unidade
$\frac{AG010}{AG006 + AG018 - AG024} \times 100$	AG006: Volume de água produzido AG010: Volume de água consumido AG018: Volume de água tratada importado AG024: Volume de serviço	percentual

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

Base de dados: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Acesso fonte: SNIS Série Histórica – Água e Esgoto. Indicadores Operacionais - água **IN052** (<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>).

Unidade de Medida: Percentual.

Nível de desagregação: Municipal.

Disponibilidade: Anual (Publicado uma vez por ano)

Periodicidade: Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise)

Informações complementares: Glossário de Informações, Glossário de Indicadores, Diagnóstico Temático e Tabelas (<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/>)

Dimensão: Ambiental

Foco: 1. Gestão de Recursos Hídricos

Componente: 1.5 Custo e preço da água.

Variável INSTO: 1.5.1 Preço da água por litro ou metro cúbico.

Indicador sugerido: Tarifa média de água.

Código Interno: DA_GRH_1.5.1(1)

Observação:

Cálculo:

IN005 - Tarifa média de água		
Forma de cálculo	Informações envolvidas	Unidade
$\frac{FN002}{AG011 - AG017 - AG019} \times \frac{1}{1.000}$	AG011: Volume de água faturado AG017: Volume de água bruta exportado AG019: Volume de água tratada exportado FN002: Receita operacional direta de água	R\$/m³

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

Base de Dados: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Acesso fonte: SNIS Série Histórica – Água e Esgoto. Indicadores Operacionais - Indicadores econômico-financeiros e administrativos **IN005** (<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>).

Unidade de Medida: R\$/m³

Nível de desagregação: Municipal.

Disponibilidade: Anual (Publicado uma vez por ano)

Periodicidade: Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise)

Informações complementares: Glossário de Informações, Glossário de Indicadores, Diagnóstico Temático e Tabelas (<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/>)

Dimensão: Ambiental**Foco:** 1. Gestão de Recursos Hídricos**Componente:** 1.6 Pureza do abastecimento de água potável.**Variável INSTO:** 1.6.2 Percentual da população com acesso à água tratada (indicadores de desenvolvimento sustentável da ONU).**Indicador sugerido:** Índice de atendimento total de água.**Código Interno:** DA_GRH_1.6.2(1)**Observação:** Percentual da população total atendida com abastecimento de água.**Cálculo:**

IN055 - Índice de atendimento total de água		
Forma de cálculo	Informações envolvidas	Unidade
$\frac{AG001}{GE12a} \times 100$	AG001: População total atendida com abastecimento de água G12A: População total residente do(s) município(s) com abastecimento de água, segundo o IBGE POP_TOT: População total do município do ano de referência (Fonte: IBGE).	percentual

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.**Base de Dados:** Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).**Acesso fonte:** SNIS Série Histórica – Água e Esgoto. Indicadores Operacionais - Indicadores operacionais IN055 (<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>).**Unidade de Medida:** Percentual**Nível de desagregação:** Municipal.**Disponibilidade:** Anual (Publicado uma vez por ano).**Periodicidade:** Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise).**Informações complementares:** Glossário de Informações, Glossário de Indicadores, Diagnóstico Temático e Tabelas (<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/>)

Dimensão: Ambiental

Foco: 1. Gestão de Recursos Hídricos

Componente: 1.6 Pureza do abastecimento de água potável.

Variável INSTO: 1.6.3 Número de incidentes de violação dos padrões de qualidade da água.

Indicador sugerido: Incidência das análises de coliformes totais fora do padrão.

Código Interno: DA_GRH_1.6.3(1)

Observação: No documento proposto pela OMT não existem definições explícitas do que seriam os padrões de qualidade da água aceitáveis. Dentro do SNIS, encontramos três indicadores de qualidade, eles estão relacionados a turbidez, cloro residual e coliformes. Optamos pela utilização de um deles.

Cálculo:

IN084 - Incidência das análises de coliformes totais fora do padrão		
Forma de cálculo	Informações envolvidas	Unidade
$\frac{QD027}{QD026} \times 100$	QD026: Quantidade de amostras para coliformes totais (analisadas) QD027: Quantidade de amostras para coliformes totais com resultados fora do padrão	percentual

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

Base de Dados: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Acesso fonte: SNIS Série Histórica – Água e Esgoto. Indicadores Operacionais – Indicadores de qualidade **IN084** (http://appsniis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua_esgoto/mapa-agua/?cod=4305108).

Unidade de Medida: Percentual.

Nível de desagregação: Municipal.

Disponibilidade: Anual (Publicado uma vez por ano).

Periodicidade: Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise).

Informações complementares: Glossário de Informações, Glossário de Indicadores, Diagnóstico Temático e Tabelas (<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/>)

Dimensão: Ambiental

Foco: 2. Gestão de Efluentes

Componente: 2.1 Tratamento de esgoto.

Variável INSTO: 2.1.1 Percentual de esgoto do destino/município que recebe tratamento.

Indicador sugerido: Índice de tratamento de esgoto.

Código Interno: DA_GE_2.1.1(1)

Observação:

Cálculo:

IN016 - Índice de tratamento de esgoto		
Forma de cálculo	Informações envolvidas	Unidade
$\frac{ES006 + ES014 + ES015}{ES005 + ES013} \times 100$	ES005: Volume de esgotos coletado ES006: Volume de esgotos tratado ES013: Volume de esgotos bruto importado ES014: Volume de esgoto importado tratado nas instalações do importador ES015: Volume de esgoto bruto exportado tratado nas instalações do importador	percentual

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional

Base de dado: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Acesso fonte: SNIS Série Histórica – Água e Esgoto. Esgotos **IN016**
(<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>)

Unidade de Medida: Percentual.

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual (Publicado uma vez por ano)

Periodicidade: Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise)

Informações complementares:

Dimensão: Ambiental**Foco:** 2. Gestão de Efluentes**Componente:** 2.2 Extensão dos sistemas de tratamento de esgoto.**Variável INSTO:** 2.2.2 Percentagem do destino servido pelos sistemas de águas pluviais (separando esgotos de escoamento e drenagem superficial)**Indicador sugerido:** Taxa de cobertura de vias públicas com redes ou canais pluviais subterrâneos na área urbana.**Código Interno:** DA_GE_2.2.1(1)**Observação:****Cálculo:**

IN021 - Taxa de cobertura de vias públicas com redes ou canais pluviais subterrâneos na área urbana		
Equação	Informações Envolvidas	Unidade
$\frac{IE024}{IE017} \times 100$	IE017 - Extensão total de vias públicas urbanas do município; IE024 - Extensão total de vias públicas urbanas com redes ou canais de águas pluviais subterrâneos.	Percentual
Finalidade: Medir a relação entre a extensão de vias urbanas com canais subterrâneos e a extensão total de vias urbanas.		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.**Base de dado:** Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).**Acesso fonte:** SNIS Tabela de Indicadores AP – Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas **IN021****Unidade de Medida:** Percentual**Nível de desagregação:** Municipal**Disponibilidade:** Anual (Publicado uma vez por ano)**Periodicidade:** Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise)**Informações complementares:**

(Dado disponível apenas no download das planilhas, não está integrada na plataforma online da série histórica SNIS)

Dimensão: Ambiental

Foco: 3. Gestão de Resíduos Sólidos

Componente: 3.1 Gestão total de resíduos recolhidos em um destino/município.

Variável INSTO: 3.1.1 Quantidade total de resíduos coletados.

Indicador sugerido: Quantidade total de RDO e RPU coletada por todos os agentes.

Código Interno: DA_GRS_3.1.1(1)

Observação: Resíduo Domiciliar (RDO) = Produzidos em atividades domésticas (restos de comida, embalagens, vidro e etc). Resíduo Público (RPU) = Produzido em atividades públicas, como varrição, podas, capina e limpeza de bocas-de-lobo.

Todos agentes = Prefeitura, empresas terceirizadas, org. de catadores e outros executores credenciados.

Cálculo:

CO119

QUANTIDADE TOTAL DE RDO E RPU COLETADA POR TODOS OS AGENTES

Valor anual da soma das quantidades totais de RDO e RPU coletadas por todos os agentes mencionados, públicos, privados e outros agentes, exceto cooperativas de catadores. As quantidades coletadas por cooperativas ou associações de catadores deverão ser preenchidas em campo específico no item Coleta Seletiva. Não inclui quantidades coletadas de resíduos dos serviços de saúde (RSS) e resíduos da construção civil (RCC). Corresponde à soma das informações CO111 + CO115 e à soma das informações CO116 + CO117 + CO142.

Referências: CO111; CO115; X000; X036; X039; X053; X060. **Unidade:** Tonelada/ano.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

Base de dados: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Acesso fonte: SNIS Informações Gerais – Resíduos Sólidos. Planilha de Informações – Resíduos Sólidos

CO119 (<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/residuos-solidos>) Download de tabelas > Planilha Informações

Unidade de Medida: Toneladas/Ano

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual (Publicado uma vez por ano)

Periodicidade: Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise)

Informações complementares:

Dimensão: Ambiental**Foco:** 3. Gestão de Resíduos Sólidos**Componente:** 3.1 Gestão total de resíduos recolhidos em um destino/município.**Variável INSTO:** 3.1.2 Quantidade de resíduos gerados pelo município (massa) por pessoa (anual e mensal).**Indicador sugerido:** Massa de resíduos domiciliares e públicos (RDO + RPU) coletada per capita em relação à população total atendida pelo serviço de coleta.**Código Interno:** DA_GRS_3.1.2(1)

Observação: Resíduo Domiciliar (RDO) = Produzidos em atividades domésticas (restos de comida, embalagens, vidro e etc). Resíduo Público (RPU) = Produzido em atividades públicas, como varrição, podas, capina e limpeza de bocas-de-lobo.

Cálculo:

IN028 - Massa de resíduos domiciliares e públicos (rdo+rupu) coletada per capita em relação à população total atendida pelo serviço de coleta		
Forma de cálculo	Informações envolvidas	Unidade
$\frac{CO116 + CO117 + CS048 + CO142}{CO164} \times \frac{1.000}{365}$	CO116: Quantidade de RDO e RPU coletada pelo agente público CO117: Quantidade de RDO e RPU coletada pelos agentes privados CO142: Quantidade de RDO e RPU coletada por outros agentes executores CO164: População total atendida no município CS048: Qtd. recolhida na coleta seletiva executada por associações ou cooperativas de catadores COM parceria/apoio da Prefeitura?	Kg/habitante/dia
Comentários: Calculado somente se os campos CO116, CO117e CO164 preenchidos. Indicador calculado a partir da edição 2009. Este indicador, diferentemente do I021 leva em consideração a população total atendida (declarada pelo município).		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.**Base de dados:** Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Acesso fonte: SNIS Série Histórica – Resíduos Sólidos. Indicadores sobre coleta domiciliar e pública
IN028 (<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>)

Unidade de Medida: Kg/Hab./Dia**Nível de desagregação:** Municipal**Disponibilidade:** Anual (Publicado uma vez por ano)**Periodicidade:** Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise)**Informações complementares:**

Dimensão: Ambiental

Foco: 3. Gestão de Resíduos Sólidos

Componente do Foco: 3.2 Redução dos resíduos produzidos.

Variável INSTO: 3.2.1 Volume de resíduos reciclados (m³) / Volume total de resíduos.

Indicador sugerido: Taxa de recuperação de recicláveis em relação à quantidade de RDO e RPU do município/destino.

Código Interno: DA_GRS_3.2.1(1)

Observação:

Cálculo:

IN031 - Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (rdo + rpu) coletada		
Forma de cálculo	Informações envolvidas	Unidade
$\frac{CS009}{CO116 + CO117 + CS048 + CO142} \times 100$	CO116: Quantidade de RDO e RPU coletada pelo agente público CO117: Quantidade de RDO e RPU coletada pelos agentes privados CO142: Quantidade de RDO e RPU coletada por outros agentes executores CS009: Quantidade total de materiais recicláveis recuperados CS048: Qtd. recolhida na coleta seletiva executada por associações ou cooperativas de catadores COM parceria/apoio da Prefeitura?	%
Comentários: Calculado somente se os campos CO116 e CO117 preenchidos. Este indicador teve sua equação alterada a partir do Diagnóstico RS 2007 com a inclusão das quantidades coletadas por cooperativas ou associações de catadores e outros executores. A partir da edição 2009 o co145 foi substituído pelo Cs048 por motivos de equivalência.		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

Base de dados: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Acesso fonte: SNIS – Resíduos Sólidos. Indicadores sobre coleta seletiva e triagem **IN031**.

Unidade de Medida: Percentual

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual (Publicado uma vez por ano)

Periodicidade: Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise)

Informações complementares:

Dimensão: Ambiental**Foco:** 3. Gestão de Resíduos Sólidos**Componente:** 3.2 Redução dos resíduos produzidos.**Variável INSTO:** 3.2.2 Número de estabelecimentos turísticos com coleta seletiva, capacidade de coleta seletiva dos moradores.**Indicador sugerido:** Taxa de cobertura da coleta seletiva porta a porta em relação a população urbana.**Código Interno:** DA_GRS_3.2.2(1)**Observação:****Cálculo:**

IN030 - Taxa de cobertura do serviço de coleta seletiva porta-a-porta em relação à população urbana do município.		
Forma de cálculo	Informações envolvidas	Unidade
$\frac{CS050}{POP_URB} \times 100$	CS050: População urbana do município atendida com a coleta seletiva do tipo porta a porta executada pela Prefeitura (ou SLU) POP_URB: População urbana do município (Fonte: IBGE)	%
Comentários: POP_URB = Estimativa de população urbana realizada pelo SNIS.		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.**Base de dados:** Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).**Acesso fonte:** SNIS – Resíduos Sólidos. Indicadores sobre coleta seletiva e triagem **IN030**.**Unidade de Medida:** Percentual**Nível de desagregação:** Municipal**Disponibilidade:** Anual (Publicado uma vez por ano)**Periodicidade:** Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise)**Informações complementares:**

Dimensão: Ambiental

Foco: 3. Gestão de Resíduos Sólidos

Componente: 3.3 Prestação de serviços de coleta de resíduos.

Variável INSTO: 3.3.1 Percentual da área do destino/município coberta por serviços de coleta de resíduos sólidos (ênfase em áreas urbanas).

Indicador sugerido: Taxa de cobertura da coleta RDO em relação a população urbana.

Código Interno: DA_GRS_3.3.1(1)

Observação:

Cálculo:

IN016 - Taxa de cobertura regular do serviço de coleta de rdo em relação à população urbana		
Forma de cálculo	Informações envolvidas	Unidade
$\frac{CO050}{POP_URB} \times 100$	CO050: População urbana atendida no município, abrangendo o distrito-sede e localidades POP_URB: População urbana do município (Fonte: IBGE)	%
Comentários: POP_URB = Estimativa de população urbana realizada pelo SNIS. A partir de 2008 este indicador incorporou o campo Co147 e, em 2009, passou a não considerar o Co051.		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

Base de dados: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Acesso fonte: SNIS – Resíduos Sólidos. Indicadores sobre coleta domiciliar e pública **IN016**.

Unidade de Medida: Percentual

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual (Publicado uma vez por ano)

Periodicidade: Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise)

Informações complementares:

Dimensão: Ambiental

Foco: 3. Gestão de Resíduos Sólidos

Componente: 3.4 Substâncias perigosas (redução e manuseio).

Variável INSTO: 3.4.2 Percentual de substâncias perigosas para quais existem políticas e programas de gestão e eliminação adequadas.

Indicador sugerido: Existência de coleta diferenciada para resíduos sólidos de serviços de saúde.

Código Interno: DA_GRS_3.4.2(1)

Observação:

Cálculo:

RS020

EXISTE NO MUNICÍPIO A COLETA DIFERENCIADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE EXECUTADA PELA PREFEITURA, PELO PRÓPRIO GERADOR OU POR EMPRESAS CONTRATADAS POR ELES?

Ocorrência de coleta diferenciada de resíduos dos serviços de saúde (RSS) executada pela Prefeitura ou empresa contratada por ela e/ou pelos próprios geradores desses resíduos ou empresas contratadas por eles. No caso desta coleta ser executada com os mesmos veículos da coleta domiciliar ou pública, admitir que NÃO existe coleta diferenciada. Considera-se como Prefeitura qualquer órgão da administração direta centralizada (secretaria, departamento, divisão ou seção) ou descentralizada (empresa ou autarquia). Informação de natureza qualitativa, cujas opções de resposta são 'sim' ou 'não'.

Referências: X000; X036. **Unidade:** Sim/Não.

(Sim ou não.)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

Base de dados: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Acesso fonte: SNIS – Resíduos Sólidos. Coleta de resíduos sólidos dos serviços de saúde **RS020**.

Unidade de Medida:

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual (Publicado uma vez por ano)

Periodicidade: Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise)

Informações complementares:

Dimensão: Ambiental

Foco: 3. Gestão de Resíduos Sólidos

Componente: 3.5 Manutenção da percepção do destino/município como limpo.

Variável INSTO: 3.5.1 Quantidade de resíduos recolhidos de áreas e vias públicas.

Indicador sugerido: Quantidade de resíduos públicos coletados.

Código Interno: DA_GRS_3.5.1(1)

Observação:

Cálculo:

CO115

QUANTIDADE TOTAL DE RPU COLETADA POR TODOS OS AGENTES EXECUTORES

Quantidade anual de RPU coletada por todos os agentes executores público, privado ou outro(s) agente(s) executor(es), exceto cooperativas de catadores. Não inclui quantidade de RDO coletada. Esta informação deverá ser preenchida somente no caso de haver coleta distinta para os resíduos domiciliares e resíduos públicos (= oriundos da varrição ou limpeza de logradouros públicos). Corresponde à soma das quantidades das informações CO112 + CO113 + CO141.

Referências: X000; X039; X053. **Unidade:** Tonelada/ano.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

Base de dados: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Acesso fonte: SNIS – Resíduos Sólidos. Coleta domiciliar e pública **CO115**.

Unidade de Medida: tonelada/ano

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual (Publicado uma vez por ano)

Periodicidade: Anual (Informação consolidada referente ao ano de análise)

Informações complementares:

Dimensão: Ambiental

Foco: 5. Ação Climática

Componente: 5.1 Alterações climáticas e eventos climático extremos

Variável INSTO: 5.1.1 Frequência de eventos climáticos extremos

Indicador sugerido: Número de vezes em que o município/destino decretou situação de emergência/calamidade pública no último ano.

Código interno: DA_AC_5.1.1(1)

Observação:

Cálculo: Soma do número de reconhecimentos federais de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública por município, por ano.

Fonte: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Base de dados: Secretária Nacional de Proteção e Defesa Civil >SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE DESASTRES - S2iD

Acesso fonte: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/sistema-integrado-de-informacoes-sobre-desastres> > Série Histórica

Unidade de Medida: Unidade

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual

Periodicidade: Diária

Informações complementares:

Dimensão: Ambiental

Foco: 5. Ação Climática

Componente: 5.1 Alterações climáticas e eventos climático extremos

Variável INSTO: 5.1.2 Valor do prejuízo no setor turístico

Indicador sugerido: Prejuízos Econômicos Privado - Valor da perda no setor do comércio e nos setores de serviços, ocorrido em decorrência direta dos efeitos do desastre.

Código interno: DA_AC_5.1.2(1)

Observação: Valor estimado (em R\$) informado pelas autoridades locais.

Cálculo:

PEPR_Comércio (R\$) + PEPR_Serviços (R\$)

Soma de todos os valores informados por evento, por município, por ano.

Fonte: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil > Relatório Gerencial - Danos Informados

https://dadosabertos.mdr.gov.br/dataset/s2id_sedec Série Histórica

Unidade de Medida: R\$

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual

Periodicidade: Diária

Informações complementares:

Dimensão: Ambiental

Foco: 5. Ação Climática

Componente: 5.2 Nível de exposição ao risco

Variável INSTO: 5.2.1 Percentual de empreendimentos turísticos localizados em zonas vulneráveis.

Indicador sugerido: Parcela de domicílios em situação de risco de inundação.

Código interno: DA_AC_5.2.1(1)

Observação:

Cálculo:

IN040 - Parcela de Domicílios em Situação de Risco de Inundação		
Equação	Informações Envolvidas	Unidade
$\frac{RI013}{GE008} \times 100$	GE008 - Quantidade total de domicílios urbanos existentes no município; RI013 - Quantidade de domicílios sujeitos a risco de inundação	Percentual
Finalidade: Avaliar a quantidade de domicílios urbanos sujeitos a riscos de inundação em relação à quantidade total de domicílios urbanos do município.		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

Base de dados: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Acesso fonte: SNIS Série Histórica – Água Pluviais. Gestão de Riscos - **IN040**
(<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>)

Unidade de Medida: Percentual

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual

Periodicidade: Anual

Informações complementares:

Dimensão: Econômica

Foco: 6. Empregos

Componente: 6.6 Oportunidade para mulheres

Variável INSTO: 6.6.2 Percentual de homens e mulheres entre todos os empregos formais no turismo.

Indicador sugerido: Quantitativo de empregados com registro em carteira de trabalho no setor de turismo (ACTs definidas), por sexo.

Código Interno: DE_E_6.6.2(1)

Observação:

Cálculo: Numero total de empregados registrados nas ACTs, divididos entre homens e mulheres, percentualmente.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Painel de Informações da RAIS (<http://pdet.mte.gov.br/rais>)

Unidade de Medida: Percentual.

Nível de desagregação: Municipal.

Disponibilidade: Anual.

Periodicidade: Anual.

Informações complementares:

Dimensão: Econômica

Foco: 6. Empregos

Componente: 6.6 Oportunidade para mulheres

Variável INSTO: 6.7.1 Percentual de mulheres em diferentes faixas salariais no turismo;

Indicador sugerido: Percentual de mulheres em diferentes faixas salariais do turismo.

Código Interno: DE_E_6.7.1(1)

Observação:

Cálculo: Faixa salariais baseadas na remuneração média de acordo com o grau de instrução. Número total de mulheres registras nas ACTs distribuídas percentualmente dentro das faixas salariais definidas.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Painel de Informações da RAIS (<http://pdet.mte.gov.br/rais>)

Painel 5 de 7

Unidade de Medida: Percentual.

Nível de desagregação: Municipal.

Disponibilidade: Anual.

Periodicidade: Anual.

Informações complementares:

Dimensão: Econômica

Foco: 6. Empregos

Componente: 6.15 Número e qualidade dos empregos no Turismo

Variável INSTO: 6.15.1 Número total de empregados no setor de Turismo (por categoria: Hospedagem, transporte, alimentação);

Indicador sugerido: Número de vínculos formais em cada ACT e total.

Código Interno: DE_E_6.15.1(1)

Observação:

Cálculo: Somatório do número de vínculos formais em cada uma das ACTs.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Novo CAGED

Painel de Informações do Novo CAGED (<http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>)

Unidade de Medida: Unidade.

Nível de desagregação: Municipal.

Disponibilidade: Mensal.

Periodicidade: Mensal.

Informações complementares:

Dimensão: Econômica

Foco: 6. Empregos

Componente: 6.15 Número e qualidade dos empregos no Turismo

Variável INSTO: 6.15.2 Nível de retenção dos empregados;

Indicador sugerido: Período médio (em meses) em que os trabalhadores das ACTs estão contratados.

Código Interno: DE_E_6.15.2(1)

Observação:

Cálculo: Média (em meses) em que os trabalhadores das ACTs estão registrados.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Painel de Informações da RAIS (<http://pdet.mte.gov.br/rais>)

Unidade de Medida: Meses.

Nível de desagregação: Municipal.

Disponibilidade: Anual.

Periodicidade: Anual.

Informações complementares:

Dimensão: Econômica

Foco: 6. Empregos

Componente: 6.15 Número e qualidade dos empregos no Turismo

Variável INSTO: 6.15.3 Percentual de empregos que são turno integral, o ano inteiro;

Indicador sugerido: Percentual de postos de trabalho integrais nas ACTs.

Código Interno: DE_E_6.15.3(1)

Observação:

Cálculo: Vínculos totais nas ACTs – vínculos aprendiz/intermitente/temporário = Percentual dos vínculos totais.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Novo CAGED

Painel de Informações do Novo CAGED (<http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>)

Unidade de Medida: Percentual.

Nível de desagregação: Municipal.

Disponibilidade: Mensal.

Periodicidade: Mensal.

Informações complementares:

Dimensão: Econômica

Foco: 6. Empregos

Componente: 6.16 Desenvolvimento profissional e pessoal

Variável INSTO: 6.16.1 Percentual de empregados qualificados/certificados;

Indicador sugerido: Percentual dos trabalhadores formais nas ACTs com curso superior.

Código Interno: DE_E_6.16.1(1)

Observação:

Cálculo: Relação entre os trabalhadores formais das ACTs com curso superior e o número total de trabalhadores formais das ACTs.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Painel de Informações da RAIS (<http://pdet.mte.gov.br/rais>)

Unidade de Medida: Percentual.

Nível de desagregação: Municipal.

Disponibilidade: Anual.

Periodicidade: Anual.

Informações complementares:

Dimensão: Econômica

Foco: 6. Empregos

Componente: 6.17 Satisfação com o trabalho (tipo de trabalho, ambiente, segurança e etc.)

Variável INSTO: 6.17.3 Faixas salariais (absoluta e comparada com outros setores);

Indicador sugerido: Comparação média salarial das ACTs x totalidade dos vínculos formais.

Código Interno: DE_E_6.17.3(1)

Observação:

Cálculo:

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Painel de Informações da RAIS (<http://pdet.mte.gov.br/rais>)

Unidade de Medida: Percentual.

Nível de desagregação: Municipal.

Disponibilidade: Anual.

Periodicidade: Anual.

Informações complementares:

Dimensão: Econômica**Foco:** 7. Benefícios Econômicos**Componente:** 7.1 Emprego**Variável INSTO:** 7.1.2 Proporção entre os empregos no Turismo e o emprego total;

Indicador sugerido: Proporção entre empregos nas ACTs (Atividades Características do Turismo) e empregos totais no município.

Código Interno: DE_BE_7.1.2(1)**Observação:****Cálculo:** N° de empregos nas ACTs / N° total de empregos x 100**Fonte:** Ministério do Trabalho e EmpregoBase de dados: Novo CAGEDAcesso fonte: Painel de Informações do Novo CAGED (<http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>)**Unidade de Medida:** Percentual**Nível de desagregação:** Municipal**Disponibilidade:** Mensal**Periodicidade:** Mensal**Informações complementares:**

Dimensão: Econômica**Foco:** 7. Benefícios Econômicos**Componente:** 7.1 Emprego**Variável INSTO:** 7.1.4 Salário médio no turismo/salário médio no município;

Indicador sugerido: Diferença percentual entre salário médio nas ACTs e salário médio total no município.

Código Interno: DE_BE_7.1.4(1)**Observação:****Cálculo:** Média salarial das ACTx / Média Salarial do município x 100**Fonte:** Ministério do Trabalho e Emprego**Base de dados:** Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**Acesso fonte:** Painel de Informações da RAIS (<http://pdet.mte.gov.br/rais>)**Unidade de Medida:** Percentual**Nível de desagregação:** Municipal**Disponibilidade:** Anual**Periodicidade:** Anual**Informações complementares:**

Dimensão: Econômica**Foco:** 7. Benefícios Econômicos**Componente:** 7.2 Investimento empresarial no turismo**Variável INSTO:** 7.2.1 Número de empresas de turismo no município, e o percentual destas cujo proprietário é morador local;**Indicador sugerido:** Número de prestadores de serviços registrados no Cadastur.**Código Interno:** DE_BE_7.2.1(1)**Observação:** Não foi possível localizar dados a respeito dos proprietários.**Cálculo:** Nº total de prestadores de serviço (pessoas físicas e jurídicas) do município registrados no Cadastur**Fonte:** Ministério do Turismo**Base de dados:** CADASTUR - Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo.**Acesso fonte:** cadastur.turismo.gov.br**Unidade de Medida:** Unidade**Nível de desagregação:** Municipal**Disponibilidade:** Trimestral**Periodicidade:** Trimestral**Informações complementares:**

Dimensão: Econômica**Foco:** 7. Benefícios Econômicos**Componente:** 7.2 Investimento empresarial no turismo**Variável INSTO:** 7.2.5 Longevidade das empresas de turismo (taxa de volume de negócios).**Indicador sugerido:** Média de meses de existência dos CNPJs presentes no Cadastur.**Código Interno:** DE_BE_7.2.5(1)**Observação:** Não foi possível localizar dados a respeito do volume de negócios.**Cálculo:** Média (em meses) desde a abertura dos CNPJs.**Fonte:** Ministério do Turismo

Base de dados: CADASTUR - Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo.

Acesso fonte: cadastur.turismo.gov.br

Unidade de Medida: Unidade**Nível de desagregação:** Municipal**Disponibilidade:** Trimestral**Periodicidade:** Trimestral**Informações complementares:**

Dimensão: Econômica**Foco:** 7. Benefícios Econômicos**Componente:** 7.4 Despesas públicas**Variável INSTO:** 7.4.1 Existência de orçamento e plano de turismo;**Indicador sugerido:** Existência de plano de turismo municipal.**Código Interno:** DE_BE_7.4.1(1)**Observação:** Dado fornecido diretamente pelos órgãos de turismo dos municípios.**Cálculo:** Existência, ou não, do plano municipal de turismo.**Fonte:** Ministério do TurismoBase de dados: Mapa do Turismo BrasileiroAcesso fonte: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/>**Unidade de Medida:****Nível de desagregação:** Municipal**Disponibilidade:** Anual**Periodicidade:** Anual

Informações complementares: O mapa pode ser atualizado a qualquer momento para inclusão ou alteração de novas regiões e municípios. Anualmente se renova a presença através da reaplicação dos questionários e atualização das informações de cada município.

Dimensão: Econômica

Foco: 8. Sazonalidade

Componente: 8.4 Empregos temporários com questões relacionadas a falta de qualificação, retenção de bons funcionários e vagas com plano de carreira.

Variável INSTO: 8.4.1 Número e percentual de postos de trabalho em atividade características do turismo que são permanentes durante o ano todo;

Indicador sugerido: Cálculo a partir do estoque empregos formais em ACTs no NOVO CAGED.

Código Interno: DE_SZ_8.4.1(1)

Observação:

Cálculo:

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Novo CAGED

Painel de Informações do Novo CAGED (<http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>)

Unidade de Medida: Unidade.

Nível de desagregação: Municipal.

Disponibilidade: Mensal.

Periodicidade: Mensal.

Informações complementares:

Dimensão: Econômica

Foco: 8. Sazonalidade

Componente: 8.4 Empregos temporários com questões relacionadas a falta de qualificação, retenção de bons funcionários e vagas com plano de carreira.

Variável INSTO: 8.4.2 Percentual de postos de trabalho em atividades característica do turismo com duração inferior a 6 meses;

Indicador sugerido: Cálculo a partir do estoque empregos formais em ACTs no NOVO CAGED.

Código Interno: DE_SZ_8.4.2(1)

Observação:

Cálculo:

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Novo CAGED

Painel de Informações do Novo CAGED (<http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>)

Unidade de Medida: Unidade.

Nível de desagregação: Municipal.

Disponibilidade: Mensal.

Periodicidade: Mensal.

Informações complementares:

Dimensão: Econômica

Foco: 9. Governança

Componente: 9.1 Órgão/Entidade responsável pelo turismo

Variável INSTO: n/a

Indicador sugerido: Se o município possui órgão/entidade responsável pelo Turismo.

Código Interno: DE_G_9.1.1(1)

Observação: Dado fornecido diretamente pelos órgãos de turismo dos municípios.

Cálculo:

Fonte: Ministério do Turismo

Base de dados: Mapa do Turismo Brasileiro

Acesso fonte: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/>

Unidade de Medida:

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual

Periodicidade: Anual

Informações complementares: O mapa pode ser atualizado a qualquer momento para inclusão ou alteração de novas regiões e municípios. Anualmente se renova a presença através da reaplicação dos questionários e atualização das informações de cada município.

Dimensão: Econômica

Foco: 9. Governança

Componente: 9.2 Conselho Municipal de Turismo

Variável INSTO: n/a

Indicador sugerido: Se o município possui conselho municipal de turismo.

Código Interno: DE_G_9.2.1(1)

Observação: Dado fornecido diretamente pelos órgãos de turismo dos municípios.

Cálculo:

Fonte: Ministério do Turismo

Base de dados: Mapa do Turismo Brasileiro

Acesso fonte: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/>

Unidade de Medida:

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual

Periodicidade: Anual

Informações complementares: O mapa pode ser atualizado a qualquer momento para inclusão ou alteração de novas regiões e municípios. Anualmente se renova a presença através da reaplicação dos questionários e atualização das informações de cada município.

Dimensão: Econômica

Foco: 9. Governança

Componente: 9.2 Conselho Municipal de Turismo

Variável INSTO: n/a

Indicador sugerido: O município possui plano municipal de turismo.

Código Interno: DE_G_9.2.2(1)

Observação: Dado fornecido diretamente pelos órgãos de turismo dos municípios.

Cálculo:

Fonte: Ministério do Turismo

Base de dados: Mapa do Turismo Brasileiro

Acesso fonte: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/>

Unidade de Medida:

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual

Periodicidade: Anual

Informações complementares: O mapa pode ser atualizado a qualquer momento para inclusão ou alteração de novas regiões e municípios. Anualmente se renova a presença através da reaplicação dos questionários e atualização das informações de cada município.

Dimensão: Econômica

Foco: 9. Governança

Componente: 9.2 Conselho Municipal de Turismo

Variável INSTO: n/a

Indicador sugerido: Se o conselho dispõe de dados e estatísticas sobre a demanda turística do município.

Código Interno: DE_G_9.2.3(1)

Observação: Dado fornecido diretamente pelos órgãos de turismo dos municípios.

Cálculo:

Fonte: Ministério do Turismo

Base de dados: Mapa do Turismo Brasileiro

Acesso fonte: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/>

Unidade de Medida:

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual

Periodicidade: Anual

Informações complementares: O mapa pode ser atualizado a qualquer momento para inclusão ou alteração de novas regiões e municípios. Anualmente se renova a presença através da reaplicação dos questionários e atualização das informações de cada município.

Dimensão: Econômica

Foco: 9. Governança

Componente: 9.3 Planejamento e governança

Variável INSTO: n/a

Indicador sugerido: Se o município possui legislação relacionada ao turismo.

Código Interno: DE_G_9.3.1(1)

Observação: Dado fornecido diretamente pelos órgãos de turismo dos municípios.

Cálculo:

Fonte: Ministério do Turismo

Base de dados: Mapa do Turismo Brasileiro

Acesso fonte: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/>

Unidade de Medida:

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual

Periodicidade: Anual

Informações complementares: O mapa pode ser atualizado a qualquer momento para inclusão ou alteração de novas regiões e municípios. Anualmente se renova a presença através da reaplicação dos questionários e atualização das informações de cada município.

Dimensão: Econômica

Foco: 9. Governança

Componente: 9.3 Planejamento e governança

Variável INSTO: n/a

Indicador sugerido: Se o município participa de governanças regionais e estaduais de turismo.

Código Interno: DE_G_9.3.2(1)

Observação: Dado fornecido diretamente pelos órgãos de turismo dos municípios.

Cálculo:

Fonte: Ministério do Turismo

Base de dados: Mapa do Turismo Brasileiro

Acesso fonte: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/>

Unidade de Medida:

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual

Periodicidade: Anual

Informações complementares: O mapa pode ser atualizado a qualquer momento para inclusão ou alteração de novas regiões e municípios. Anualmente se renova a presença através da reaplicação dos questionários e atualização das informações de cada município.

Dimensão: Econômica

Foco: 9. Governança

Componente: 9.3 Planejamento e governança

Variável INSTO: n/a

Indicador sugerido: Se o município participa ou é contemplado em programa e/ou projetos com o Ministério do Turismo.

Código Interno: DE_G_9.3.3(1)

Observação: Dado fornecido diretamente pelos órgãos de turismo dos municípios.

Cálculo:

Fonte: Ministério do Turismo

Base de dados: Mapa do Turismo Brasileiro

Acesso fonte: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/>

Unidade de Medida:

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual

Periodicidade: Anual

Informações complementares: O mapa pode ser atualizado a qualquer momento para inclusão ou alteração de novas regiões e municípios. Anualmente se renova a presença através da reaplicação dos questionários e atualização das informações de cada município.

Dimensão: Econômica

Foco: 9. Governança

Componente: 9.3 Planejamento e governança

Variável INSTO: n/a

Indicador sugerido: Se há fundo municipal de turismo.

Código Interno: DE_G_9.3.4(1)

Observação: Dado fornecido diretamente pelos órgãos de turismo dos municípios.

Cálculo:

Fonte: Ministério do Turismo

Base de dados: Mapa do Turismo Brasileiro

Acesso fonte: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/>

Unidade de Medida:

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual

Periodicidade: Anual

Informações complementares: O mapa pode ser atualizado a qualquer momento para inclusão ou alteração de novas regiões e municípios. Anualmente se renova a presença através da reaplicação dos questionários e atualização das informações de cada município.

Dimensão: Econômica

Foco: 9. Governança

Componente: 9.3 Planejamento e governança

Variável INSTO: n/a

Indicador sugerido: Se o município possui plano diretor urbano que contemple o setor de turismo.

Código Interno: DE_G_9.3.5(1)

Observação: Dado fornecido diretamente pelos órgãos de turismo dos municípios.

Cálculo:

Fonte: Ministério do Turismo

Base de dados: Mapa do Turismo Brasileiro

Acesso fonte: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/>

Unidade de Medida:

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual

Periodicidade: Anual

Informações complementares: O mapa pode ser atualizado a qualquer momento para inclusão ou alteração de novas regiões e municípios. Anualmente se renova a presença através da reaplicação dos questionários e atualização das informações de cada município.

Dimensão: Econômica

Foco: 9. Governança

Componente: 9.3 Planejamento e governança

Variável INSTO: n/a

Indicador sugerido: Se o município possui plano municipal de turismo e/ou plano de desenvolvimento territorial do turismo.

Código Interno: DE_G_9.3.6(1)

Observação: Dado fornecido diretamente pelos órgãos de turismo dos municípios.

Cálculo:

Fonte: Ministério do Turismo

Base de dados: Mapa do Turismo Brasileiro

Acesso fonte: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/>

Unidade de Medida:

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual

Periodicidade: Anual

Informações complementares: O mapa pode ser atualizado a qualquer momento para inclusão ou alteração de novas regiões e municípios. Anualmente se renova a presença através da reaplicação dos questionários e atualização das informações de cada município.

Dimensão: Econômica

Foco: 9. Governança

Componente: 9.3 Planejamento e governança

Variável INSTO: n/a

Indicador sugerido: Se o município possui Plano de Marketing do Turismo ou outros similares.

Código Interno: DE_G_9.3.7(1)

Observação: Dado fornecido diretamente pelos órgãos de turismo dos municípios.

Cálculo:

Fonte: Ministério do Turismo

Base de dados: Mapa do Turismo Brasileiro

Acesso fonte: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/>

Unidade de Medida:

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual

Periodicidade: Anual

Informações complementares: O mapa pode ser atualizado a qualquer momento para inclusão ou alteração de novas regiões e municípios. Anualmente se renova a presença através da reaplicação dos questionários e atualização das informações de cada município.

Dimensão: Econômica

Foco: 9. Governança

Componente: 9.3 Planejamento e governança

Variável INSTO: n/a

Indicador sugerido: Se o município possui programas, projetos e ações acerca da atividade turística.

Código Interno: DE_G_9.3.8(1)

Observação: Dado fornecido diretamente pelos órgãos de turismo dos municípios.

Cálculo:

Fonte: Ministério do Turismo

Base de dados: Mapa do Turismo Brasileiro

Acesso fonte: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/>

Unidade de Medida:

Nível de desagregação: Municipal

Disponibilidade: Anual

Periodicidade: Anual

Informações complementares: O mapa pode ser atualizado a qualquer momento para inclusão ou alteração de novas regiões e municípios. Anualmente se renova a presença através da reaplicação dos questionários e atualização das informações de cada município.

APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO

1. Gestão de Recursos Hídricos

Formulário de avaliação dos indicadores proposto pela pesquisa para o foco Gestão de Recursos Hídricos

Selecione o indicador a ser avaliado: *

- ☐ Consumo médio per capita de água no município - DA_GRH_1.1.1(1)
- ☐ Índice de esgoto tratado referente à água consumida - DA_GRH_1.2.1(1)
- ☐ Duração média das paralisações - DA_GRH_1.3.1(1)
- ☐ Índice de perdas na distribuição - DA_GRH_1.3.2(1)
- ☐ Volume de água bruta importada - DA_GRH_1.3.3(1)
- ☐ Índice de consumo de água - DA_GRH_1.4.1(1)
- ☐ Tarifa média de água - DA_GRH_1.5.1(1)
- ☐ Índice de atendimento total de água - DA_GRH_1.6.2(1)
- ☐ Incidência das análises de coliformes totais fora do padrão - DA_GRH_1.6.3(1)

[Continuar »](#)

1. Adequação ao proposto pela OMT

O Objetivo desta seção é avaliar se o indicador sugerido pela pesquisa é adequado e condizente com o proposto pela normativa internacional.

Considerando o proposto pela OMT, o Indicador sugerido pela pesquisa é equivalente para o foco de monitoramento?

1 2 3 4 5 6 7

Nada adequado ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ Totalmente adequado

2. Relevância do indicador proposto

O objetivo desta seção é avaliar a relevância do indicador proposto para a gestão da sustentabilidade do turismo nos municípios brasileiros:

O monitoramento do indicador proposto é relevante para a gestão da sustentabilidade do turismo nos municípios brasileiros?

*

1 2 3 4 5 6 7

Nada relevante ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ Totalmente relevante

3. Disponibilidade do indicador proposto

Entende-se *disponibilidade* como a frequência com que o dado é publicado.

A disponibilidade do indicador proposto pode ser considerada: *

1 2 3 4 5 6 7

Nada adequada ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ Totalmente adequada

4. Periodicidade do indicador proposto

Entende-se *periodicidade* como a frequência com que o dado é coletado.

A periodicidade do indicador pode ser considerada: *

1 2 3 4 5 6 7

Nada adequada ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ Totalmente adequada

5. Fonte

Avaliação da confiabilidade e metodologia utilizada pela fonte do indicador proposto.

A fonte do indicador proposto dispõe de boa reputação e confiabilidade: *

	1	2	3	4	5	6	7	
Nada confiável	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	Totalmente confiável

Considerando a metodologia de coleta utilizada pela fonte, pode-se considerar adequada e passível de validação científica? *

	1	2	3	4	5	6	7	
Nada adequada	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	Totalmente adequada

6. Comentários

Seção destinada para comentários, sugestões e apontamento referente ao indicador analisado.

Comentários:

Sua resposta

APÊNDICE C – INDICADORES: ORIGINAL E TRADUÇÃO

Descrição dos componentes e indicadores do Foco de Monitoramento em inglês, conforme publicação original.		
Water Management	Overall water use relative to supply	Water use: (total volume consumed and litres per tourist per day)
	Conservation initiatives and results	Water saving (% reduced, recaptured or recycled)
		% waste water or grey water recycled;
		Number of establishments participating in water conservation programmes, applying water conservation policies and techniques, recycling treated wastewater (e.g. for irrigation purposes, hotels using water saving shower heads, flush systems, advising guests on water saving, water issues, reusing of towels)
	Seasonal shortages Water Shortages	# shortage incidents per year or number of days per year where there are supply shortages;
		% loss from reticulated system;
		% water supply imported to region.
	Allocation of water among users - such as agriculture, local residents, tourist accommodation, and often especifc large users such as water parks or golf courses	Total use as percentage of installed capacity;
		Total use by each sector (Tourism as a % of all users);
		(note consumption by keys users - derived from consumption data.
	Cost and pricing of water	Water price per litre or cubic metre.
	Purity of the drinking water supply	Percentage of tourism establishments with water treated to international potable standard;
		% of local population with access to treated water (UN Sustainable development indicators);
		Number of incidents of violation of water standards.
	Impact of contamination on tourist health	Frequency of water-borne diseases: percentage of visitors reporting water-borne illnesses during their stay.
	Impact of water related contamination on image of destination	Perception of cleanliness of food and water (exit questionnaire).

Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores
1. Gestão de Recursos Hídricos	1.1 Utilização total de água em relação ao abastecimento	1.1.1 Utilização de água: (volume total consumido e litros por turista por dia).
	1.2 Iniciativas de conservação e resultados	1.2.1 Economia de água (percentual de redução de consumo, de reutilização ou reciclagem);
		1.2.2 Percentual de água residual ou água cinzenta reciclada;
		1.2.3 Número de estabelecimentos que participam de programas de conservação de água, aplicação de políticas e técnicas de conservação de água (por exemplo, hotéis que utilizam chuveiros econômicos, existência de aconselhamento do hóspede sobre economia de água e etc.).
	1.3 Escassez sazonal/Escassez de água	1.3.1 Número de incidentes de escassez por ano ou número de dias por ano com escassez de oferta;
		1.3.2 Percentual de perda no sistema reticulado;
		1.3.3 Percentual do abastecimento de água importada para região.
	1.4 Distribuição da água pelos usuários (agricultura, residentes locais, empreendimentos turísticos e etc)	1.4.1 Utilização total como percentagem da capacidade instalada;
		1.4.2 Uso total por cada setor;
	1.5 Custo e preço da água	1.5.1 Preço da água por litro ou metro cúbico.
	1.6 Pureza do abastecimento de água potável	1.6.1 Percentual de estabelecimentos turísticos com água tratada de acordo com o padrão internacional de água potável;
		1.6.2 Percentual da população com acesso à água tratada (indicadores de desenvolvimento sustentável da ONU);
		1.6.3 Número de incidentes de violação dos padrões de qualidade da água.
	1.7 Impacto de contaminação na saúde dos turistas	1.7.1 Frequência das doenças de origem hídrica: percentagem de visitantes que relatam doenças de origem hídrica durante a sua estadia.
	1.8 Impacto da contaminação relacionada com a água na imagem do destino	1.8.1 Percepção de limpeza dos alimentos e da água (questionário de saída).

Descrição dos componentes e indicadores do Foco de Monitoramento em inglês, conforme publicação original.		
	Components of the Issue	Indicators
Sewage Treatment	Sewage receiving treatment	Percentage of sewage from the destination/site receiving treatment (also break out sewage from tourism sector if possible) ;
		% of treated sewage recycled (e.g. for irrigation).
	Extent of sewage treatment systems	Percentage of tourism establishments (or accommodation) on (suitable) systems treatment systems
		Percentage of the destination served by storm water systems (separating sewage from runoff and surface drainage).
	Effect of sewage treatment	Number of reported pollution or contamination events per annum (by month) in watercourses receiving effluents;

Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores
2. Gestão de Efluentes	2.1 Tratamento de esgoto	2.1.1 Percentual de esgoto do destino/município que recebe tratamento;
		2.1.2 Percentual de esgoto tratado reciclado (Ex.: Irrigação);
	2.2 Extensão dos sistemas de tratamento de esgoto	2.2.1 Percentual de estabelecimentos turísticos em sistemas de tratamento adequados;
		2.2.2 Percentagem do destino servido pelos sistemas de águas pluviais (separando esgotos de escoamento e drenagem superficial);
	2.3 Efeito do tratamento de esgoto.	2.3.1 Número de casos de poluição ou contaminação comunicados por ano (por mês) em cursos de água que recebem efluentes.

Descrição dos componentes e indicadores do Foco de Monitoramento em inglês, conforme publicação original.		
Solid Waste Management	Managing total waste collected in a destination	Total amount of waste collected;
		Waste volume produced by the destination (tonnes) pa / Person years pa (by month)
		Waste disposed by different methods (specify, e.g. incinerated, deposited in landfill, etc.);
		Waste attributable (by month or season) to tourism.
	Reducing waste produced	Volume of waste recycled (m3) / Total volume of waste (m3) (specify by different types)
		Number of tourism establishments collecting waste separately, capacity of collecting separated waste from local residents;
		Number of tourism establishments recycling their own waste (e.g. composting).
	Providing waste collection services	% of destination area (especially in urban sites) covered by solid waste collection services;
		Percentage of tourism establishments covered by waste collection programs.
	Hazardous substances (reduction, handling)	Number and volume of hazardous substances in use (for key substances, volume of use over time)
		% of these substances for which appropriate management and disposal policies and programs are in place;
		% of employees informed and trained in the use and disposal of the substances they use (e.g., cleaners knowledgeable of how to deal with waste cleaning fluids, engineers trained in emergency spill handling).
	Maintaining clean image for the destination	Quantity of waste collected from public areas and streets;
		Quantity of waste strewn in public areas (garbage counts);
		Image of cleanliness of destination (questionnaire based).

Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores
3. Gestão de Resíduos Sólidos	3.1 Gestão do total de resíduos recolhidos em um destino/município	3.1.1 Quantidade total de resíduos recolhidos;
		3.1.2 Volume de resíduos produzidos pelo destino/município (toneladas) por pessoa (anual e mensal);
		3.1.3 Resíduos eliminados por método (especificar, por exemplo, incineração, depósito em aterro e etc.)
		3.1.4 Resíduos atribuíveis ao Turismo (Por mês ou temporada);
		3.2.1 Volume de resíduos reciclados (m³) / Volume total de resíduos (m³);

	3.2 Redução dos resíduos produzidos	3.2.2 Número de estabelecimentos turísticos com coleta seletiva, capacidade de coleta seletiva dos moradores locais;
		3.2.3 Número de estabelecimentos turísticos que reciclam o próprio resíduo (compostagem, por exemplo).
	3.3 Prestação de serviços de coleta de resíduos	3.3.1 Percentual da área do destino/município coberta por serviços de coleta de resíduos sólidos (ênfase em áreas urbanas);
		3.3.2 Percentual de estabelecimentos turísticos abrangidos por programas de coleta de resíduos sólidos.
	3.4 Substâncias perigosas (redução e manuseio)	3.4.1 Número e volume de substâncias perigosas em utilização no destino/município;
		3.4.2 Percentual destas substâncias para quais existem políticas e programas de gestão e eliminação adequadas;
		3.4.3 Percentual de colaboradores (no município) informados e treinados na utilização e eliminação das substâncias perigosas que utilizam (exemplo: engenheiros formados no manuseamento de vazamento acidentais).
	3.5 Manutenção da percepção do Destino como limpo	3.5.1 Quantidade de resíduos recolhidos de áreas e via públicas;
		3.5.2 Quantidade de resíduos espalhados em áreas públicas;
		3.5.3 Percepção de limpeza do destino/município (com base em questionários).

Descrição dos componentes e indicadores do Foco de Monitoramento em inglês, conforme publicação original.		
Energy Management	Measuring energy use and conservation	Per capita consumption of energy from all sources (overall, and by tourist sector – per person day)
	Energy management programs	Percentage of businesses participating in energy conservation programs, or applying energy saving policy and techniques
	Use of renewable energy sources	% of energy consumption from renewable resources (at destinations, establishments)
		Number, of % of establishments (e.g. hotels) using renewable sources, generating own energy.

Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores
4. Gestão de Energia	4.1 Medição de utilização e conservação de energia	4.1.1 Consumo de energia per capita. (por pessoa, por dia).
	4.2 Programas de gestão de energia	4.2.1 Percentual de empresas que participam em programas de conservação de energia, ou que aplicam políticas e técnicas de economia de energia.
	4.3 utilização de fontes de energia renováveis	4.3.1 Percentual de consumo de energia proveniente de recursos renováveis;
		4.3.2 Percentual de estabelecimentos (ex.: Hóteis) que utilizam fontes renováveis, gerando a própria energia.

Descrição dos componentes e indicadores do Foco de Monitoramento em inglês, conforme publicação original.		
Climate Change and Tourism	Climate Change and Tourism extreme climatic events	Frequency of extreme climatic events;
		Value of damage to tourism sector.
	Level of exposure to risk	Percentage of tourist infrastructure (hotels, other) located in vulnerable zones.
	Degree of planning for climate changes impacts	Degree to which key tourist zones are covered by contingency or emergency planning (existence of plan, % area included).
	Impact on seashores	Value of tourism infrastructure in coastal zone below estimated maximum storm surge levels or equivalent;
		Value of damage annually due to storm events or flooding;
		% of tourist area and infrastructure with sea defences (could be classed by level of protection).
	Impact on mountains	% ski areas or ski-able terrain with snowmaking equipment;
		% of developed ski area which would lack access to ski-able conditions with warming. (use IPCC warming scenarios for the destination).
	Impact on wildlife and biodiversity	% of tourism dependent on viewing species (% of key species considered vulnerable to changes in climate).
	Greenhouse gas emissions by the destination and by the tourism component	Total CO2 produced due to the community's energy consumption;
		Consumption of fossil fuels by the tourism sector;
	Transportation fuel use	Total consumption per capita of fossil fuels for transportation;
		Total consumption of fossil fuels in the destination for tourist transportation
	Energy consumption related to a temperature control	Number and % rooms with air conditioning and/or heating.
	Coverage of natural areas	% of natural area coverage in the territory of the destination (change over time).

Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores
5. Ação Climática	5.1 Alterações climáticas e eventos climáticos extremos	5.1.1 Frequência de eventos climáticos extremos;
		5.1.2 Valor do prejuízo no setor turístico.
	5.2 Nível de exposição ao risco	5.2.1 Percentual de empreendimentos turísticos localizados em zonas vulneráveis.

	5.3 Grau de planejamento para impactos de alterações climáticas	5.3.1 Grau em que as zonas turísticas estão cobertas por planos de contingência ou emergência (existência de plano, percentual de área incluída).
	5.4 Impacto na costa	5.4.1 Valor da infraestrutura turística localizada abaixo do nível máximo estabelecido para tempestades;
		5.4.2 Valor anual de danos causados por tempestades ou inundações;
		5.4.3 Percentual da área turística com defesa marítima.
	5.5 Impacto nas montanhas	5.5.1 Percentual de áreas de esqui com equipamento para fazer neve;
		5.5.2 Percentual de área de esqui já estabelecida que não possuiria condições da prática em caso de aquecimento.
	5.6 Impacto na vida selvagem e na biodiversidade	5.6.1 Percentual de turismo que depende da observação de espécies (percentual de espécies consideradas vulneráveis a alterações climáticas).
	5.7 Emissões de gases com efeito estufa pelo destino/município	5.7.1 Total de CO2 produzido devido ao consumo de energia na comunidade;
		5.7.2 Consumo de combustíveis fósseis pelo setor de Turismo.
	5.8 Utilização de combustível para transporte	5.8.1 Consumo total per capita de combustíveis fósseis para transporte;
		5.8.2 Consumo total de combustíveis fósseis no destino para o transporte turístico.
	5.9 Consumo de energia relacionado com o controle de temperatura	5.9.1 Número e percentual de quartos com ar condicionado ou outra forma de aquecimento.
	5.10 Cobertura de áreas naturais	5.10.1 Percentual de área natural coberta no território do destino (alteração ao longo do tempo).

Descrição dos componentes e indicadores do Foco de Monitoramento em inglês, conforme publicação original.		
Employment	Family wellbeing	
	Stress	% tourism employees (male/female) suffering increased fatigue and stress as a result of work.
	Childcare	% of tourism operators who provide day care and other benefits for employees with children.
	Health and safety	% of tourism operators who have regulations/made commitments regarding equal gender opportunities;
		% of operators who promote staff awareness of occupational health, safety and issues affecting female employees.
	Transport	% of tourism operators who provide transport for women returning from night shifts.
	Discrimination against women/men	% employees who believe their gender has affected their job advancement, pay or benefits.
	Equal opportunities in formal employment	
	Opportunities for Women	Women/men as a % of all tourism employment;
		Women/men as a % of all formal tourism employment;
		Women/men as a % of all tourism informal occupations;
		% women/men in part-time employment.
	Seniority	% of women/men in different tourism income earning categories;
		% of women/men in unskilled, semi-skilled and professional positions in the industry.
	Entrepreneurs	% of owner-operator tourism businesses run by women/men;
		% of tourism businesses registered under women/men.
	Training	% women/men tourism employees with formal training;
		% women/men employees sent on training programmes.
	Traditional gender roles	
	Community tourism	% women/men involved directly (providing services) in village-based tourism projects;
		% women/men involved indirectly (supplying goods) in village-based tourism projects.
	Ownership	% women/men owning/controlling village tourism businesses.
	Rewards	Average income for women/men working in village-based tourism business;
		% women/men involved in village-base tourism satisfied with their work and rewards
	Access to land and credit	

	Land ownership	% women/men with rights to land in tourism development areas;
		% women/men holding rights to tourism leases.
	Loans	% bank loans issues to women/men for tourism ventures;
		% women/men defaulting on bank loans;
		% donor grants issued to women/men for tourism ventures.
	Number and quality of employment in the tourism sector (turnover, seasonality, pay levels)	Total number employed in the tourism sector, by industry (e.g. traveller accommodation, restaurants, air transportation etc.) occupation and level;
		Retention levels of employees;
		Percentage of jobs that are full time, full year;
		Local unemployment rate in off-season;
		Income analysis.
	Professional and personal development	Number (%) of employees qualified/certified;
		Training funds spent per employee, frequency of training programmes and level of participation;
		Possibility of on-the-job training.
	Contentment from work including, type of work, environment, safety, development, etc.	Employee satisfaction;
		Promotion;
		Income levels (absolute and compared to other sectors);
		Ability to influence change/improvements in business processes;
		Number of workplace accidents (and cost of compensation);
	Lack of skilled labour	Measures of errors, or resulting waste (with value calculated where possible);
		Tourist dissatisfaction (See ➤ Tourist Satisfaction p. 86);

Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores
6. Empregos	6.1 Stress	6.1.1 Percentual de trabalhadores do turismo (dividido por gênero) que sofrem de cansaço e stress excessivo como resultado do trabalho.

	6.2 Acolhimento infantil	6.2.1 Percentual de empreendimentos turísticos que oferecem serviço de creche ou similares aos empregados com filhos.
	6.3 Saúde e segurança	6.3.1 Percentual de empreendimentos turísticos que tem regulamentos/comprometimento em matéria de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres;
		6.3.2 Percentual de empreendimentos turísticos que promovem a sensibilização do pessoal para saúde ocupacional, segurança e questões que afetam as trabalhadoras mulheres.
	6.4 Transporte	6.4.1 Percentual de empreendimentos turísticos que oferecem transporte para mulheres que regressam a noite.
	6.5 Discriminação contra mulheres/homens	6.5.1 Percentual de empregados que acreditam que seu gênero afetou em promoções, salário ou benefícios.
	6.6 Oportunidades para mulheres	6.6.1 Percentual de homens e mulheres entre todos os empregos no turismo.
		6.6.2 Percentual de homens e mulheres entre todos os empregos formais no turismo;
		6.6.3 Percentual de homens e mulheres entre todos os empregos informais no turismo;
		6.6.4 Percentual de homens e mulheres em emprego de meio período.
	6.7 Longevidade de carreira	6.7.1 Percentual de mulheres em diferentes faixas salariais no turismo;
		6.7.2 Percentual de homens e mulheres em posições não qualificadas, semiquelificadas e altamente qualificadas no turismo;
	6.8 Empreendedorismo	6.8.1 Percentual de mulheres proprietárias ou responsável pelo comando de empreendimentos turísticos;
		6.8.2 Percentual de empreendimentos ligados ao turismo registrado em nome de mulheres.
	6.9 Treinamento	6.9.1 Percentual de mulheres trabalhadoras do turismo com treinamento/educação formal;
		6.9.2 Percentual de mulheres matriculadas em programas formais de treinamento/educação.
	6.10 Turismo Comunitário	6.10.1 Percentual de mulheres/homens envolvidas diretamente (prestação de serviços) em projeto de turismo de base comunitária;
		6.10.2 Percentual de mulheres/homens envolvidos diretamente (fornecimento de bens) em projetos de turismo de base comunitária.
	6.11 Propriedade	6.11.1 Percentual de homens/mulheres proprietários de empresas ligadas a turismo de base comunitária.
		6.12.1 Rendimento médio das mulheres/homens que trabalham em negócios de turismo de base comunitária;

	6.12 Compensação financeira	6.12.2 Percentual de mulheres/homens envolvidos com turismo de base comunitária satisfeitos com seu trabalho e compensação financeira;
	6.13 Propriedade de terras	6.13.1 Percentual de homens/mulheres com propriedade de terras em áreas de interesse turístico;
		6.13.2 Percentual de homens/mulheres titulares de direitos a arrendamentos turísticos.
	6.14 Empréstimos	6.14.1 Percentual de empréstimos bancários para mulheres/homens destinado a empreendimentos turísticos;
		6.14.2 Percentual de homens/mulheres em situação de inadimplência de empréstimos bancários;
		6.14.3 Percentual de doações concedidas à mulheres/homens para empreendimentos turísticos.
	6.15 Número e qualidade dos empregos no Turismo (volume de negócios, sazonalidade, níveis salariais)	6.15.1 Número total de empregados no setor de Turismo (por categoria: Hospedagem, transporte, alimentação);
		6.15.2 Nível de retenção dos empregados;
		6.15.3 Percentual de empregos que são turno integral, o ano inteiro;
		6.15.4 Taxa de desemprego no destino durante a baixa temporada;
		6.15.5 Análise dos salários.
	6.16 Desenvolvimento profissional e pessoal	6.16.1 Percentual de empregados qualificados/certificados;
		6.16.2 Fundos de formação dedicados a empregados, frequência dos programas de formação e nível de participação;
		6.16.3 Possibilidade de formação no local de trabalho.
	6.17 Satisfação com o trabalho (tipo de trabalho, ambiente, segurança e etc.)	6.17.1 Satisfação dos empregados;
		6.17.2 Promoções;
		6.17.3 Faixas salariais (absoluta e comparada com outros setores);
		6.17.4 Capacidade do empregado influenciar a mudança e/ou melhorias nos processos empresariais;
		6.17.5 Número de acidentes de trabalho (e custo das indenizações).
	6.18 Falta de mão-de-obra qualificada	6.18.1 Medição de erros ou desperdício gerado (com valor calculado sempre que possível);
		6.18.2 Insatisfação do turista.

Descrição dos componentes e indicadores do Foco de Monitoramento em inglês, conforme publicação original.		
Economic Benefits	Employment	Number of local people (and ratio of men to women) employed in tourism;
		Ratio of tourism employment to total employment;
		% of tourism jobs held by local residents;
		Average tourism wage/average wage in community;
		Ratio of part time to full time employment in tourism;
		Average tourism employee income (and ratio to community average).
	Business investment in tourism	Number of tourism businesses in the community, and % owned locally;
		Number and type of business permits and licences issued;
		Ratio of the number of local to external businesses involved in tourism;
		Asset value of tourism businesses and % owned locally;
		Longevity of tourism businesses (rate of turnover)
	Tourism revenue	Tourist numbers;
		Tourist spending/spending per tourist;
		Occupancy rates in accommodation establishments;
		Revenues generated by tourism as % of total revenues generated in the community
		Local GDP and % due to tourism (see Box 3.19 on Tourism Satellite Accounts);
		Total fees collected by community for access/use of community attractions;
		Revenue from business permits, licenses or concessions and taxation
	Community expenditures	Existence of tourism budget/plan;
		Annual expenditures on tourism (% of total tourism revenue);
		Amount and % of infrastructure expenditures for tourism;
		Amount and % of total annual operating expenditures for tourism ;
		Cost of tourism advertising and promotion per number of tourists;
		Amount and % contribution of tourism revenues to the cost of water, sewage, roads, food production, energy, waste management, air quality, human resources development, etc.
	Net economic benefits	Net tourism revenues accruing to the community;
		Economic Multipliers: Amount of additional revenue in other businesses for every dollar of tourism revenue (based on satellite accounts where available).

	Changes in cost of living	% increase/decrease in land and housing prices over time;
		% increase/decrease in average family weekly income;
		% increase/decrease in expenditures (groceries, transportation, leisure etc.).

Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores
7. Benefícios Econômicos	7.1 Emprego	7.1.1 Número de moradores locais (e proporção homens/mulheres) empregados no Turismo;
		7.1.2 Proporção entre os empregos no Turismo e o emprego total;
		7.1.3 Percentual de empregos no Turismo ocupados por moradores locais;
		7.1.4 Salário médio no turismo/salário médio no município;
		7.1.5 Proporção de empregos de tempo parcial para empregos de turno integral no turismo;
		7.1.6 Média salarial no Turismo (e proporção a média salarial municipal).
	7.2 Investimento empresarial no turismo	7.2.1 Número de empresas de turismo no município, e o percentual destas cujo proprietário é morador local;
		7.2.2 Número e tipo de autorizações e licenças comerciais emitidas;
		7.2.3 Proporção entre o número de empresas locais e "externas" envolvidas no turismo;
		7.2.4 Valor patrimonial das empresas envolvidas no turismo;
		7.2.5 Longevidade das empresas de turismo (taxa de volume de negócios).
	7.3 Receitas do Turismo	7.3.1 Número de turistas;
		7.3.2 Média de gastos por turista;
		7.3.3 Taxa de ocupação de empreendimentos de hospedagem;
		7.3.4 Receitas geradas pelo turismo como percentual das receitas totais geradas no município;
		7.3.5 PIB local e percentual referente ao turismo;
		7.3.6 Valor total cobrado pelo município em ingressos para atrações públicas;
		7.3.7 Receitas provenientes de licenças, concessões e impostos e empreendimentos turísticos.
	7.4 Despesas públicas	7.4.1 Existência de orçamento e plano de turismo;
		7.4.2 Despesas anuais em turismo (percentual das receitas totais do município com turismo);
		7.4.3 Total de despesas públicas em infraestrutura para o turismo;
		7.4.4 Montante e % das despesas operacionais anuais totais para o turismo;

		7.4.5 Valor investido em publicidade e promoção do destino/número de turistas;
		7.4.6 Montante total e percentual de contribuição das receitas do turismo para o custo da água, esgoto, estradas, produção de alimentos e etc.
	7.5 benefícios econômicos líquidos	7.5.1 Receita líquida do turismo gerada para o município;
		7.5.2 Multiplicadores econômicos: Montante de receitas adicionais em outros negócios para cada dólar de receita turística (baseado em contas satélite, quando disponível).
	7.6 Alterações no custo de vida	7.6.1 Percentual de aumento/diminuição do preço da terra e imóveis ao longo do tempo;
		7.6.2 Percentual de aumento/diminuição do rendimento semanal médio das famílias;
		7.6.3 Percentual de aumento/diminuição do consumo (mercado, transporte, lazer, etc.).

Descrição dos componentes e indicadores do Foco de Monitoramento em inglês, conforme publicação original.		
8. TOURISM SEASONALITY	Measuring degree of seasonality (And the results of management actions to respond this issue)	Tourist arrivals by month or quarter (distribution throughout the year) > Baseline Indicator;
		% of annual tourist arrivals occurring in peak month, in peak quarter;
		Ratio of number of tourists in peak month to lowest month;
		Occupancy rates for licensed (official) accommodation by month (distribution throughout the year) > Baseline Indicator;
		% of all occupancy in peak quarter (or month); > Baseline Indicator;
		Inquiries at tourism information centres by month (ratio peak month to lowest month).
	Strengthening shoulder season and low season tourism (measuring the level of effort designed to reduce seasonality).	% tourism authority budget spent promoting off-peak and shoulder seasons;
		Number of facilities offering alternative activities during shoulder and low season (capacity and use levels per activity type);
		% of main attractions open in shoulder/off seasons;
		Special events (e.g. festivals, conferences) held during shoulder and low season (number of events, participants).
	Provision of sufficient infrastructure year-round (especially services for tourists in high seasons and for local communities in low seasons).	% of business establishments open all year;
		% accommodation and services open all year (can be further subdivided into e.g., hotels, attractions, restaurants etc.);
		% of water, electricity, sewage and garbage system capacity used for tourism and for locals. Seasonality of use;
		Funding allocated for the operation and maintenance of infrastructure, especially in high seasons.
	Short term and seasonal employment, with related issues of lack of training, retention of good employees, provision of career paths.	Number and % of tourist industry jobs which are permanent or full-year;
		% tourist industry jobs which are for less than 6 months;
		Local unemployment rate in off-season

Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores
8. Sazonalidade do Turismo	8.1 Medição do grau de sazonalidade (e os resultados das ações de gestão para solucionar esta questão)	8.1.1 Chegada de turistas por mês ou trimestre (distribuição ao longo do ano);
		8.1.2 Percentual de chegadas de turistas que ocorrem no mês de pico, e no trimestre de pico;
		8.1.3 Proporção do número de turistas no mês de pico para o mês mais baixo;
		8.1.4 Taxa de ocupação em meio de hospedagem (oficiais) por mês (distribuição ao longo do ano);

		8.1.5 Percentual de toda ocupação no trimestre (ou mês) de pico;
		8.1.6 Atendimentos e centros de informação turística por mês (proporção do mês de pico para o mês mais baixo).
	8.2 Fortalecimento da "meia" e baixa estação (medição do nível de esforço empregado para redução da sazonalidade)	8.2.1 Percentual do orçamento da autoridade turística em promoção da média e baixa temporada;
		8.2.2 Número de instalações/atrativos que oferecem atividades alternativas durante o período de média e baixa temporada;
		8.2.3 Percentual dos principais atrativos abertos durante média e baixa temporada;
		8.2.4 Eventos realizados durante a baixa e média temporada (número de eventos e participantes).
	8.3 Fornecimento de infraestrutura suficiente o ano todo (especialmente serviços para turistas durante a alta temporada e para a comunidade local na baixa temporada)	8.3.1 Percentual de estabelecimentos comerciais abertos o ano todo;
		8.3.2 Percentual de meios de hospedagem e serviços abertos o ano todo (podendo ser dividido em hotéis, atrativos, restaurantes e etc.);
		8.3.3 Percentual da capacidade do sistema de água, eletricidade, esgotos e coleta de lixo utilizado pra turismo e para os habitantes locais. Sazonalidade de utilização.
		8.3.4 Financiamento alocado para operação e manutenção da infraestrutura, especialmente durante a alta temporada;
	8.4 Empregos temporários com questões relacionadas a falta de qualificação, retenção de bons funcionários e vagas com plano de carreira.	8.4.1 Número e percentual de postos de trabalho em atividade características do turismo que são permanentes durante o ano todo;
		8.4.2 Percentual de postos de trabalho em atividades característica do turismo com duração inferior a 6 meses;
		8.4.3 Taxa de desemprego local em época de baixa temporada.

Descrição dos componentes e indicadores do Foco de Monitoramento em inglês, conforme publicação original.		
10. Accessi- bility	10.1 Access throughout the destination.	10.1.1 Existence of disabled friendly policy;
		10.1.2 Existence of disabled access program including e.g., airports, piers, bus stations, sidewalks, public washroom facilities (% meeting standards);
		10.1.3 Existence of public transport suitable for mobility of persons with disabilities (#//% transport vehicles);
		10.1.4 Number of tour companies in destination offering tours/guides trained for persons with disabilities.
	10.2 Access to public buildings, hotels and tourist services.	10.2.1 Number/% of hotels with rooms accessible to persons with disabilities (easy access, bathrooms that accommodate wheelchairs, safety bars etc.);
		10.2.2 Number(%)of access doors to buildings which have automated openers or attendants on the door;
		10.2.3 % restaurants, hotels and public buildings with wheelchair accessible restrooms (level entry, larger stalls, lower sinks, safety bars etc.)
	10.3 Access to tourist attractions, including natural and cultural sites, viewpoints, (including some which have traditionally been accessible only to the fit)	10.3.1 % of attractions with wheelchair access;
		10.3.2 % of attractions offering alternative access for those with mobility concerns (e.g. drop off points, elevators, ramps or walkways accessible to mobility assist devices).
	10.4 Access to tourist experiences, including adventure travel Access to suitable tours, which match the capabilities of the traveller.	10.4.1 Number of tours to destination with specific program to accommodate persons with disabilities;
		10.4.2 Number of persons with disabilities visiting destination and key sites;
		10.4.3 % of key sites considered accessible or inaccessible for those with differing levels of mobility or fitness.
	10.5 Assistance when needed (including specialized assistance for those with disabilities such as blindness, deafness, mobility restrictions, or with need for nursing and other care).	10.5.1 Distance to nearest hospital (Km) or medical facility (Estimated time to nearest medical assistance – whether ambulance, paramedic, hospital, heli-evacuation);
		10.5.2 (for longer tours/cruises) Presence of medical personnel;
		10.5.3 (for tours catering to persons with disabilities) percentage of staff with medical or paramedical training suitable to the range of needs of clients
	10.6 Satisfaction by those with disabilities with the destination or attraction.	10.6.1 See exit questionnaire (the same questionnaire can be provided explicitly to groups of travellers with disabilities to identify their concerns).

Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores
10. Acessibilidade	10.1 Acesso em todo o destino	10.1.1 Existência de uma política de acessibilidade;
		10.1.2 Existência de programas de acessibilidade para pessoas com deficiência, incluindo, por exemplo, aeroportos, calçadas, equipamento urbano público (percentual adaptado de acordo com as normas);
		10.1.3 Existência de transporte público adaptado para pessoas de mobilidade reduzida (número total de veículos e percentual adaptado);
		10.1.4 Número de empresas de turismo no destino que contam com guias treinados para melhor atender pessoas com necessidades especiais.
	10.2 Acessibilidade em edifícios públicos, hotéis e serviços turísticos	10.2.1 Número total e percentual de UH adaptados para pessoas de mobilidade reduzida;
		10.2.2 Número (percentual) de portas de acesso com sensores de abertura ou atendentes na porta;
		10.2.3 Percentual de restaurantes, hotéis e prédios públicos com banheiros acessíveis à cadeira de rodas;
	10.3 Acessibilidade em atrativos turísticos incluindo atrativos naturais, culturais e miradouros;	10.3.1 Percentual de atrativos com acessibilidade para cadeira de rodas;
		10.3.2 Percentual de atrativos que oferecem acesso alternativo para pessoas com mobilidade reduzida (locais de embarque e desembarque, elevadores, rampas e demais dispositivos de auxílio à mobilidade).
	10.4 Acessibilidade em experiências turísticas, incluindo viagens de aventura	10.4.1 Número de "tours" pelo destino com programação específica para acomodar pessoas com deficiência.
		10.4.2 Número de pessoas com deficiência que visitam o destino e os principais atrativos;
		10.4.3 Percentual dos principais atrativos considerados acessíveis para pessoas com diferentes níveis de mobilidade e aptidão física.
	10.5 Assistência quando necessária (incluindo assistência especializada para pessoas com deficiências, tais como cegueira, surdez, restrições de mobilidade, ou com necessidade de cuidados de enfermagem e outros cuidados)	10.5.1 Distância (kms) até o hospital mais próximo (tempo estimado até à assistência médica mais próxima);
		10.5.2 Presença de profissionais da saúde em excursões e cruzeiros;
		10.5.3 Percentual de profissionais da saúde com treinamento adequado as necessidades dos clientes com necessidades especiais.

	10.6 Satisfação de pessoas com necessidades especiais com o destino ou atrativo.	10.6.1 Aplicação de questionário de saída com especificações exclusivas à pessoas com algum tipo de necessidade especial.
--	--	---

Descrição dos componentes e indicadores do Foco de Monitoramento em inglês, conforme publicação original.		
Wellbeing of Host Communities	Level of community satisfaction	Local satisfaction level with tourism (and with specific components of tourism) based on questionnaire (see Annex C 6 Local questionnaire)
	Problems or dissatisfaction	Number of complaints by local residents
	Community attitudes to tourism (including community agreement and coherence on tourism, perceptions and acceptance of tourism)	Number of social services available to the community (% which are attributable to tourism) ã Baseline Indicator;
		% who believes that tourism has helped bring new services or infrastructure.ã Baseline Indicator
		Number (%) participating in community traditional crafts, skills, customs
		% of vernacular architecture preserved.
	General impacts on community life	Number of tourists per day, per week etc; number per sq km
		Ratio of tourists to locals (average and peak day) ã Baseline Indicator
		% locals participating in community events;
		Ratio of tourists to locals at events or ceremonies;
		Perception of impact on the community using the resident questionnaire – with reference to specific events or ceremonies
		% of local community who agree that their local culture, its integrity and authenticity are being retained.
	Changes to resident lifestyles, (cultural impact, cultural change, community lifestyle, values and customs traditional occupations)	% of residents changing from traditional occupation to tourism over previous year(s); men and women;
		Number or % of residents continuing with local dress, customs, language, music, cuisine, religion and cultural practices. (e.g. change in number of local residents participating in traditional events);
		Increase/decrease in cultural activities or traditional events (e.g.% of locals attending ceremonies).
		Number of tourists attending events and % of total;
		Value of tourist contribution to local culture (amount obtained from gate, amount of donations);
		% of locals who find new recreational opportunities associated with tourism
	Housing issues	% of housing affordable for residents;
		Number of new housing starts and % for local residents Note: prices of other goods can also rise or fall
	Community demographics	Number of residents who have left the community in the past year;
		Number of immigrants (temporary or new residents) taking tourism jobs in the past year;
		Net migration into/out of community (sort by age of immigrants and out-migrants)
		Access by locals to key sites (% of site freely accessible to public);

	Retaining access to important sites for local residents	Frequency of visits by locals to key site(s);
	Economic barriers to access	Cost of access expressed in hours of local wages
	Maintaining satisfaction with access levels	Perception of change in accessibility due to tourism growth
		Number of complaints by local residents regarding access.

Foco de Monitoramento	Componentes do Foco	Indicadores
11. Bem estar da comunidade local	11.1 Nível de satisfação da comunidade local	11.1.1 Nível de satisfação local com o Turismo (questionários); Indicador Base.
	11.2 Problemas ou insatisfações	11.2.1 Número de queixas de moradores locais.
	11.3 Atitudes da comunidade em relação ao turismo (incluindo acordo e coerência comunitária sobre turismo, percepções e aceitação do turismo)	11.3.1 Número de serviços públicos disponíveis para a comunidade (percentual que é atribuível ao turismo); Indicador Base;
		11.3.2 Percentual da população que acredita que o turismo tem ajudado a trazer novos serviços ou infra estruturas. Indicador Base;
		11.3.3 Número (percentual da população) participante no artesanato e manutenção de costumes e tradições locais;
		11.3.4 Percentual da arquitetura vernacular preservada.
	11.4 Impactos gerais na vida da comunidade	11.4.1 Número de turistas por dia, por semana, por mês. Número de turista por m2;
		11.4.2 Proporção entre turistas e moradores locais (média e máxima; Indicador Base
		11.4.3 Percentual de moradores locais que participam em eventos comunitários;
		11.4.4 Proporção de turistas para habitantes locais em eventos e cerimônias tradicionais;
		11.4.5 Percepção do impacto na comunidade utilizando questionário - com referência a eventos e cerimônias específicas;
		11.4.6 Percentual de habitantes locais que acreditam que sua cultura, integridade e autenticidade estão sendo preservadas.
	11.5 Mudança no estilo de vida dos residentes (impacto cultural, mudança de cultura, valores e ocupações tradicionais)	11.5.1 Percentual de residentes que passaram de ocupações tradicionais para empregos relacionados ao turismo nos últimos anos;
		11.5.2 Número e percentual de residentes que continuam com o vestuário, costumes, língua, música, culinária, religião e práticas culturais locais;
		11.5.3 Aumento/diminuição de atividades culturais ou eventos tradicionais;

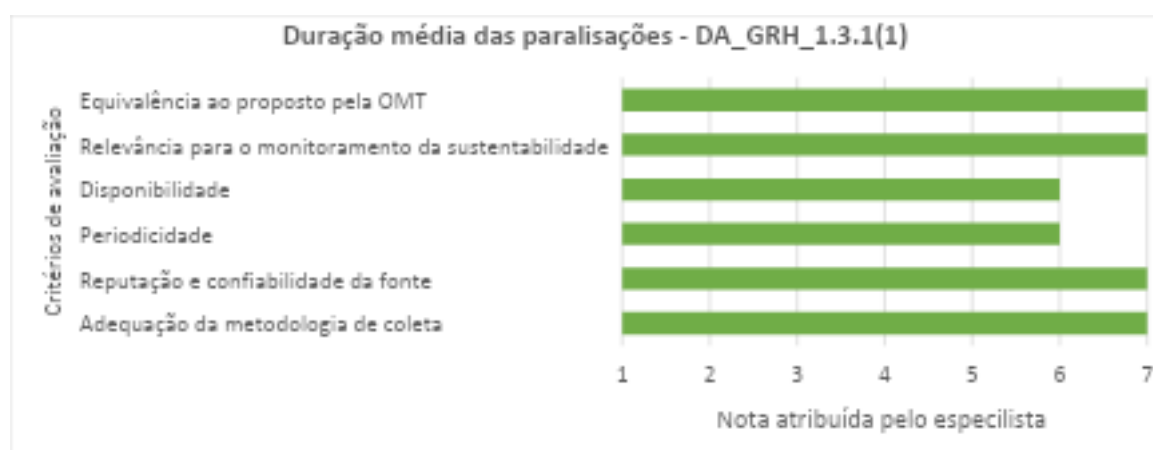
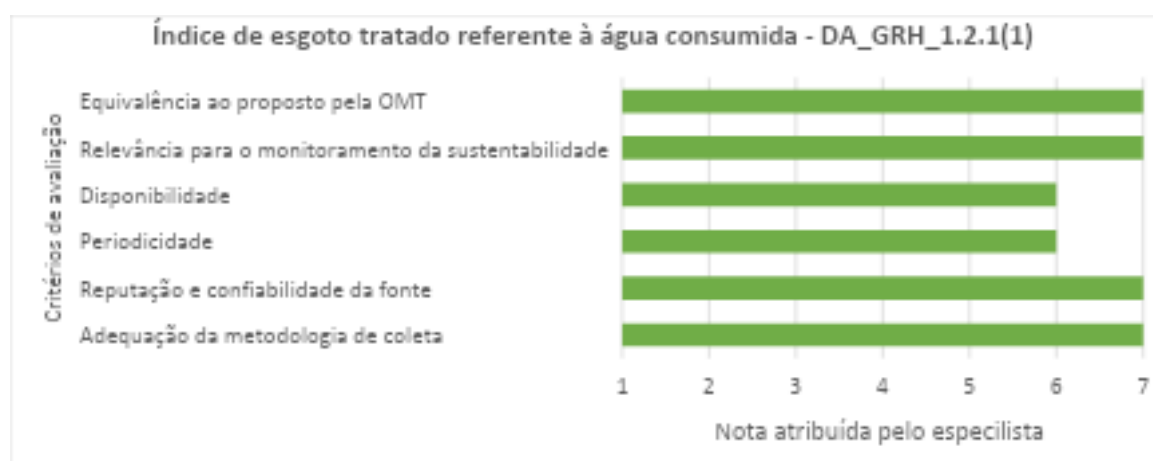
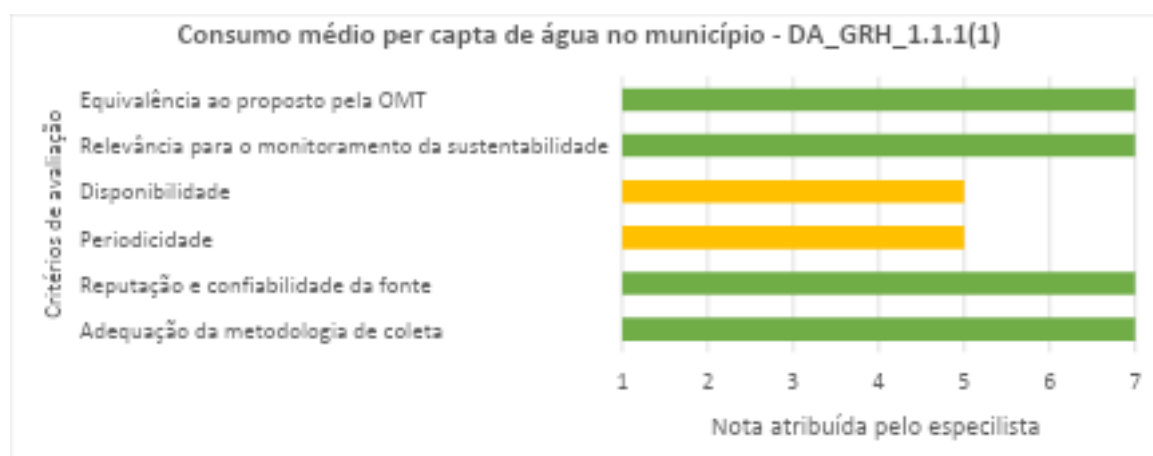
		11.5.4 Número de turistas comparecendo a eventos e suas correspondências percentuais do total;
		11.5.5 Valor da contribuição turística para a cultura local (taxas de entrada, quantidade de doações e etc.);
		11.5.6 Percentual de habitantes locais que adotam novas oportunidades recreativas associadas ao turismo.
	11.6 Questões relacionadas a moradia	11.6.1 Percentual de moradias acessíveis para residentes;
		11.6.2 Número de novas moradias e percentual sob propriedade de residentes locais.
	11.7 Demografia da comunidade local	11.7.1 Número de residentes que deixaram a comunidade no último ano;
		11.7.2 Número de imigrantes (temporários ou novos residentes) que estão empregados em vagas relacionadas ao turismo;
		11.7.3 Balanço de migração (chegadas e saídas da comunidade).
	11.8 Manutenção de acesso dos moradores locais à atrações importantes	11.8.1 Acesso de residentes aos principais atrativos (percentual de atrativos com gratuidade para moradores locais);
		11.8.2 Frequência de visita dos habitantes locais aos principais atrativos.
	11.9 Barreiras econômicas de acesso	11.9.1 Custo de acesso aos atrativos em relação ao salário mínimo.
	11.10 Manutenção de satisfação com os níveis de acesso	11.10.1 Percepção de mudança na acessibilidade devido ao crescimento do turismo;
		11.10.2 Número de queixas dos residentes locais relativas ao acesso;

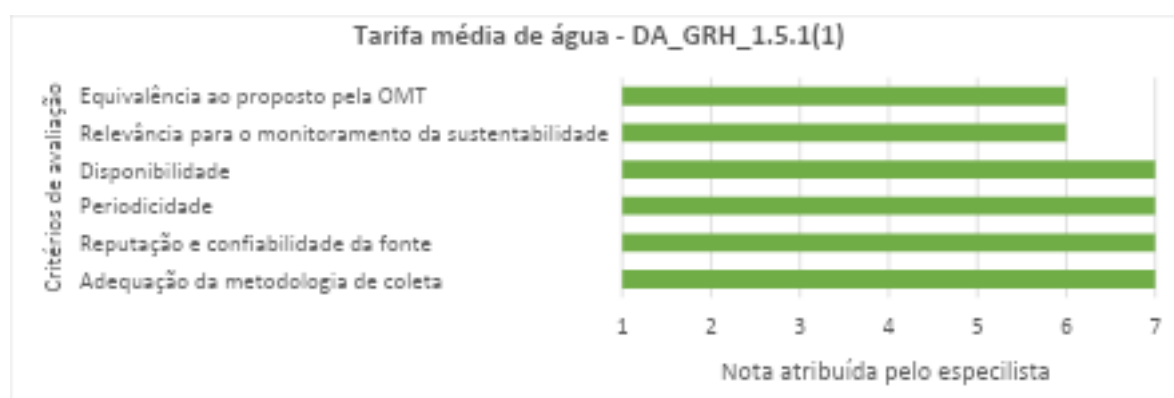
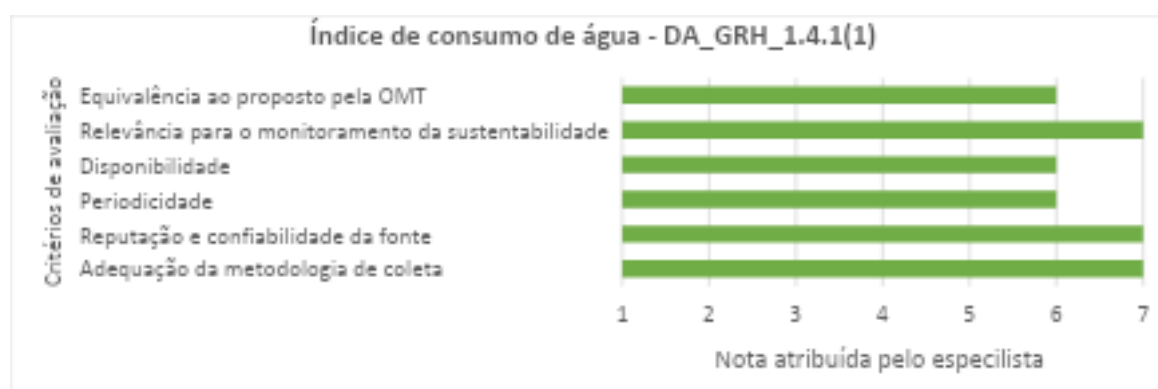
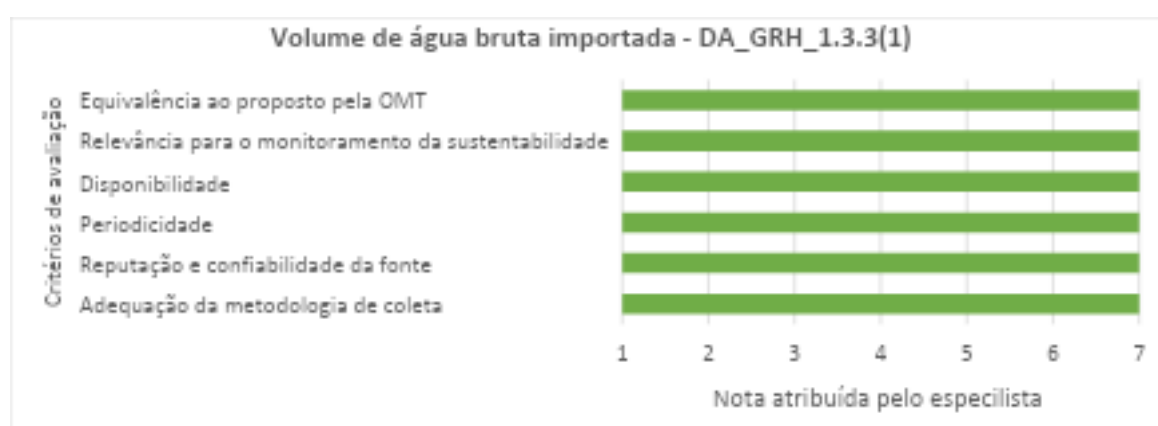
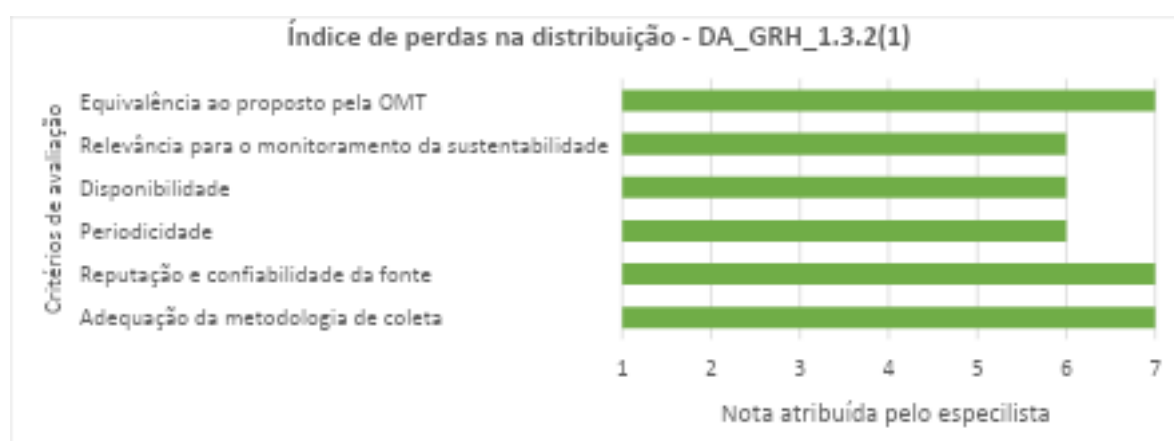
APÊNDICE D – RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DOS ESPECIALISTAS

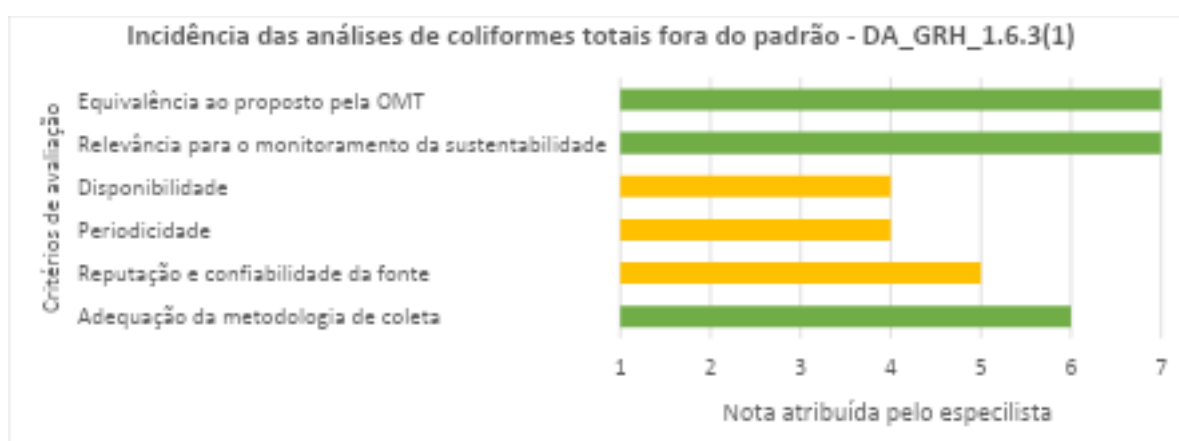
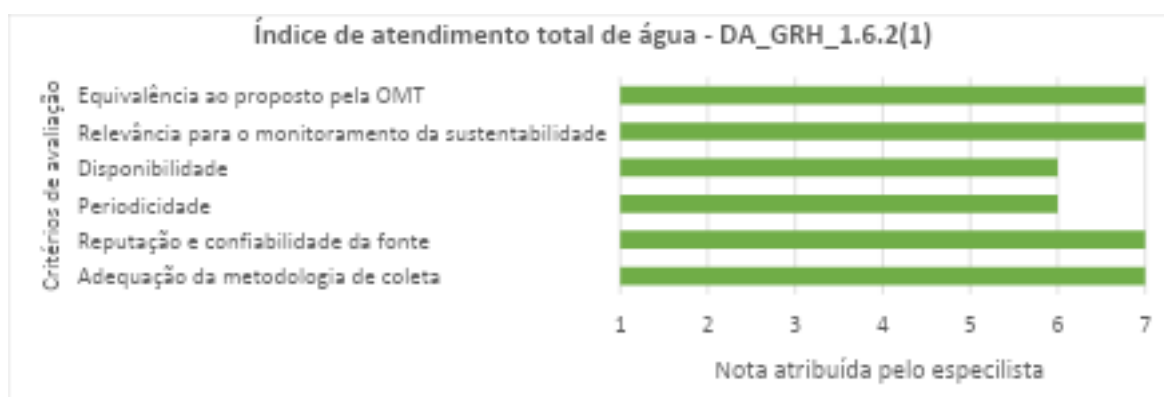
Dimensão: **Ambiental**

Foco: Gestão de Recursos Hídricos

Indicadores:



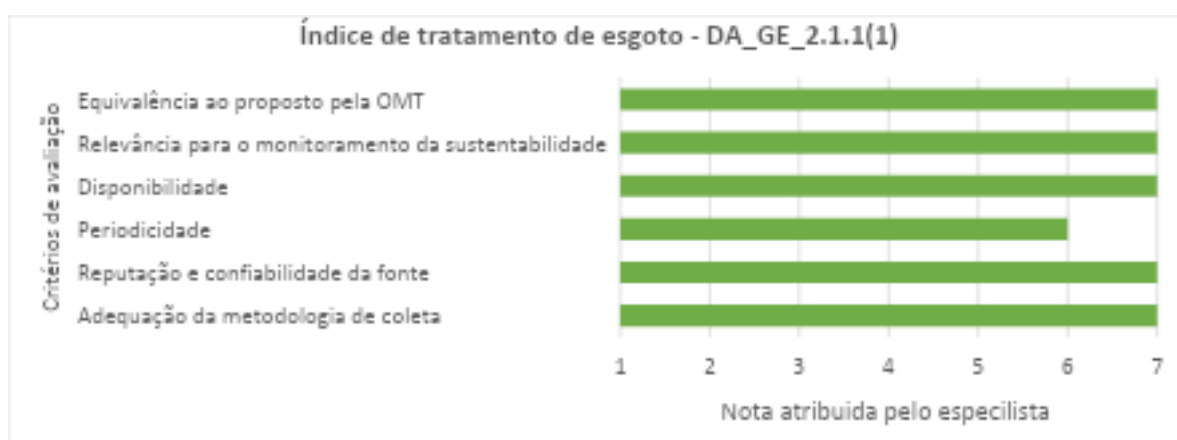


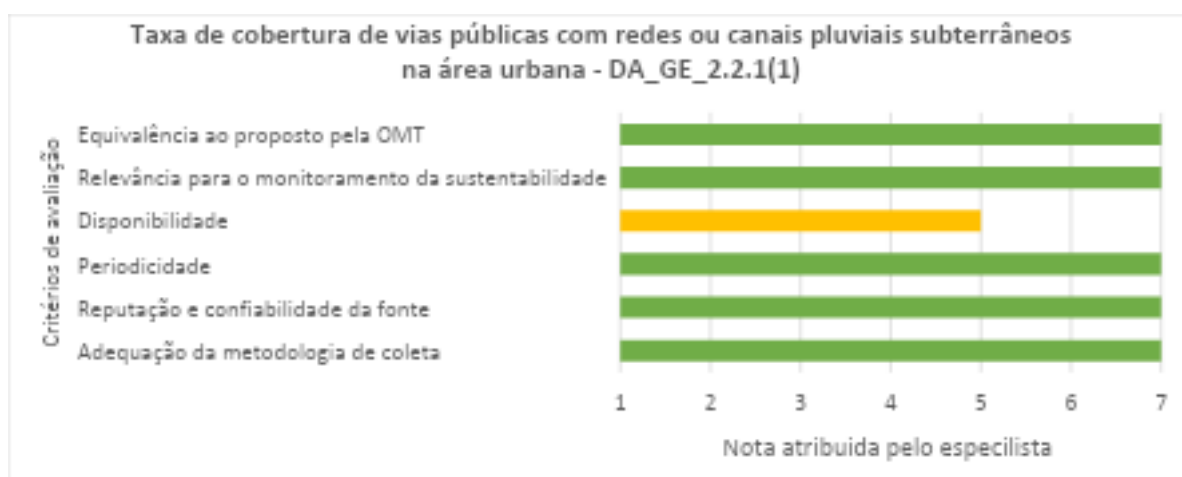


Dimensão: **Ambiental**

Foco: Gestão de Efluentes

Indicadores:

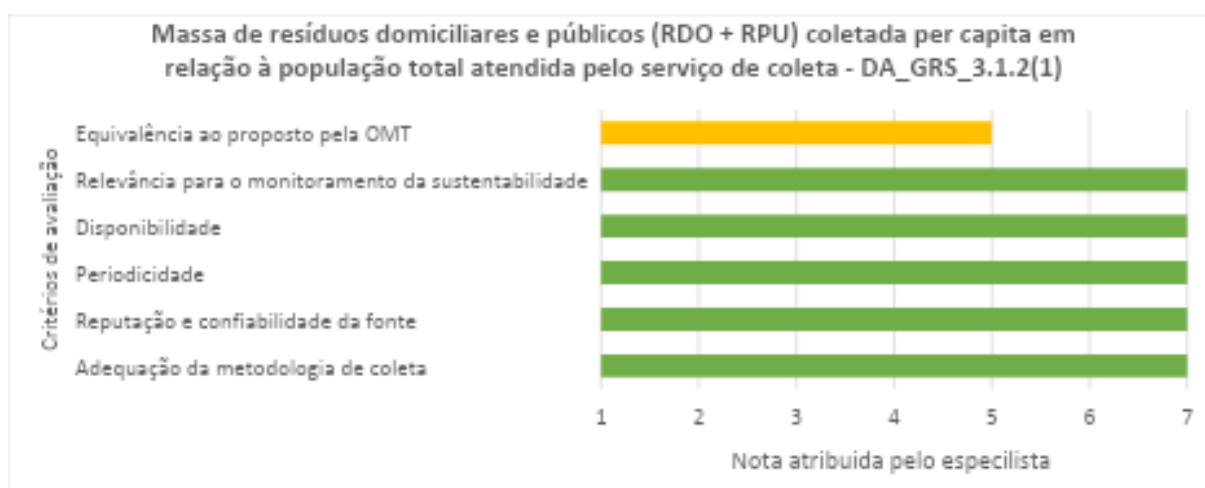
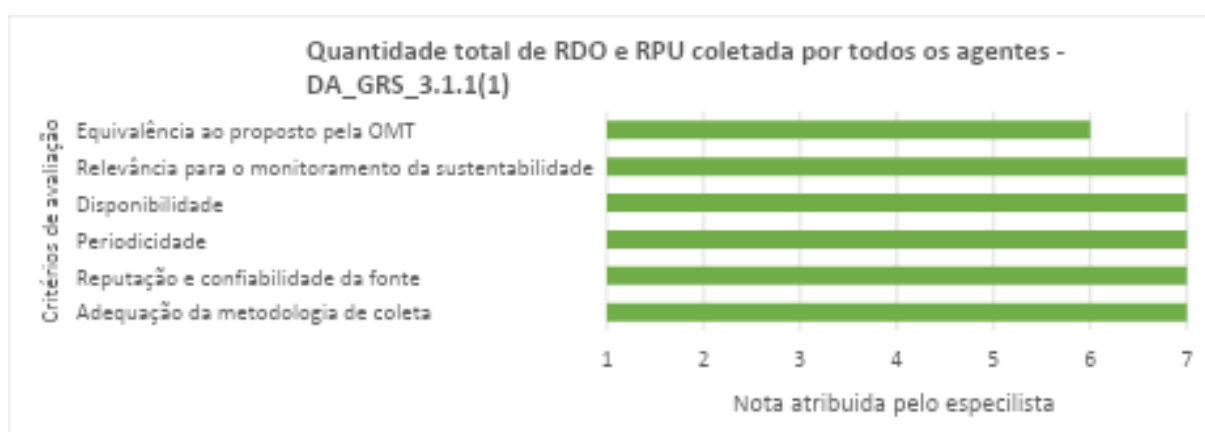




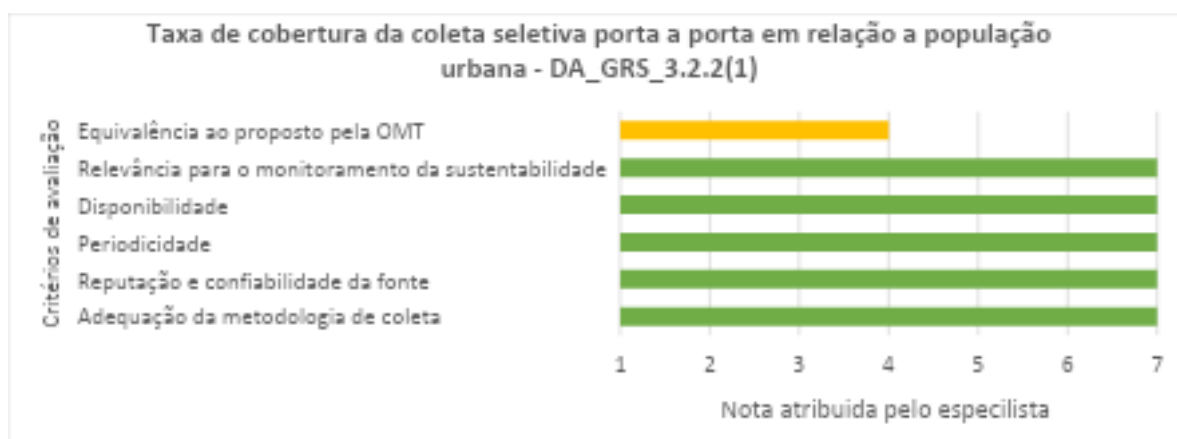
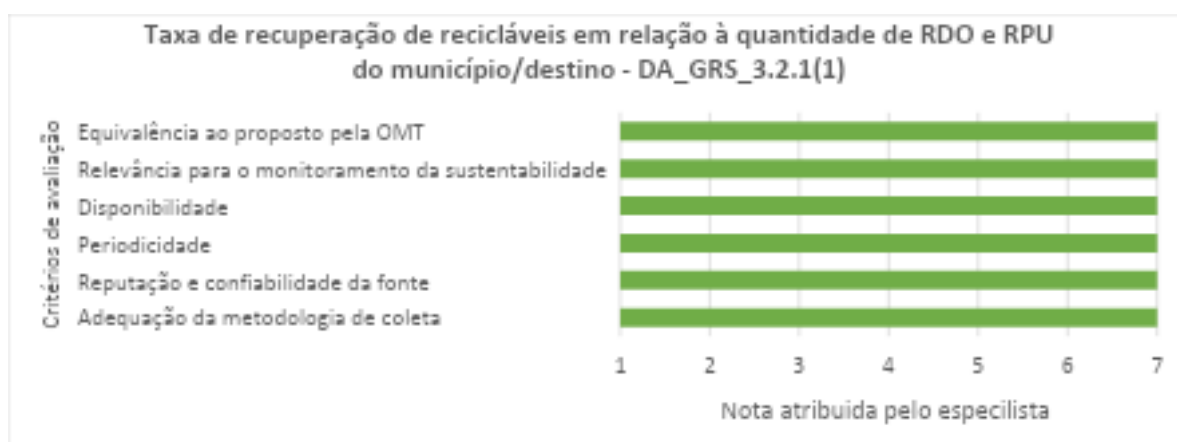
Dimensão: **Ambiental**

Foco: Gestão de Resíduos Sólidos

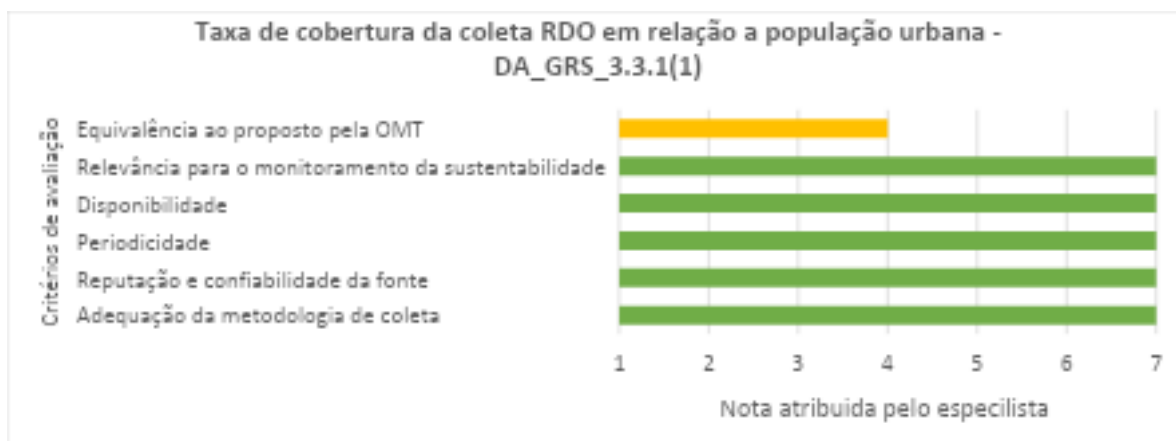
Indicadores:



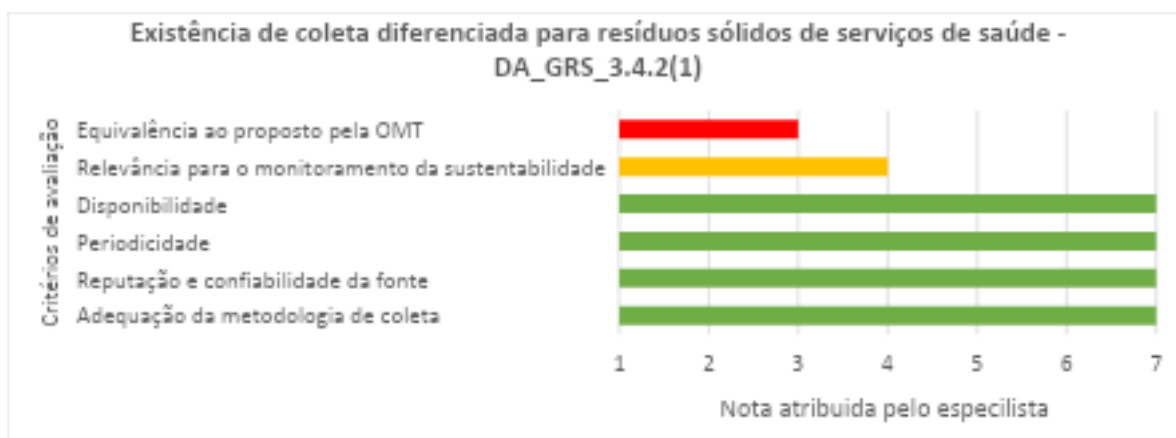
O especialista aponta que há uma diferença importante entre esse indicador e o do material original da OMT (2004). Enquanto a OMT sugere a mensuração da quantidade de resíduos **gerados** no município, os dados encontrados permitiram apenas a sugestão da mensuração dos resíduos **coletados**, por isso da nota 5 no quesito de equivalência.



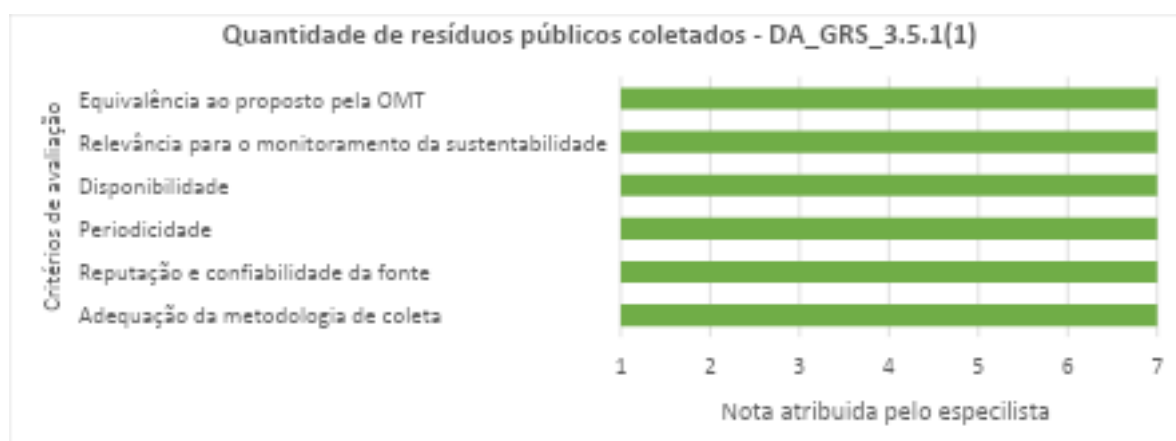
Nesse indicador a especialista atribui a nota 4 no quesito equivalência pois enquanto o material da OMT (2004) trabalha apenas com a informação referente aos empreendimentos turísticos e o indicador acima aborda de maneira ampla todo o município. Apesar da diferença, considera que, na ausência de estudos realizados localmente considerando os empreendimentos turísticos, o indicador proposto pode servir para expressar o panorama do destino como um todo.



Assim como no indicador DA_GRS_3.3.1(1) é preciso levar em consideração a diferença entre o material da OMT (2004), que trata sobre o percentual da aérea do município atendido pela coleta RDO, e a proposição acima, que trata sobre a taxa de cobertura da coleta em relação a população urbana. Nesse caso, de acordo com a especialista é mais relevante saber qual o percentual de população que está sendo atendida pelo serviço do que a aérea de abrangência do serviço.



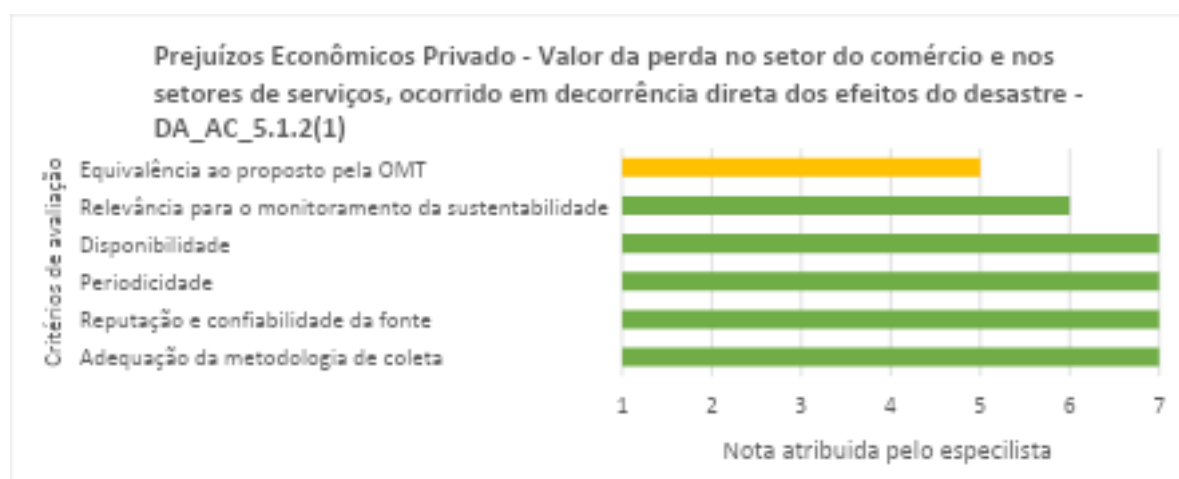
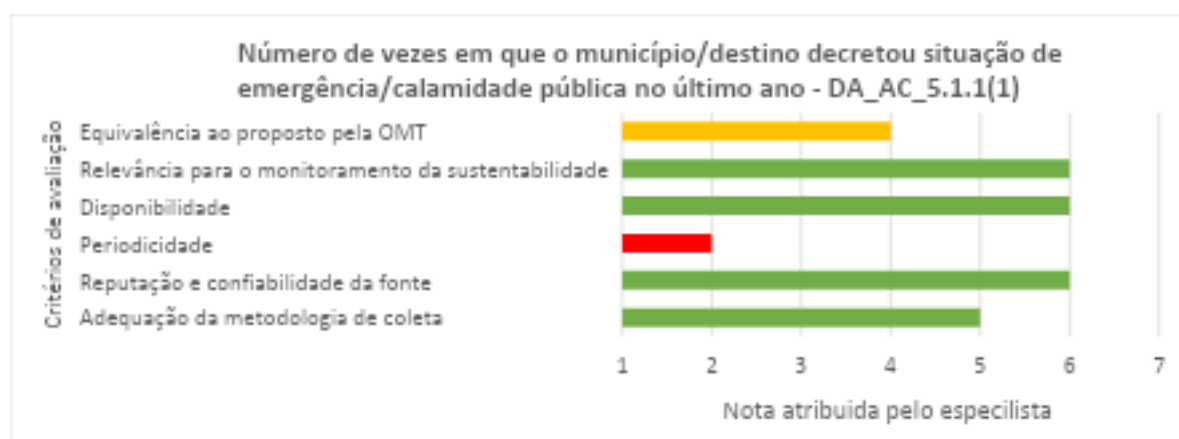
Para essa proposição a nota de equivalência fica abaixo das demais analisadas até agora, isso deve-se ao fato de o material da OMT propor a saber o “Percentual de substâncias perigosas para quais existem políticas e programas de gestão e eliminação adequadas.” Sem indicar, porém, o que pode ser compreendido como substâncias perigosas. Considerando a disponibilidade de informações nas bases consultadas, foi possível sugerir apenas com relação a resíduos dos serviços de saúde. Dessa forma, a especialista ressalta que nem todos os resíduos gerados pelos serviços de saúde contêm necessariamente substâncias perigosas, além de que para poder fazer um monitoramento eficaz desse tipo de situação é necessário esclarecer quais são as substâncias entendidas como perigosas, quais os resíduos que podem ser gerados pela manipulação delas e quais as atividades existentes no município fazem uso destas substâncias.

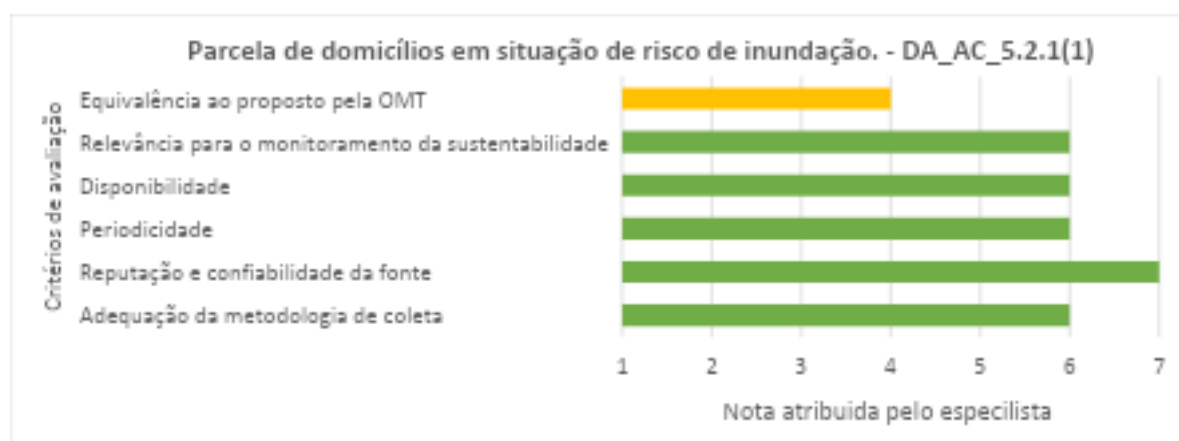


Dimenso: **Ambiental**

Foco: Ao Climtica

Indicadores:

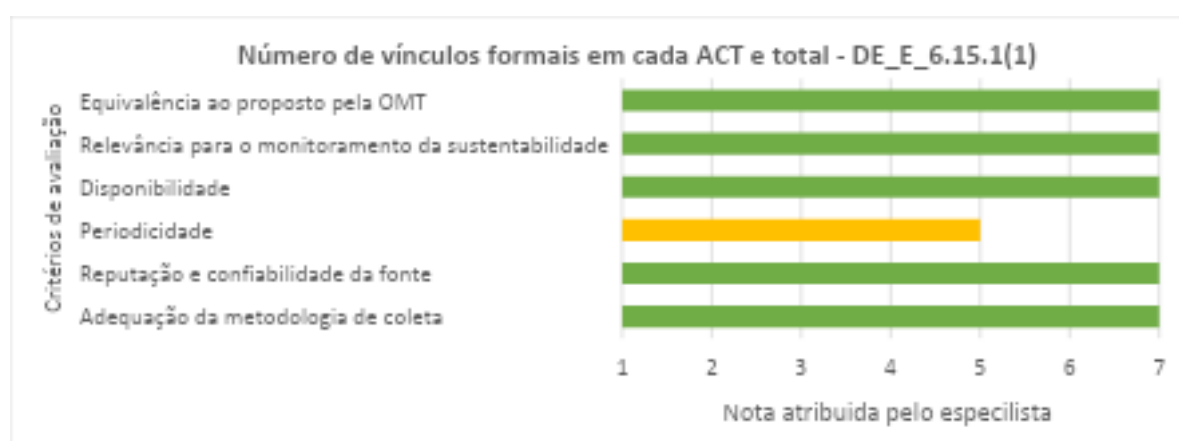
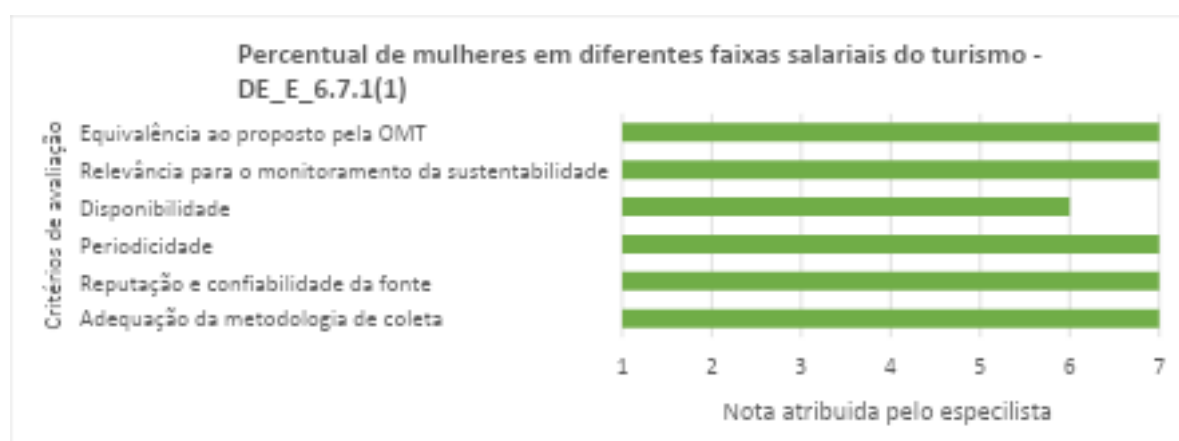
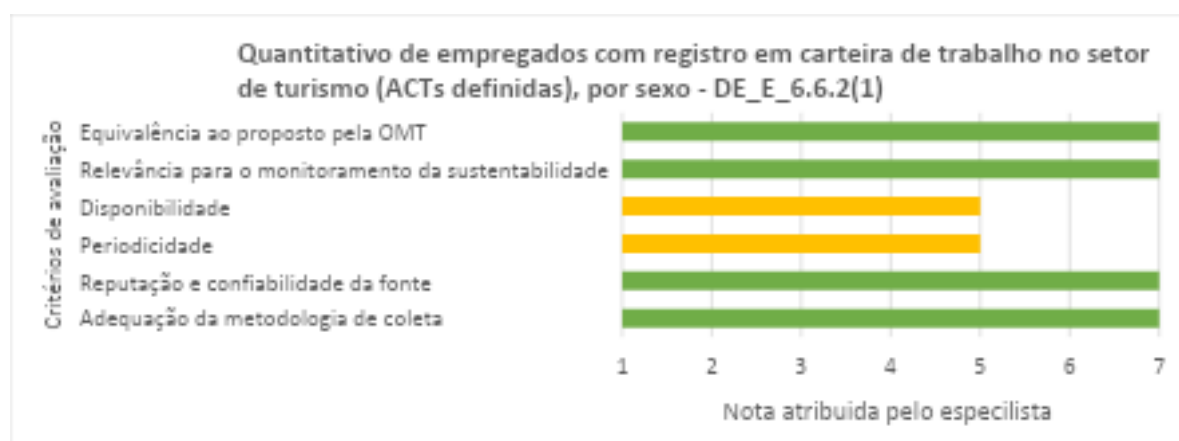


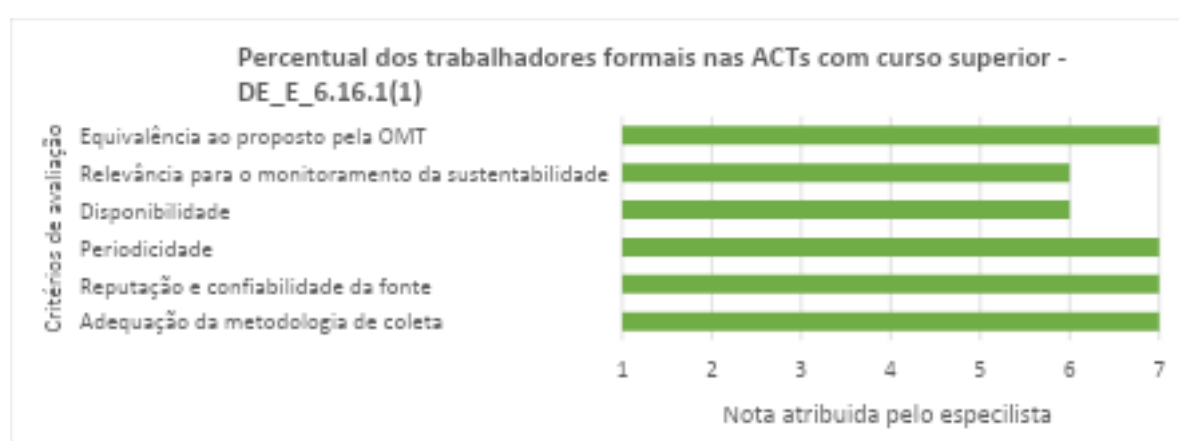
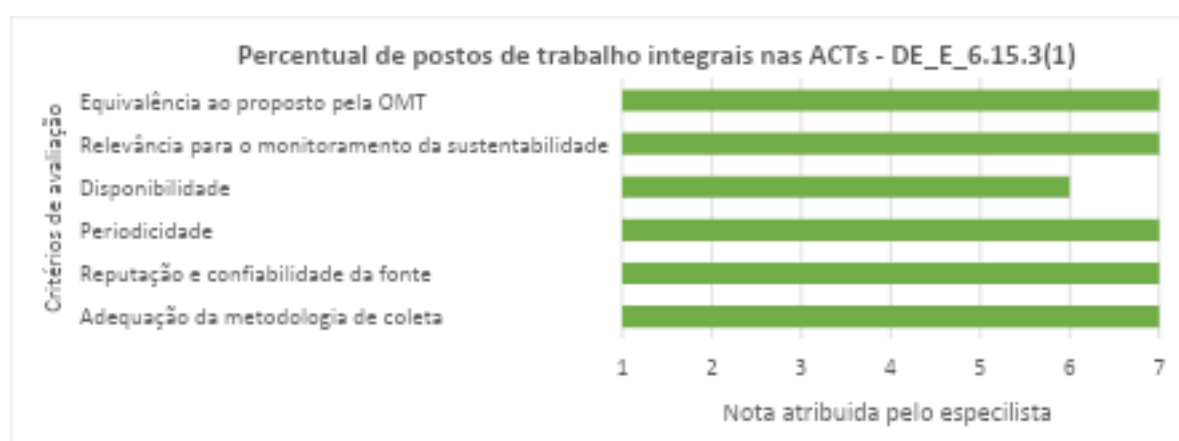
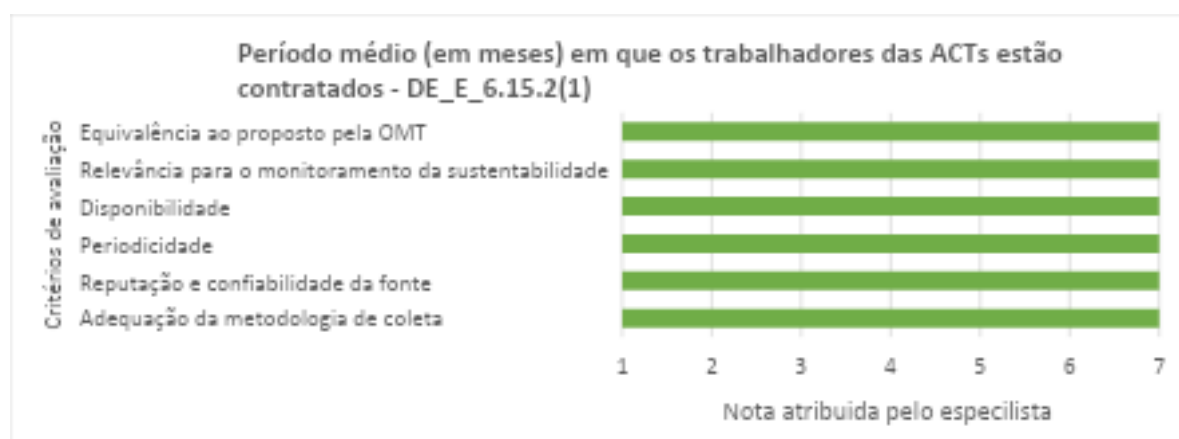


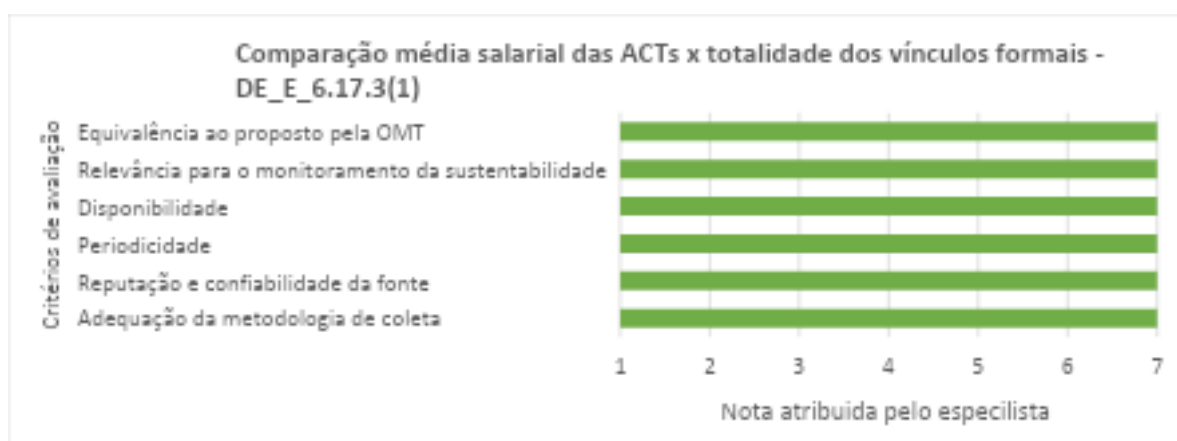
Dimensão: **Econômica**

Foco: Empregos

Indicadores:



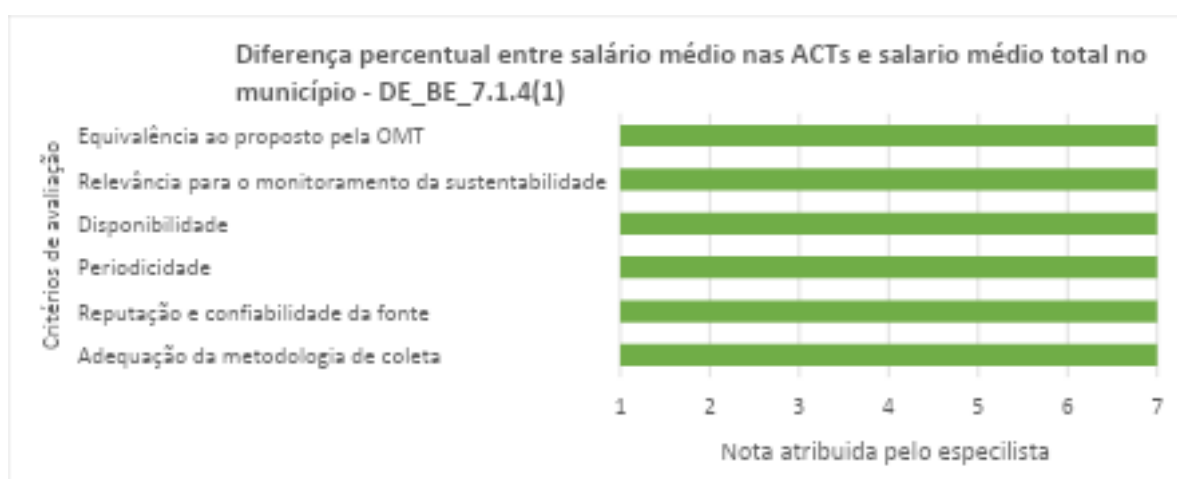
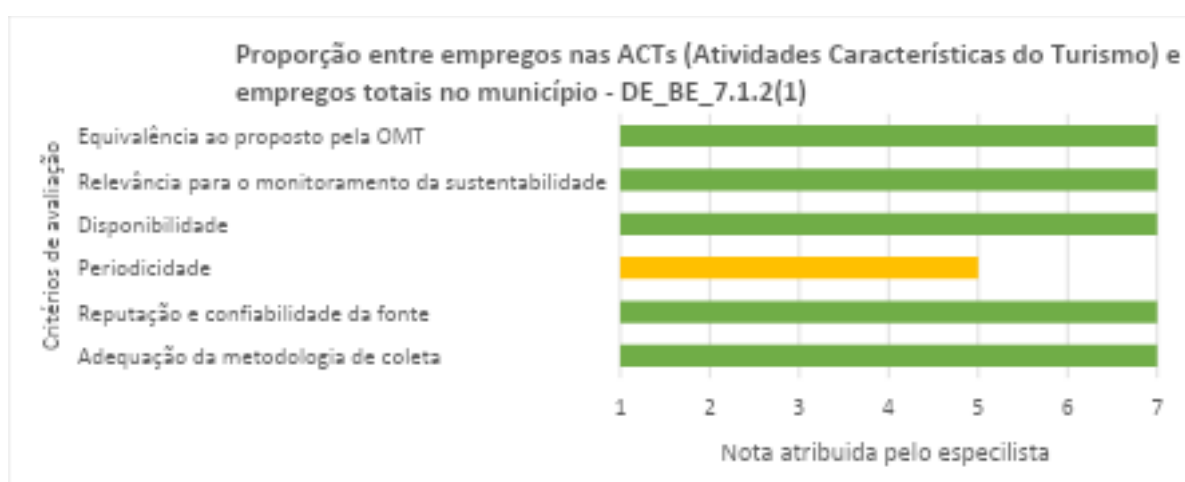


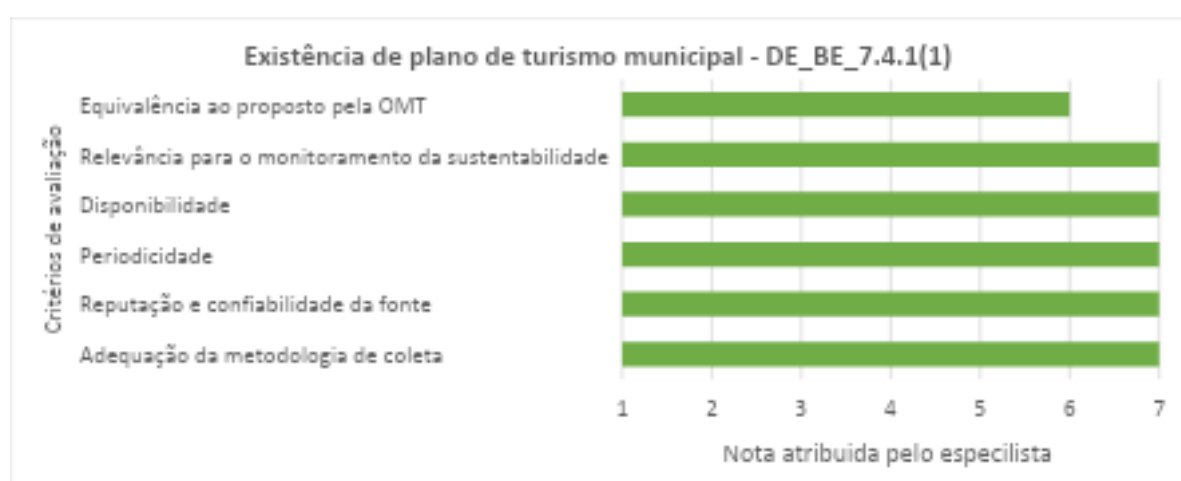
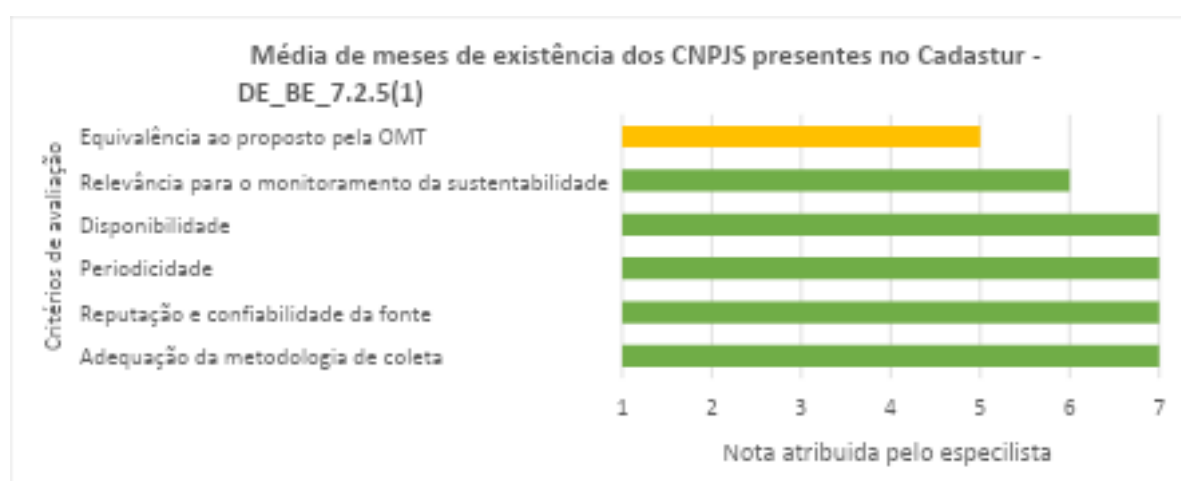
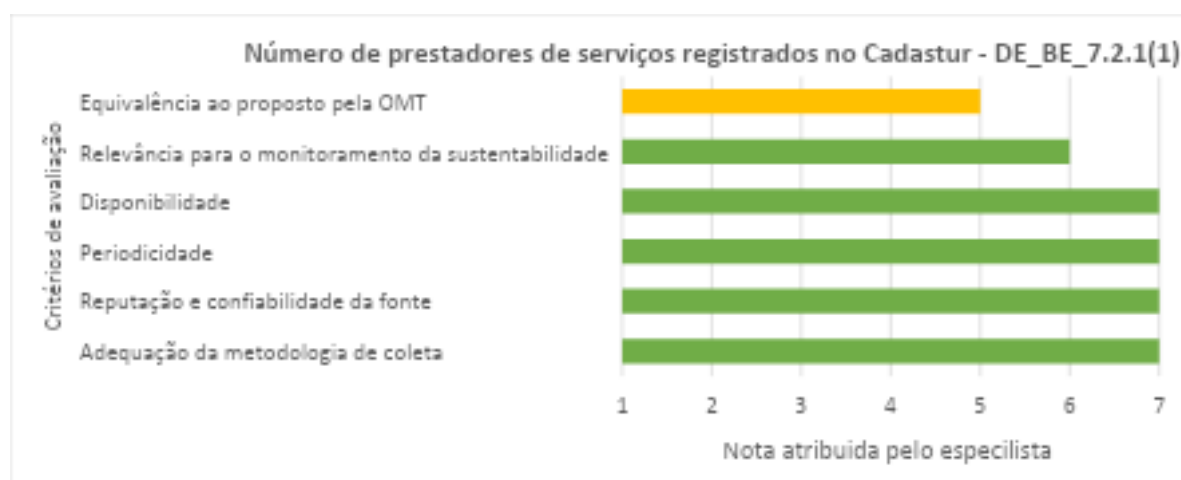


Dimensão: **Econ mica**

Foco: Benefícios econ micos

Indicadores:

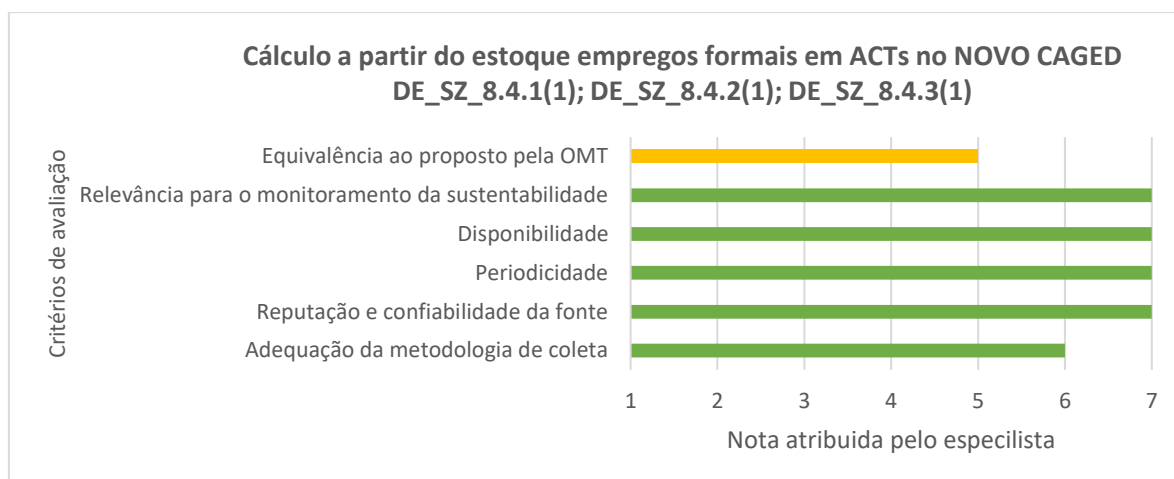




Dimensão: **Econômica**

Foco: Sazonalidade

Indicadores:

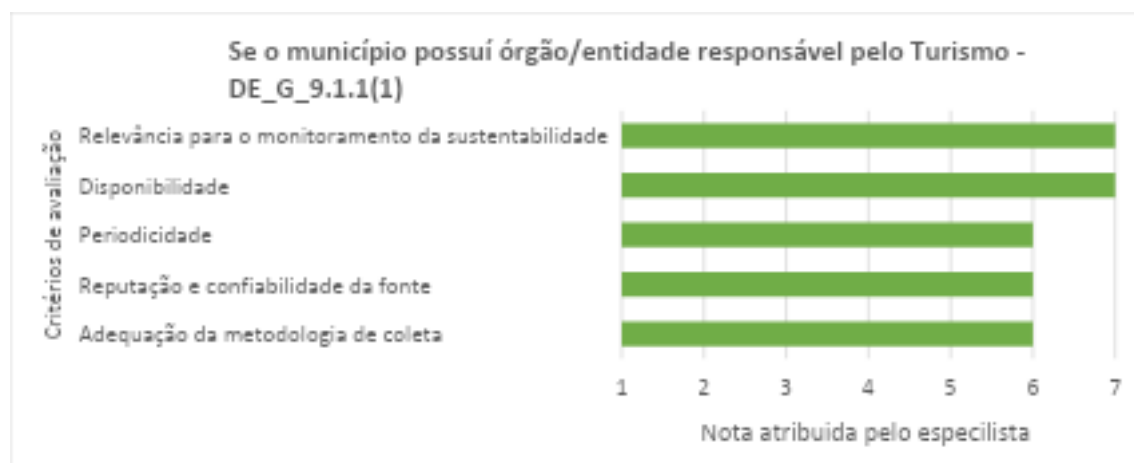


Os dados do Novo Caged não cobrem todos os indicadores propostos pela OMT para monitorar a sazonalidade. Contudo são relevantes e confiáveis permitindo uma mensuração indireta sobre as flutuações do fluxo turístico ao longo de um ano. Com periodicidade e disponibilidades mensais fornece uma base importante para ter um indicador nesse foco que atenda a todo os municípios brasileiros. Em termos de sistemática de coleta cumpre bem o monitoramento apenas tendo como dificuldade não capturar todos os dados referentes a mão de obra pois não captura movimentos de informalidade ou relacionado com MEIs e profissionais autônomos. Eventualmente apresenta pequenos ajustes nos dados de um mês para o outro.

Dimensão: **Econômica**

Foco: Governança

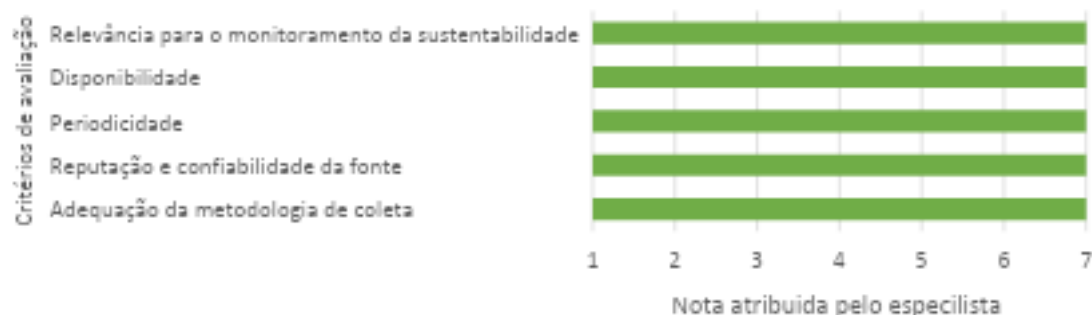
Indicadores:



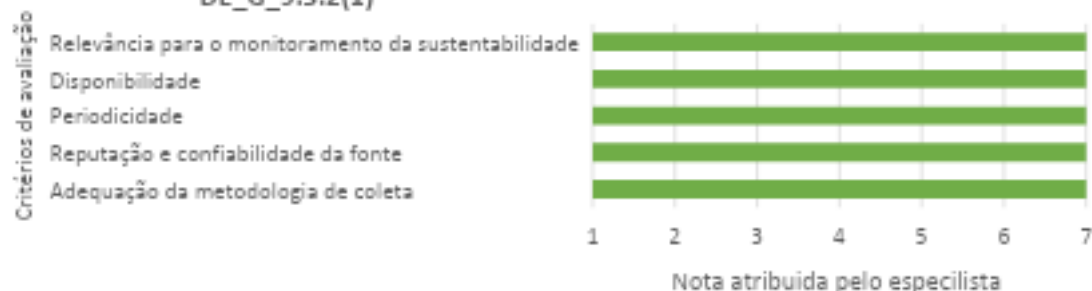
Se o conselho dispõe de dados e estatísticas sobre a demanda turística do município - DE_G_9.2.3(1)



Se o município possui legislação relacionada ao turismo - DE_G_9.3.1(1)



Se o município participa de governanças regionais e estaduais de turismo - DE_G_9.3.2(1)



Se o município participa ou é contemplado em programa e/ou projetos com o Ministério do Turismo - DE_G_9.3.3(1)



